



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural
Área de especialização | Património Artístico e História da Arte

Dissertação

**De *Castelo Velho* a Palácio dos Duques de Cadaval (Évora).
Percurso Histórico-Arquitetónico do Conjunto e Proposta de
Salvaguarda e Valorização.**

Leonor Xavier Teixeira Figueira Dias Nogueira

Orientadora | Antónia Fialho Conde

Évora 2023



Universidade de Évora - Escola de Ciências Sociais

Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural

Área de especialização | Património Artístico e História da Arte

Dissertação

**De *Castelo Velho* a Palácio dos Duques de Cadaval (Évora).
Percurso Histórico-Arquitetónico do Conjunto e Proposta de
Salvaguarda e Valorização.**

Leonor Xavier Teixeira Figueira Dias Nogueira

Orientadora | Antónia Fialho Conde

Évora 2023



A dissertação foi objeto de apreciação e discussão pública pelo seguinte júri nomeado pelo Diretor da Escola de Ciências Sociais:

Presidente | Maria Ana Bernardo (Universidade de Évora)

Vogais | Antónia Fialho Conde (Universidade de Évora) (Orientador)
Eduardo Alves Duarte (Universidade de Lisboa - Faculdade de Bellas-Artes)
(Arguente)

Agradecimentos

Começo por agradecer todo o apoio e orientação da Professora Doutora Antónia Fialho Conde, nestes dois anos de Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural.

Agradeço também ao Professor Doutor Bernardo Sá Nogueira pela sua disponibilidade em encontrar-se comigo e esclarecimento de questões relativas ao Arquivo Cadaval e ao Professor Doutor João Brigola pelo apoio dado no campo museológico.

Um agradecimento especial à família Cadaval por me terem aberto as portas de sua casa e por toda a disponibilidade e apoio neste processo.

Gostaria de agradecer também todo o apoio que recebi da minha família e amigos, principalmente do Francisco e Duarte.

Por fim, um profundo agradecimento aos técnicos da Câmara Municipal de Évora, Maria Vitória Ilhicas e Jorge Lopes, por todo o profissionalismo no desempenho dos serviços prestados.

Se é sempre Outono o rir das primaveras,
Castelos, um a um, deixa-os cair...
Que a vida é um constante derruir
De palácios do Reino das Quimeras!

E deixa sobre as ruínas crescer heras.
Deixa-as beijar as pedras e florir!
Que a vida é um contínuo destruir
De palácios do Reino das Quimeras!

Deixa tombar meus rútilos castelos!
Tenho ainda mais sonhos para erguê-los
Mais altos do que as águias pelo ar!

Ruínas, Florbela Espanca.

**De *Castelo Velho* a Palácio dos Duques de Cadaval (Évora).
Percurso Histórico-Arquitetónico do Conjunto e Proposta de Salvaguarda e
Valorização.**

Resumo

A presente dissertação centra-se na questão histórico-arquitetónica do Palácio dos Duques de Cadaval, em Évora, desde o momento em que foi erguido sobre as ruínas do *Castelo Velho* até à sua atualidade. Para um melhor entendimento deste Palácio é necessário inseri-lo no grande complexo que engloba também a Igreja e o Convento dos Lóios, por estarem intrinsecamente ligados desde a sua origem. No primeiro capítulo, procede-se ao estudo histórico e caracterização arquitetónica do Palácio dos Duques de Cadaval, e a uma comparação entre modelos semelhantes. No segundo capítulo, analisa-se a Igreja-Panteão de São João Evangelista, pertencente ao Palácio Cadaval, e o Convento dos Lóios, bem como a sua posterior adaptação a Pousada. No terceiro e último capítulo faz-se um balanço entre os desafios e soluções do Palácio dos Duques de Cadaval no tempo atual e é apresentada uma proposta de salvaguarda e valorização patrimonial.

Palavras-Chave: Palácio dos Duques de Cadaval; Évora; Arquitetura Palaciana; Património; Valorização; Salvaguarda.

**From *Old Castle* to Palace of the Dukes of Cadaval (Évora).
Historical-Architectural Path of the Building Complex and Proposal for Safeguarding
and Valorization.**

Abstract

The present dissertation focuses on the historical-architectural issue of the Palace of the Dukes of Cadaval, in Évora, from the moment of its construction on the ruins of the *Old Castle* to the present day. To better understand this Palace, it is necessary to insert it in the large complex that also includes the Lóios' Convent and Church, as they are intrinsically linked since their origin. In the first chapter a historical study and architectural characterization of the Palace of the Dukes of Cadaval is undertaken, as well as a comparison between similar models. The second chapter analyses the Church-Pantheon of St John the Evangelist, belonging to the Cadaval Palace, and the Lóios Convent, as well as its adaptation to a Pousada (or Hotel). In the third and final chapter the challenges and solutions of the Dukes of Cadaval Palace in the present day are taken stock of, and a proposal for heritage safeguarding and valorization is presented.

Keywords: Palace of the Dukes of Cadaval; Évora; Palatial Architecture; Heritage; Valorization; Safeguarding.

Abreviaturas

AFCME - Arquivo Fotográfico da Câmara de Évora

CME - Câmara Municipal de Évora

CML - Câmara Municipal de Lisboa

CMP - Câmara Municipal do Porto

DGEMN - Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais

DGPC - Direção Geral do Património Cultural

GISA - Gestão Integrada de Sistemas de Arquivo

MFA - Movimento das Forças Armadas

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

ZP - Zona de Proteção

ÍNDICE

Agradecimentos.....	IV
Epígrafe.....	V
Resumo.....	VI
Abstract.....	VII
Abreviaturas.....	VIII
Introdução.....	7
Problemática, metodologia e objetivos.....	9
Estado da Arte.....	11

Capítulo 1 - O Palácio dos Duques de Cadaval (Évora), a história de um espaço na Acrópole Eborensis

1.1 O Palácio dos Duques de Cadaval: enquadramento, implantação e contextualização histórica.....	16
1.2. Caracterização arquitetónica do Palácio dos Duques de Cadaval.....	28
1.2.1 Detalhes relevantes.....	40
1.3. Património Urbano: a inserção do Palácio dos Duques de Cadaval na cidade de Évora e a sua relação com o espaço envolvente.....	46

Capítulo 2 - A Igreja-Panteão da Casa Cadaval e o Convento dos Lóios - Evolução do espaço desde a sua fundação à extinção das Ordens religiosas e posteriores adaptações

2.1. A Congregação de Cónegos Seculares de São João Evangelista – Da sua Fundação e Expansão em Portugal ao longo do Século XV até à sua fixação em Évora.....	50
2.2 Igreja-Panteão de São João Evangelista.....	58
2.2.1. Expressões de património integrado no edificado: a Azulejaria.....	64
2.3 O Convento dos Lóios.....	66
2.3.1. Adaptação a Pousada.....	69

Capítulo 3 - Proposta de salvaguarda e valorização patrimonial do Palácio dos Duques de Cadaval

3.1. O Palácio no tempo atual.....	72
3.1.1. Classificações.....	76
3.2. Apresentação de uma proposta de salvaguarda e valorização patrimonial.....	77
Conclusão.....	80
Bibliografia.....	82
Anexos.....	98

ÍNDICE DE FIGURAS

- Fig. 1** - Pier Baldi, vista de Évora tirada do lado norte (1669); localização do "Palácio das Cinco Quinas" in Bilou, F. (2020?). O túmulo de Francisco de Melo nos Lóios de Évora (1536-1537): uma obra de Chanterene para o "melhor matemático do reino";
- Fig. 2** - Desenho interior de palácio (sem data); Biblioteca Pública de Évora, Gaveta 8, Pasta 1, n.º 3. Leonor Nogueira, 2021;
- Fig. 3** - Fotografia de desenho de 1851, fachada do Palácio Cadaval. Leonor Nogueira, 2021;
- Fig. 4** - Fachada do Palácio Cadaval. Leonor Nogueira, 2022;
- Fig. 5** - Imagem antiga do Convento de S. Francisco de Paula (retirada do site: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2017/02/igreja-de-sao-francisco-de-paula.html>);
- Fig. 6** - Imagem mais recente do mesmo (retirada do site: <http://lisboahojeontem.blogspot.com/2013/02/igreja-de-sao-francisco-de-paula.html>);
- Fig. 7** - Janela árabe, Palácio Cadaval in Pereira, G. (1934). *Estudos Diversos (Arqueologia, História, Arte, Etnografia)*. Imprensa da Universidade de Coimbra;
- Fig. 8** - Capitel da janela árabe, Palácio Cadaval. Leonor Nogueira, 2022;
- Fig. 9** - Capitéis de Montemor-o-Novo (séc. XI), Museu de Évora; Leonor Nogueira, 2022;
- Fig. 10** - Capitel de Beja (séc. XI), Museu de Évora; Leonor Nogueira, 2022;
- Fig. 11** - Pormenor de rosas e diamantes nos arcos da janela árabe, Palácio Cadaval. Leonor Nogueira, 2022;
- Fig. 12 e 13** - Pormenores de rostos esculpidos, Palácio Cadaval. Leonor Nogueira, 2022;
- Fig. 14** - Pormenor da base da coluna da janela, Palácio Cadaval. Leonor Nogueira, 2022;
- Fig. 15 e 16** - Pormenor de possível janela de canto, Palácio Cadaval. Leonor Nogueira, 2022;
- Fig. 17** - Pormenor de possível janela de canto, Palácio Cadaval. Leonor Nogueira, 2022;
- Fig. 18** - Janela de canto da casa de Água de Peixes, 1937. GISA - Arquivo Municipal do Porto (site: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/303669/?>);
- Fig. 19** - Janela de canto das traseiras da Casa de Água de Peixes, 1937. GISA - Arquivo Municipal do Porto (site: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/303673/?>);
- Fig. 20** - Janelas mouriscas da parte interior do Palácio, (sem data, possivelmente entre 1960 - 1988) Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa (site: <https://arquivomunicipal3.cmlisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=3524758&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>);

Fig. 21 - Conventos dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista em Portugal (século XV) in Fontes, J. L. I., Andrade, M. F., Rodrigues, A. M. S. A. (2020). Mosteiros e conventos no Portugal Medieval: vida espiritual e lógicas de implantação. *SVMMA*, N.º 15, pág. 8-34. Doi: 10.1344/Svmma2020.15.3;

Fig. 22 - Igreja dos Lóios, Évora; Arquivo da CME, c. 1930-1950 (site: <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/pt-afcme-edn-3298-50247>);

Fig. 23 - Igreja dos Lóios, Évora; Francisco Nogueira 2021;

Fig. 24 - Aspeto antigo da capela-mor e cruzeiro, decorado por dois altares de talha dourada in Espanca, T. (1960). Duques de Cadaval (2ª ed.). *Cadernos de História e Arte Eborense, Volume XXI*;

Fig. 25 - Aspeto atual, depois do restauro. Francisco Nogueira, 2021;

Fig. 26 - Interior da Igreja dos Lóios, Évora. Francisco Nogueira, 2021;

Fig. 27 - Interior da Igreja dos Lóios, Évora. SIPA, 1961 (site: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002868).

ÍNDICE DE ANEXOS

- Anexo 1** - Quadro com Árvore Genealógica da Família Cadaval; Leonor Nogueira, 2022;
- Anexo 2** - Antigo Açougue no Templo Romano (site: <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2012/08/templo-romano-de-evora-ou-templo-de.html>);
- Anexo 3** - Porta nobre presente no Palácio dos Duques de Cadaval; Leonor Nogueira, 2022;
- Anexo 4** - Exemplo de janela de canto no solar de Tentúgal, 1935; GISA - Arquivo Municipal do Porto (site: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/258928/?q=tentugal>);
- Anexo 5** - Exemplo de janela de canto em Monsaraz, 2019 (site: <https://www.flickr.com/photos/128321565@N03/48066970616/>);
- Anexo 6** - Exemplo de janela de canto em Santarém, 1939; GISA - Arquivo Municipal do Porto (site: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/260340/>);
- Anexo 7** - Exemplo de janela de canto na torre do monte de D. Caetano in Contreiras, M. S. (2019). A Casa Forte Alentejana na Transição da Época Medieval para a Época Moderna [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/75622>;
- Anexo 8** - Iluminura de São João Evangelista, do Abade Wedricus in Janson, H. W. (1998). *História da Arte*. Fundação Calouste Gulbenkian;
- Anexo 9** - Alpendre da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;
- Anexo 10** - Imagem do restauro da Igreja dos Lóios, 1958; SIPA (site: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002868);
- Anexo 11** - Imagem do restauro da Igreja dos Lóios, 1958; SIPA (site: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002868);
- Anexo 12** - Imagem do restauro da Igreja dos Lóios, 1958; SIPA (site: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002868);
- Anexo 13** - Tribuna com o brasão da família Cadaval; Leonor Nogueira, 2022;
- Anexo 14** - Túmulos do fundador D. Rodrigo de Melo e de sua mulher D. Isabel de Menezes; Leonor Nogueira, 2022;
- Anexo 15** - Capela do Santíssimo; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 16 - Capela de Nossa Senhora do Rosário; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 17 - Túmulo de D. Rui de Sousa; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 18 - Túmulo de D. Branca de Vilhena; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 19 - Capela de S. Nuno; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 20 - Sacristia; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 21 - Sala da Cera; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 22 - Órgão; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 23 - Órgão (detalhe); Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 24 - Órgão (detalhe); Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 25 - Órgão (detalhe); Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 26 - Mísula ornamentada no coro-alto da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 27 - Mísula ornamentada no coro-alto da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 28 - Mísula ornamentada no coro-alto da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 29 - Mísula ornamentada no coro-alto da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 30 - Mísula ornamentada no coro-alto da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 31 - Indício de pintura mural no coro-alto da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 32 - *São Lourenço Justiniano despede-se do lar e escolhe a Congregação de São Jorge de Alga*; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 33 - *São Lourenço Justiniano acalma a tempestade*; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 34 - *Um amigo de São Lourenço Justiniano recebe o hábito da Congregação de São Jorge de Alga*; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 35 - *Comunhão Eucarística da Freira - o dom da ubiquidade de São Lourenço Justiano*; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 36 - *As cerimónias de ordenação episcopal de São Lourenço Justiniano como Bispo de Castello*; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 37 - *São Lourenço Justiniano adorando o Menino Jesus*; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 38 - Claustro do Convento dos Lóios, sem data; SIPA (site: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002868);

Anexo 39 - Claustro do Mosteiro de S. Bento de Cástris, sem data; SIPA (site: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00006511);

Anexo 40 - Claustro do Mosteiro do Espinheiro, sem data, (site: https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g11801941-d576214-i106517618Convento_do_Espinheiro_Historic_Hotel_Spa_Canaviais_Evora_Evora_District.html);

Anexo 41 - Porta da Sala do Capítulo do Convento dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 42 - Morabito; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 43 - Teto Morabito; Leonor Nogueira, 2022;

Anexo 44 - Morabito no campo de Alcácer Quibir, sem data (site: <https://historiasdeportugalem.arrocos.com/tag/morabito/>);

Anexo 45 - Mural 25 de Abril, 1975 (site: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=420&album=Murais+Neuparth>);

Anexo 46 - Mural 25 de Abril, 1975 (site: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=420&album=Murais+Neuparth>);

Anexo 47 - Mural 25 de Abril, 1975 (site: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=420&album=Murais+Neuparth>);

Anexo 48 - Mural 25 de Abril, 1975 (site: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=420&album=Murais+Neuparth>);

Anexo 49 - Mural 25 de Abril, 1975 (site: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=420&album=Murais+Neuparth>);

Anexo 50 - Exposição *Noivas Inesquecíveis* na Igreja dos Lóios, 2015 (site: <https://www.palaciocadaval.com/eventos-culturais/>);

Anexo 51 - Exposição *Agatha Ruiz de la Prada* nas salas do Palácio Cadaval, 2017 (site: <https://www.palaciocadaval.com/eventos-culturais/>);

Anexos 52 - Exposição *Agatha Ruiz de la Prada* nas salas do Palácio, 2017 (site: <https://www.palaciocadaval.com/eventos-culturais/>);

Anexo 53 - Exposição *Évora África* nas salas do Palácio, 2018 (site: <https://www.palaciocadaval.com/eventos-culturais/>);

Anexo 54 - Exposição *Yves Saint Laurent*, 2022 (site: <https://www.evasoes.pt/o-que-fazer/em-evora-ha-comida-moda-e-arte-no-revigorado-palacio-duques-do-cadaval/1042519/>);

Anexo 55 - Planta do Palácio dos Duques de Cadaval, CME, data de emissão: 2018 (este documento não se encontra disponível, foi disponibilizado pela família Cadaval);

Anexo 56 - Planta de localização do Convento dos Lóios, CME, 2006 (este documento não se encontra disponível, foi disponibilizado pela família Cadaval);

Anexo 57 - Trecho da planta da cidade de Évora, 1902 (site: <https://permalinkbnd.bnportugal.gov.pt/records/item/14872-redirect>).

Introdução

A presente dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural, no ramo do Património Artístico e História da Arte, visa recolher, aprofundar a análise e aglutinar a informação escassa e dispersa relativa ao Palácio dos Duques de Cadaval ou Paço das Cinco Quinas em termos histórico-arquitetónicos, contribuindo assim para a sua salvaguarda e valorização através da disponibilização de informação atualizada sobre o complexo que engloba o Palácio, Igreja e Convento dos Lóios.

Ladeando o Templo Romano situado em plena Acrópole de Évora, cujo centro histórico é considerado Património Mundial da UNESCO desde 1986, encontra-se o Palácio dos Duques de Cadaval, a Igreja dos Lóios (ou de São João Evangelista) e o Convento dos Lóios. Este património pertenceu à mesma família desde a sua origem (séc. XIV e XV) até à Extinção das Ordens Religiosas (séc. XIX, 1834), momento em que o Convento foi extinto e passou a pertencer ao Estado. Contudo, tanto o Palácio como a Igreja de S. João Evangelista continuam, nos dias de hoje, na posse da Casa Cadaval. A família Cadaval descende do Santo Condestável D. Nuno Álvares Pereira e partilha a mesma varonia que a Casa Real de Bragança, através de D. Álvaro de Portugal. Descendem também da família Mello, Condes de Olivença (1476), Condes de Tentúgal (1504), Marqueses de Ferreira (1533) e por fim, dos Duques de Cadaval (1648)¹. Este último título ainda é usado e foi concedido a Diana Álvares Pereira de Melo em 2001, pelo extinto Conselho de Nobreza. Esta nobre família sempre possuiu ligações muito fortes com a Casa Real e teve um papel importantíssimo na História de Portugal, deixando uma herança patrimonial digna de estudo, na cidade de Évora.

Primeiramente, neste estudo, procede-se a um enquadramento histórico, de maneira a entender o contexto dos tempos que se fizeram acompanhar pelas alterações arquitetónicas do Palácio dos Duques de Cadaval. Devido à inexistência de informação sobre possíveis arquitetos e engenheiros, sobre plantas, e também sobre a disposição do interior do Palácio, realizou-se um estudo comparativo com outros modelos nacionais de maneira a elaborar uma reconstituição da disposição e da gramática arquitetónica de estruturação do Palácio dos Duques de Cadaval através dos protocolos rígidos que eram então aplicados. Tendo em vista a inserção do Palácio dos Duques de Cadaval na malha urbana da cidade de Évora, acrescenta-se um subcapítulo sobre as questões do Património Urbano.

¹ Quadro com Árvore Genealógica em anexo (Anexo 1).

No capítulo segundo, analisa-se a fundação da Igreja-Panteão e Convento dos Lóios através de um enquadramento histórico e procede-se ainda à descrição arquitetónica de ambos os espaços. Relativamente à Igreja-Panteão desenvolve-se a parte da azulejaria e no que concerne o Convento dos Lóios, aprofunda-se a sua adaptação a Pousada devido ao interesse que suscita na área do património. No terceiro e último capítulo, abordam-se as soluções e os desafios do Palácio dos Duques de Cadaval, como consequência da mudança de regime político no início do século XX até à atualidade e por fim, avança-se para uma proposta de salvaguarda e valorização patrimonial do Palácio dos Duques de Cadaval, incluindo uma breve recomendação para o conjunto que compreende o Palácio, a Igreja de S. João Evangelista e o Convento dos Lóios.

Problemática, metodologia e objetivos

São várias as questões que foram surgindo no desenrolar da presente dissertação e tendo em conta a escassa informação existente, a progressão da investigação apenas traz consigo mais dúvidas. A principal problemática baseia-se na questão da compreensão do protagonismo na história da cidade, da área atualmente ocupada pelo Palácio dos Duques de Cadaval, na sua temporalidade, considerando-se que todas as suas particularidades e influências arquitetónicas são meritorias da apresentação de uma proposta de valorização patrimonial, respeitando todo o rigor histórico que caracteriza este edifício e a sua envolvente, algo que até hoje não aconteceu.

Partindo da problemática preponderante outras questões são suscitadas, nomeadamente: Qual o ritmo e o dinamismo, em termos espaciais, da relação entre o Palácio, a Igreja e o antigo Convento dos Lóios e as suas alterações com a passagem do tempo? Quais os vestígios, como marca de um tempo, que se mantiveram e são atualmente usufruídos? E quais os que não se mantiveram e porquê? Qual a importância do edifício, e a manutenção (ou não) dessa importância, para a família e a Casa Cadaval ao longo do tempo? Em relação ao último capítulo, dedicado a uma proposta de salvaguarda e valorização patrimonial, que propostas poderão contribuir para soluções de salvaguarda e valorização patrimonial? Qual a melhor forma de promover este património e aproximá-lo da comunidade?

A presente dissertação situa-se no domínio do Património Histórico-Arquitetónico, o que requer uma metodologia de investigação baseada, principalmente, em fontes bibliográficas, documentais e arquivísticas. Através do trabalho de campo elaborou-se uma compilação fotográfica de maneira a preservar a memória deste espaço e contribuir para estudos futuros. O facto de conviver diariamente com o espaço, dado o estágio que nele desenvolvemos ao longo de onze meses, também permitiu uma perceção diferente do olhar comum do visitante que por ali passa. Foi importante também a ida ao Centro Interpretativo da Cidade de Évora, para a compreensão da evolução da cidade e da sua malha urbana, o que interfere diretamente também no desenvolvimento do objeto de estudo.

Analisaram-se documentos, manuscritos, livros, comunicações e artigos das mais diversas bibliotecas como a Biblioteca Pública de Évora (Sala de Reservados), a Biblioteca da Universidade de Évora, especialmente a localizada no Colégio do Espírito Santo, a Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a Biblioteca de Arte da Fundação Calouste Gulbenkian; e outros locais como a Torre do Tombo, o Arquivo da Direção-Geral do Património Cultural no Forte de Sacavém, a Direção Regional de Cultura do Alentejo, o

Arquivo Distrital de Évora e o Núcleo de Documentação da Câmara de Évora. Pela via online acedeu-se a diversos arquivos fotográficos, como o da Câmara do Porto, da Câmara de Lisboa, da Câmara de Évora; pela mesma via foi facilitado o acesso a alguns arquivos bibliográficos como o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, da Biblioteca Digital do Alentejo, da DGPC e SIPA, Academia.Edu, Bibliothéque National de France (Fond Portugais) e a Biblioteca Digital Gallica.

Infelizmente, não me foi permitido o acesso à Biblioteca e Arquivo Cadaval da Herdade de Muge, onde se julga haver informação pertinente sobre o Palácio de Évora, pelo que só me foi possível aceder ao Arquivo Cadaval presente na Torre do Tombo e aos Manuscritos que se encontram no Palácio dos Duques de Cadaval, em Évora, por cortesia da Família. Estes manuscritos estavam expostos nas salas de exposição e entre eles os que mais interessavam a esta dissertação eram os alvarás régios de doações, acrescentamentos e um outro sobre uma confirmação da mercê relativamente aos açougues que se situavam junto à base das ruínas do Templo Romano, de difícil leitura.

O objetivo principal desta dissertação é a partilha e renovação de informação, sob forma de valorização, deste espaço considerado particularmente relevante para a história da cidade. Aproximando-nos da possibilidade de Évora ser considerada Capital Europeia da Cultura em 2027, torna-se fundamental a participação na divulgação de conhecimento sobre o Património pertencente à cidade e a toda a sua comunidade. Este estudo surge dessa necessidade e também da relação que criei com o espaço durante os onze meses em que estagiei no Palácio dos Duques de Cadaval e na Igreja dos Lóios. Durante esse tempo muitos dos objetivos que tinha delineado foram concretizados como, por exemplo, a valorização da Igreja dos Lóios através da divulgação de informação sobre o espaço na forma de placas informativas em vários idiomas. Com o objetivo de valorizar este património através da investigação e transmissão de conhecimento alia-se a proposta de salvaguarda, numa ótica mais prática. No seguimento deste raciocínio, pretende-se também através deste objetivo o enaltecimento não só da cidade de Évora, mas também do Alentejo.

Estado da Arte

Com o objetivo de definir onde se situa o estado da investigação do tema a que esta dissertação se propõe, foi elaborada uma pesquisa aprofundada sobre o que já foi escrito e que se relacione com o complexo que compreende o Palácio dos Duques de Cadaval, Igreja e Convento dos Lóios; sobre a cidade de Évora, a Casa Nobre e ainda sobre questões nobiliárquicas. Não existe nenhum estudo formal sobre a história do Palácio e as suas transformações ao longo do tempo, sendo que onde há mais informação é no *Inventário Artístico da Cidade de Évora* (1966), de Túlio Espanca e no livro que o mesmo autor dedica aos Duques de Cadaval nos *Cadernos de História e Arte Eborenses*, Vol. XXI (1960), bem como nos *Estudos Eborenses: História e Arqueologia* (1947) e ainda os *Estudos Diversos (Arqueologia, História, Arte, Etnografia)* (1934) de Gabriel Pereira que por sua vez serão a base e o ponto de partida da presente dissertação.

No primeiro capítulo a pesquisa alargou-se à história da cidade de Évora dado o amplo leque cronológico, uma vez que este estudo visa acompanhar o início da construção do Palácio nas ruínas do antigo Castelo até aos dias de hoje. Tornou-se fundamental aprofundar o contexto dessas mesmas mudanças que se vieram a refletir tanto na malha urbana como no atual Palácio dos Duques de Cadaval, daí a relevância do estudo desde os primórdios da *Liberalitas Julia*. Sobre a época romana destaca-se o artigo do Professor Manuel Patrocínio, *Évora Romana: O legado edificado e a memória antiga*, na *Revista de História da Arte*, n.º 4 (2007).

Destaca-se o incontornável estudo de Ângela Beirante, *Évora na Idade Média* (1995), que inclui a estrutura física de Évora Medieval bem como os seus antecedentes históricos (compreendendo a época romana, muçulmana e durante a Reconquista) e engloba também um estudo muito útil sobre as propriedades e a sociedade, permitindo complementar o contexto histórico do Paço Medieval. Da mesma autora salienta-se a comunicação de 1983 sobre *O Alentejo na 2.ª Metade do Século XIV - Évora na crise de 1383-1385* nas *Jornadas sobre Portugal Medieval* em Leiria (1983).

No seguimento do importante estudo de Ângela Beirante sobre as alterações do *Castelo Velho* e enquadrando as muralhas da cidade de Évora, destacam-se duas dissertações devido ao carácter inovador presente nas suas propostas e utilidade para uma melhor compreensão da sua estrutura amuralhada: *O Recinto Amuralhado de Évora, Subsídios para o estudo do seu traçado*, de Miguel dos Reis Pedroso de Lima (1995), para enquadrar a Torre de Cinco Quinas na evolução da malha urbana de Évora e o estudo sobre *O Conjunto Abaluartado de Évora -*

Proposta de Salvaguarda e Valorização, de Ana Teresa Graça de Sousa (2013). Tendo servido sempre de apoio a informação presente no Centro de Interpretação da Cidade de Évora.

Para uma melhor compreensão da arquitetura militar portuguesa, intrinsecamente ligada a uma fase construtiva do Palácio, evidencio dois trabalhos do Professor Mário Barroca. Para a definição e compreensão das torres medievais, *Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)* (2003) & *Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes - A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV)* (1997). Dentro da temática das Casas-Fortes, destaca-se a dissertação de Margarida dos Santos Contreiras, sobre *A Casa Forte Alentejana na Transição da Época Medieval para a Época Moderna* (2019), possibilitando o confronto entre alguns modelos coetâneos de Casas Fortes alentejanas, com o Palácio dos Duques de Cadaval. Para além da arquitetura militar portuguesa, é fundamental para este estudo entender também a presença militar em Évora. Já no século XIX, uma parte do Palácio foi alugado para a instalação do Tribunal Militar, entre 1875 e 1884, e conseqüentemente sofreu obras profundas de adaptação a Tribunal, que o descaracterizaram totalmente. Foi possível colher esta informação relevante para a narrativa do espaço, ao longo do tempo, na dissertação de Joana Machado, *Palácio dos Morgados da Mesquita: memórias da presença militar em Évora* (2013).

Relativamente à Arquitetura Palaciana e de Edifícios Nobres, salienta-se o *Congresso Internacional, Casa Nobre: um Património para o Futuro*, em Arcos de Valdevez, englobando as palestras de Hélder Carita, perito na questão da evolução e adaptação dos espaços interiores senhoriais ao longo do tempo, que apresentou *José Manuel de Carvalho Negreiros e a arquitectura civil portuguesa no final do séc. XVIII* (2011), e também João Paulo Providência, *Valorização do Património e Método de Projecto: A Casa Nobre como objecto de estudo* (2014); ambas apresentam exemplos de modelos arquitetónicos relacionados com edifícios nobres, de uma forma muito útil para a perceção destes espaços e do seu funcionamento. Destaca-se ainda a comunicação de João Vieira Caldas e Maria João Pereira Coutinho, neste Congresso, sobre *O Palácio da Casa de Aveiro em Azeitão* (2017), onde, curiosamente, se encontra divulgado um desenho presente na Biblioteca Pública de Évora, referente a uma Sala de Tudescos que pode eventualmente remeter para o Palácio dos Duques de Cadaval. Salienta-se também o *Congreso Internacional Hispanoamericano de Historia de la Construcción* com as comunicações de João Vieira Caldas, Soraya Genin e Alejandra Vela. Como a investigação sobre a história da construção em Portugal é quase inexistente, estes três artigos

complementam-se. O artigo de Caldas (2009) e de Genin (2015) sobre a questão das abóbodas e Vela (2019) reflete sobre os Palácios Madrilenos, coêvos do Paço de Évora.

No seguimento desta temática, tão central, destaca-se também a dissertação de Suzinda do Nascimento Correia Neves, *Duas Casas Nobres do Antigo Regime em Loulé* (2013), onde se pode apreciar uma provável fonte de inspiração para alguma arquitetura remanescente do Palácio Cadaval, levantando algumas questões em relação ao Arquiteto que poderá ter gizado a remodelação do Palácio Ducal Setecentista. Ainda referente à questão da Arquitetura dos Edifícios Nobres, destaca-se um artigo de João Vieira Caldas e Maria João Pereira Coutinho, *O Nome e a Função: Terminologia e Uso dos Compartimentos na Casa Nobre Urbana da Primeira Metade do Século XVIII* (2014), de forma a compreender melhor a função de cada compartimento e as suas devidas características, através da correspondência trocada entre o conde de Tarouca e os seus filhos. Por fim, ainda há espaço para referir a dissertação de Mestrado de Pedro Silva Miguel, *Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII* (2012), por conter um documento que interessa muito a este estudo: uma Relação, proveniente de um códice, onde vemos como a distribuição dos espaços interiores do palácio está em íntima conformidade com a etiqueta da nobreza, representação e valor simbólico.

Relativamente ao estudo sobre a Aristocracia, evidencia-se a obra do Visconde de Sanches de Baena, de 1883, intitulada de *Memórias Historico-Genealogicas dos Duques Portuguezes do Seculo XIX* (1883), que não só contem muitas curiosidades sobre a Família Cadaval, como possibilita uma leitura de contexto sobre o conturbado século do Liberalismo e as suas relações com a grande Nobreza. Destaca-se também a obra de Nuno Monteiro (1998), especialista em Nobreza do Antigo Regime, *O Crepúsculo dos Grandes - A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*, em que na capa tem um retrato precisamente do 3.º Duque de Cadaval, D. Jaime Alvares Pereira de Melo, por Quillard.

Como não é possível estudar a cidade de Évora sem aprofundar o conhecimento sobre património urbano, foi fundamental analisar a tese de doutoramento de José Silva (2017) sobre *A invenção do Património Urbano, processos de produção dos lugares patrimoniais em Portugal*, de modo a entender a evolução morfológica dos tecidos urbanos na sua relação particular com o edificado monumental. Desta forma é possível adequar a teoria ao Palácio dos Duques de Cadaval, como património urbano, relacionando-o com a malha urbana de Évora e as suas modificações com o passar do tempo.

Relativamente ao segundo capítulo e considerando a escassez de informação relativamente ao Palácio, em contrapartida, é possível encontrar estudos mais aprofundados

sobre a Igreja e Convento dos Lóios. Principalmente sobre os seus azulejos, sendo Celso Mangucci o pioneiro nesta área de estudo, com uma obra publicada intitulada de *A Iconografia de São Lourenço Justiniano nos Azulejos dos Conventos Lóios de Évora e Arraiolos* (2013), onde faz uma interessante comparação entre a narrativa dos azulejos em dois conventos pertencentes à mesma Ordem. Mangucci, participou também no catálogo da *Exposição Documentos para a História da Talha Dourada e Azulejo em Évora* (2014), em que se refere também à Igreja e Convento dos Lóios. Em relação aos túmulos esculpidos por Nicolau de Chanterene, pertencentes à Capela do Santíssimo, na Igreja dos Lóios, destaca-se o livro de Francisco Bilou (2020), *Nicolau Chanterene, um insigne escultor em Évora, 1532-1542*. Foram ainda analisadas fontes manuscritas na Biblioteca Pública de Évora, como documentos paleográficos relacionados com a fundação do Convento e Igreja de S. João Evangelista (*Livro 1, 2 e 5 do Convento de S. João Evangelista*). Foi possível aceder ao Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sobre o Convento dos Lóios e a sua adaptação a Pousada do Ministério das Obras Públicas (1965) e que, apesar da sua abordagem superficial possibilita o entendimento sobre as obras principais de reabilitação.

Sobre a Ordem de Santo Elói, destaca-se a obra do Padre Francisco de Santa Maria, de 1697, *O Ceo Aberto na Terra. Historia das Sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza, & de S. João Evangelista em Portugal* (1697), por ser muito rica em fontes manuscritas, boa parte hoje desaparecida, e creio que não seja possível estudar os Lóios de Évora e a sua relação com a casa dos Mello, sem ela. Destaca-se também o livro de Nuno de Pinho Falcão, *Ecclesia Semper Reformanda, A Congregação dos Lóios e a Reforma da Igreja (Itália, Portugal e África - 1404-1580)* (2018) bem como a tese de doutoramento de Maria Isabel Pessoa Castro Pina, *Os Lóios em Portugal: Origens e Primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista* (2011), pelo seu enquadramento histórico em relação aos primórdios da Igreja dos Lóios de Évora e a sua relação fundacional com a casa dos Mello; da mesma autora e sobre o mesmo tema destaca-se o artigo *Os bons clérigos e a vida apostólica: os cónegos de Vilar de Frades e a reforma da Igreja no pensamento de D. Duarte* presente no livro *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade* (2014), em que realça o patrocínio de D. Duarte à fundação e despertar espiritual e também as ligações da Casa de Avis a esta Ordem, como observamos túmulos reais em igrejas pertencentes aos Lóios como a Infanta D. Catarina em Lisboa e o Panteão de Évora, por exemplo; estes aspetos foram salientados por Rosa (2005) na sua tese *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*.

Dentro da temática desta Congregação, é importante acrescentar ainda o autor Pedro Vilas-Boas Tavares (2003), investigador pioneiro e reconhecido no estudo dos primórdios e prática de devoção religiosa, com o seu artigo *Em busca das virtudes primordiais do «Estado Apostólico»: os fundadores Lóios nas «memórias» de Paulo de Portalegre (+1510)*, muito útil para o entendimento do contexto inicial da fundação e expansão da Congregação Secular. A dissertação de Azevedo (2017) sobre o *Mestre João Vicente (1380-1463) Fundador, Prelado, Reformador: em busca do estado apostólico no Portugal de Quatrocentos*, é um importante estudo sobre um dos fundadores desta congregação e a sua proximidade com a Corte de Avis, tema explorado no capítulo dedicado a esta Ordem. Em relação ao Convento dos Lóios, a informação foi principalmente retirada dos textos de Espanca e Pereira; para a adaptação a Pousada foi fundamental o *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Convento dos Lóios Évora* do Ministério das Obras Públicas, como já referimos.

Contribuindo para um melhor entendimento sobre o contexto religioso em Évora, do século XII ao século XV, enfatiza-se o artigo de João Luís Inglês Fontes, *Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (sécs. XII a XV)* (2005), e também do mesmo autor: *Mosteiros e conventos no Portugal Medieval: vida espiritual e lógicas de implantação* (2020), onde se retirou uma imagem que apresenta a expansão de conventos da Ordem de Santo Elói no século XV; bem como o artigo de Elsa Caeiro (2016), relativamente à Extinção das Ordens Religiosas, em 1834, que tanto influenciou o Convento dos Lóios e o seu posterior desenvolvimento, *Políticas e Consequências da Extinção das Ordens Religiosas no Espaço Urbano e Envolvente da Cidade de Évora, do Liberalismo à Atualidade*.

Por fim, juntou-se a informação que se encontra fragmentada, relacionada com a Casa Cadaval, em diferentes épocas, começando por destacar um texto de Virgínia Rau, *Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil* (1956), como documento histórico e útil para uma perceção contextual e ainda três artigos de Daniel Estudante Protásio, *A Casa Cadaval e os Acontecimentos Político-Militares de 1801-1833* (2018) e também relacionado *Moderados e Ultras na Regência e no Reinado de D. Miguel (1828-1834)* (2019), o mesmo autor contribuiu também para a *Análise histórico-prosopográfica da correspondência dirigida pelos duques de Cadaval e Lafões ao 2.º visconde de Santarém (1832-1833)* (2020), onde se acede a um contexto ao nível da mentalidade, deste meio, na primeira metade do século XIX através das trocas de ideias e informações.

Capítulo 1 - O Palácio dos Duques de Cadaval (Évora), a história de um espaço na Acrópole Eborensis

1.1. O Palácio dos Duques de Cadaval: enquadramento, implantação e contextualização histórica

De modo a enquadrar e concretizar o presente estudo é fundamental o entendimento do tecido urbano no qual o seu objeto se insere através da contextualização histórica que acompanha as alterações da malha urbana que contribuíram para o desenvolvimento e transformações do Palácio dos Duques de Cadaval ao longo do tempo.

Ângela Beirante (1995, p. 112) diz-nos que

De acordo com as bases metodológicas propostas pelo Prof. Oliveira Marques, em *Cidades Medievais Portuguesas*, um dos aspectos fundamentais a ter em conta no estudo de uma estrutura urbana é a análise da planta e a sua classificação tipológica. (...) Como observa Pierre Lavedan, na história de qualquer cidade há uma parte de vontade e outra de espontaneidade. No mundo romano, parece ter prevalecido a componente voluntária; no mundo islâmico, parece ter dominado a espontaneidade. No caso de Évora medieval, o processo de formação conta indiscutivelmente com os antecedentes romano e islâmico.

Das origens da cidade de Évora preservam-se, até aos dias de hoje, várias incertezas e questões cuja apuração não foi ainda concluída. Contudo, algumas conjecturas poderão ser feitas com base em estudos arqueológicos relativas à antiguidade da presença humana no território onde futuramente se ergueria Évora. Tomando em consideração a gruta do Escoural, a qual ostenta valiosas pinturas rupestres, e o Cromleque dos Almendres, é possível e razoável supor, nas palavras de Espanca (1966), que Évora (ou o seu espaço envolvente) terá sido “berço e teatro de duas civilizações: a primeira, no paleolítico superior, como santuário e habitação; a segunda, na época neolítica, como necrópole” (Espanca, 1966, p. 7), pelo que nos é permitido crer que a presença humana no espaço aqui referido se estenderá até 20 000 anos antes da era comum (A.E.C).

Já em plena era comum (E.C.), e sob o jugo do Império Romano, Évora foi consagrada com o título de *municipum* e denominada *Liberalitas Julia*. Após a romanização da península

ibérica iniciada na primeira metade do século III E.C., a Évora romana consistiu fundamentalmente num fórum situado na sua acrópole que abrangia a área envolvente do que atualmente subsiste do Templo Romano e continha edifícios de índoles várias. "Como qualquer cidade romana, Évora obedece à organização dos acampamentos militares: portas orientadas segundo os pontos cardeais, duas vias que se cruzam em ângulo recto e, na intercepção de ambas, o *forum*. (...) O templo que, em meados do século II, se ergueu no ponto mais alto da cidade estava consagrado ao culto imperial" (Beirante, 1995, p. 11).

Pereira (1947) reflete sobre

O estado actual do templo é, em nosso parecer, o mesmo em que se achava há muitos séculos; porque no findar da Idade Média já servia de açougue², e por consequência muito alheio ao fim para que foram construídos os paredões em que as colunas estiveram embebidas até 1870, e o muro ameiado sobre a arquitrave; não é de modo algum provável que para um mistér banal se erguessem grossas paredes, ou antes muralhas, com sua coroa de ameias; mais verosímil é pois que o templo, tal como existiu até 1870, fizesse primitivamente parte do castelo que na Idade Média ocupava a parte superior da cidade, e do qual ainda resta a torre da casa Cadaval, a do posto meteorológico, e um lanço de muralha e porta, que parece principal, no edifício da Biblioteca (p. 34-35).

As suas primeiras fortificações surgiram nos séculos IV e V na senda das primeiras invasões bárbaras (e conseqüente enfraquecimento do Império Romano), que as tornaram necessárias. A primeira muralha que envolveu a cidade foi a cerca romano-goda (Beirante, 1995). Esta muralha foi reforçada por torres cuja proveniência é romano-goda, mas que até ao século XIV sofreram alterações e reconstruções. De acordo com Beirante (1995), conservam-se doze torres³ de proveniência romano-goda, sendo que três dessas são as duas torres da Casa Cadaval e ainda a torre sineira do Convento dos Lóios. Curiosamente, pelas palavras de Ângela

² Imagem em anexo.

³ "Três torres rectangulares do palácio dos condes de Basto; a torre sineira dos Lóios; duas torres da Casa Cadaval, uma quadrangular e outra pentagonal (Torre das Cinco Quinas); duas torres à Porta Nova (uma do antigo Convento do Salvador, outra do Colégio de S. Paulo); a torre quadrangular da Rua Nova, chamada de Sisebuto; a torre pentagonal da Rua da Selaria (Rua 5 de Outubro); as duas torres da Porta de Moura". (Beirante, 1995, p. 40).

Beirante (1995, p. 42) passamos a saber que "a porta ocidental⁴ [deste recinto] situava-se na Rua da Selaria, entre a torre pentagonal que ainda lá se encontra e uma outra que D. João III, a conselho do arquitecto Francisco de Arruda, mandou derrubar em 1530 por se encontrar em ruínas e constituir uma ameaça para a segurança pública". Ou seja, através desta afirmação adquirimos a percepção de que o espaço que hoje pertence à Casa Cadaval (Torre das Cinco Quinas) estava situado, primitivamente, numa das entradas da cidade romana e que apesar de estar em ruína, se manteve até ao século XVI. Do ponto de vista urbanístico, o domínio romano sobre a cidade não pode ser subvalorizado, uma vez que, nas palavras de Patrocínio (2007, p. 118) "a fundação romana determinou o perfil urbano de Évora". Com efeito, as principais linhas urbanísticas eborenses foram precisamente desenhadas sob a égide do Império Romano.

Fonseca (1728) revela que

Do período romano «se concervão ainda algumas reliquias dos muros de Sertorio, que erão fortissimos de pedra de cantaria com 25 palmos de grosso; disfizêrãose no tempo d' El Rey D. Fernando por persuasoins de Lopo e Vasco Roiz». Há mais «a torre de Giraldo dentro da cerca dos conigos seculares de S. João Evangelista unica reliquia que ficou do grande castello que havia neste sittio obra tãoobem de Sertorio» (...) Da época seguinte, quando Évora «foi corte dos Reys godos Sizebuto, Sintila [...] fabricou o mesmo Rey Sizebuto duas torres que ainda perseverão conhecidas com o nome deste Rey». Já da altura da reconquista cristã, destaca-se «fora da cidade a torre ou atalaya em que o celebre Giraldo degoliou as sentinellas dos mouros» (p. 63)

O padre Fonseca diz também, em 1728, "que a construção [das muralhas] se devia conservar por relíquia das nossas victorias, e padrão dos nossos triunfos". Ou seja, existe a percepção de que a muralha antiga do castelo, para além de merecedora de estima pela sua qualidade histórica e material, é encarada como património coletivo eborense. Aliás, todo este enlevo memorialista das antiguidades de Évora é já encontrado na obra de Gaspar Estaço

⁴ "Entre ambas as torres erguia-se um arco de que nos dão conta os documentos medievais, como um de 1294, em que D. Dinis afora a Domingos Eanes, marceiro, um poio situado "so o archo da porta d alconchel". Nos séculos XII a XIV era de facto conhecida por "Porta de Alconchel", designação de origem árabe não claramente esclarecida e que veio a ser aplicada no século XV a uma outra porta da cerca nova da cidade, situada no prolongamento da rua do mesmo nome (hoje rua de Serpa Pinto) que punha a antiga porta em comunicação com o campo". (Beirante, 1995, p. 42).

(1625)⁵ e por certo os descendentes do condestável Nun'Alvares estariam certamente conscientes da mais valia que constituía a sua manutenção, como memória e *locus* repleto de uma identidade carismática na construção do seu palácio nas muralhas e entre torres do antigo castelo.

Já no período do Al-Andalus, no qual Portugal se viu subjugado por forças muçulmanas entre os séculos VIII e XIII, Évora adotou características fundamentais da sua fé e cultura. O seu centro nevrálgico tornou-se o suq, isto é, um espaço comercial junto à Mesquita-mor, sendo que esta ocuparia parte do lugar da atual Sé. Em redor deste centro, Évora estendeu-se para lá das suas fortificações, na forma de arrabaldes, hortas e pomares extramuros. No interior da cerca situava-se a alcáçova mourisca, sendo a torre das Cinco Quinas um dos seus pontos defensivos, segundo Beirante (1995). No século X, as muralhas não se encontravam em bom estado o que levou à realização de obras de fortificação e defesa, tendo-se construído barbacãs.

Os esforços empreendidos na reconquista da Península Ibérica aos sarracenos conduziram à tomada de Évora por Giraldo Sem Pavor em 1166. Assim, no período baixo-medieval subsequente a cidade conheceu uma longa época de desenvolvimento, tendo-se alargado para além das muralhas primordiais erigidas pelas mãos romanas e comumente denominadas “Cerca-Velha”. Como forma de dar azo a esta expansão, uma nova linha defensiva foi construída que englobasse os arrabaldes, comumente chamada “Cerca-Nova⁶”, Cerca Cristã e ainda Muralha Fernandina. Esta cerca conservou no essencial "a estrutura romana básica e a compartimentação interna do recente passado muçulmano. A preocupação de manter em boa forma cavas e barbacãs faz com que os primeiros reis portugueses, como proprietários de muralhas e carcovas, imponham aos moradores a obrigação de irem à adua, isto é, ao refazimento das obras da cerca" (Beirante, 1995, p. 44).

Beirante (1995) expressa

A forma como se estrutura o poder na cidade reconquistada tem os seus reflexos na forma como se partilha o espaço fortificado da alcáçova, entre o rei e os freires de Évora. De facto, D. Afonso Henriques, em 1176, doa ao mestre da ordem (Gonçalo Viegas) e a seus freires, entre outros bens, casas que tem em Évora "cum suo alcazar

⁵ No seu livro *Várias Antiguidades de Portugal*.

⁶ "A cerca nova surge pela necessidade de proteger o já importante aglomerado que havia crescido fora do primeiro perímetro amuralhado. Embora não existam provas documentais da data precisa do seu início, é geralmente aceite que a sua fundação se terá dado durante o reinado de D. Afonso IV" (Lima, 1995, p. 27).

ueteri" e, em 1187, possuíam os freires "duos alcazares, vetus et novum". O alcácer velho situava-se no extremo leste da alcáçova (Pátio de S. Miguel - Solar dos Condes de Basto), enquanto o alcácer novo ocuparia as actuais Pousada e Igreja dos Lóios e parte do Palácio das Cinco Quinas. (...) Existia um segundo alcácer novo, recentemente construído por ordem régia, que ficaria contíguo ao primeiro, ocupando certamente o extremo norte do Palácio das Cinco Quinas. Seria neste alcácer novo que residia o alcaide e que o rei tinha o seu paço (p. 44-45).

É interessante notar que a primeira grande obra erigida na cidade após a mudança de jugo foi a Catedral, algo que poderá ser explicado pela mudança de mãos da urbe de uma fé para outra e pelo facto de a mesquita-mor, no período de ocupação muçulmana, ter ocupado parte do lugar da Catedral que, num gesto simbólico e de força, a suplantou no local onde esta anteriormente se situava. Posteriormente, nos séculos XIII e XIV, outros dois edifícios de índole religiosa cristã foram construídos na urbe: o convento de S. Francisco, e o convento de S. Domingos, respetivamente.

No seguimento do século XIV, dispomos da descrição de Fernão Lopes sobre os acontecimentos de 1384 que contêm alguma informação interessante relativa ao castelo de Évora, onde mais tarde se veio a instalar o Paço das Cinco Quinas. Nas *Crónicas de Fernão Lopes*, em português moderno por António José Saraiva, encontramos a seguinte informação sobre o *Castelo Velho*: "o castelo era bem forte, e certo é que não seria tomado tão depressa como foi, se não fosse aquele modo que tiveram de pôr as mulheres e filhos dos de dentro em cima daqueles carros. E logo que foi tomado, foi roubado de quanto lá acharam, e demolido por muitas partes, e incendiado, de maneira que, queimado tudo quanto nele havia, ficou devassável como pardieiro, sem nele ficar parte defensável. E foi a tomada deste castelo aos dois dias do mês de Janeiro, da sobredita era de quatrocentos e vinte e dois anos" (Saraiva, 1958, p. 227). Curiosamente, Fernão Lopes refere ainda que o alcaide e os seus partidários depois de se renderem, saíram pela porta da Traição. Porta esta que se encontra hoje na Pousada dos Lóios.

Em 1385, D. João I doa o *castelo velho* ao Bispo D. João⁷, seu fiel partidário, para reter aí os seus presos (Beirante, 1995). Segundo a mesma autora, nesta doação fala-se pela primeira

⁷ "Dom Joham, etc. A quantos esta carta virem fasemos saber que nos querendo faser graça e mercee a Dom Joham bispo da cidade d'Evora do nosso conselho por muito serviço que d'elle recebemos e entendemos de receber ao diante, teemos por bem e damoslhe daqui em diante pera todo sempre pera el e pera todolos outros bispos que hi depois d'elle vierem, o nosso castello velho que he dentro na dita cidade em que tenha os seus presos pela guisa e

vez no termo *castelo velho* o que dá a entender que este foi substituído. Beirante conclui que, nos finais do século XIV, já existia um castelo novo ou construção semelhante.

Foi neste contexto que em finais do século XIV e início do século XV começa a construção primitiva (hoje impercetível) do atual Palácio dos Duques de Cadaval. No seguimento da Revolta do Mestre de Avis e da crise de 1383-1385, o *Castelo Velho*⁸ de Évora ficou parcialmente destruído. A 15 de Janeiro de 1390, Martim Afonso II de Melo foi nomeado alcaide-mor da cidade de Évora pelo Rei D. João I e recebeu por doação em 1398⁹ o antigo castelo onde se instalou, possivelmente, na zona da torre albarrã e ordenou o seu restauro (Espanca, 1960). De acordo com Beirante (1995), "estes edifícios já estavam construídos, pois D. Duarte doa ao filho daquele todas as casas novas que o pai fizera nos seus paços de morgado junto com o castelo" (p. 48-49). Torna-se fundamental destacar então tanto Martim Afonso II de Melo como D. Rodrigo de Melo pela importância enquanto fundadores daquilo que é a Casa Cadaval e também pelo percurso que se inicia neste momento.

Foi no século XV, segundo Paulo Pereira (1995), que a construção de palácios ganha um novo impulso: "Estes paços revelam uma hibridização entre o carácter de fortaleza e o de espaço de habitação nobre, que se inscreve numa longa tradição que remonta aos séculos XII e XIII, quando eram as torres os lugares de habitação dos senhores e também as sedes de amplos territórios" (p. 19, vol. 2). Relativamente à arquitetura da cidade de Évora do mesmo século¹⁰ Espanca (1966) afirma que esta se desdobra em duas épocas "definidas e bem caracterizadas: a que se prolonga nos cânones tradicionais da evolução lenta mas natural do espírito ogival, e

condiçam que o aviam os bispos que hi ante foram ante que del fosse feita doaçam a Alvaro Gonçalves de Moura per ElRey Dom Fernando nosso irmão a que Deos perdoe. Porem mandamos aos juises da dita cidade e a outras quaesquer justiças a que esta carta for mostrada que metades o dito bispo em posse do dito castello velho e o leixedes aver e lograr a el e aos outros bispos que hi depos el forem pera teer os ditos presos, e lhes bom ponhades em elle outro nenhum embargo nom embargando a dita doaçam que assy del foi deita ao dito Alvaro Gonçalves como dito he. E em testemunho desto lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante em Guimaraães XXV dias de mayo ElRey o mandou. Gonçallo Lourenço a fez. Era de mil IIIleXXIII annos. (Torre do Tombo. Liv. 1.º de D. João I, fol. 110.)" Pereira (1998, p. 97-98).

⁸ Beirante (1995, p. 50) diz-nos que "o próprio castelo velho, com as suas torres, casas, pardieiros, quintais e árvores, fora objecto de doação, em 1446, a favor de Martim Afonso de Melo e, pelas confrontações que são dadas pelo diploma, sabemos tratar-se do castelo do rei situado na antiga alcáçova".

⁹ Data mencionada por Ângela Beirante (1995, p. 48), pois Túlio Espanca (1960) diz que a instalação do alcaide-mor se deu em 1390.

¹⁰ Quanto à poesia deste século, Braga (2005, p. 322) diz-nos que "quando Garcia de Resende começou a coligir as poesias da fidalguia portuguesa do século XV, escrevia, como justificação do seu trabalho: "muytas cousas de folguar e gentylezas ssam perdidas ssem aver d'elas notiçia. E sse as que ssam perdidas dos nossos passados se poderam aver, e dos presentes s'escreveram, creo que esses grandes poetas, que per tantas partes ssam espalhados, nam tiveram tanta fama como tem". Referia-se, como homem erudito, à poesia castelhana, italiana e francesa, cujos exemplares enriqueceram as livrarias de D. Duarte, do condestável D. Pedro e de D. Afonso V".

que abrange os reinados de D. João I - D. João II, e a arquitetura *sui generis* que floresceu dos últimos anos do *Príncipe Perfeito* aos alvares do governo de D. João III” (Espanca, 1966, p. 15). Foi nesta segunda época, de estilo gótico-manuelino, que a Igreja de São João Evangelista foi edificada, sendo esta, na opinião de Espanca (1966, p. 15), a “melhor obra religiosa que se salvou do último terço do século” e uma “derradeira manifestação do gótico nacional, com pórtico flamejante e o único exemplar desta fase do estilo na região”.

O estabelecimento de uma paz duradoura com Castela propiciou o florescimento da economia e nesse sentido também essa renovação arquitetónica da qual Évora é um magnífico exemplo. Também existem fatores externos que dão identidade, por exemplo, embora na raia essa situação fosse de permuta, existe a procura de criar estilos "nacionalistas" de afirmação identitária em relação aos reinos vizinhos. *Grosso modo*, no reinado de D. Manuel destacou-se o chamado estilo manuelino de sensibilidade imaginária própria e um pouco diferente do plateresco¹¹ Isabelino, embora em termos técnicos semelhantes e ambos tardo-góticos.

Neste período manuelino e renascentista, que corresponde aos séculos XV e XVI, a cidade de Évora assumiu uma posição preponderante no xadrez geográfico e político português, demonstrando sempre lealdade ao poder régio. A fundação da Universidade de Évora em 1559 contribuiu largamente para o seu desenvolvimento e relevância nacional, uma vez que esta instituição elevou a cidade a um dos mais importantes polos culturais de Portugal. De acordo com Fonseca (2010) "a fundação da universidade de Évora deveu-se à acção pessoal do cardeal D. Henrique, o qual, motivado por ideais humanistas e por preocupações pastorais, encontrou nos jesuítas os auxiliares indispensáveis à concretização do seu projecto. Beneficiou, no seu início, do favorecimento da família real portuguesa: mas a sua extinção pelo Marquês de Pombal, em 1759, (...), ficou a dever-se igualmente à desgraça política em que haviam caído os mesmos jesuítas". No que diz respeito ao desenvolvimento urbano eborense, este período atribuiu à cidade algumas linhas indeléveis neste capítulo na forma da construção de edifícios.

¹¹ Plateresco segundo Clouas (1980, p. 154): É curioso que Bury ignore o inventor do termo Mudéjar, José Amador de los Ríos, que, ao mesmo tempo, era mais celebrado. (...) o novo consórcio que na primeira metade do século XVI ofereceu entre nós o velho estilo mudéjar e o estilo plateresco: a abundância e sumptuosidade, a galanteria e frescura dos elementos decorativos que um e outro guardam, harmonizavam-se, como no século XIV os do estilo ogival e a arte maometana tinham sido combinados para produzir construções não menos sumptuosas. O estilo Plateresco baseava-se essencialmente no restauro da forma humana, recordando as fontes da antiguidade, esgotadas ou obstruídas pela estatuária da Idade Média: o estilo mudéjar baseava-se sobretudo na imitação da vida vegetal e na aplicação constante da ciência geométrica [tradução livre].

No seguimento das alterações na malha urbana de Évora nesta altura, Espanca (1952, p. 436) revela que

No espaço do pequeno parque [terreiro público do Jardim do Conde de Schomberg, vulgarmente chamado de Diana] havia moradias particulares que, no século XVI, eram habitadas por um fidalgo conhecido pelo Barão, e que, avançando contra a linha da fachada principal do sumptuoso paço dos Melos, o Palácio da Torre das Cinco Quinas, diminuía a vista da igreja dos Lóios e encurralava o movimento das carruagens e tropel dos ginetes nos dias de grande azáfama cortezanesca. E até à esquina da torre pentagonal corria uma travessa imunda, sombria, irregular, aberta em boqueirão alcantilado e pedregoso. D. Rodrigo de Melo, Senhor do Cadaval e 1.º conde de Tentúgal, expôs à Câmara que só haveria nobrecimento e beleza da cidade em se tapar essa mísera passagem e rectificar a fachada dos seus paços, pelo que já adquirira parte das casas do Barão para serem destruídas, e que, em troca daria à cidade acesso fácil para o mosteiro de S. João Evangelista (...). No salão nobre dos paços do Conde de Tentúgal (...) se efectuou o auto de escritura.

Para além da já mencionada Universidade, também o aqueduto, conectado ao sistema de águas da cidade do qual passaram também a fazer parte chafarizes e fontes; e a reedificação de alguns Conventos marcaram a planta urbanística eborense.

Leal (1996) diz-nos que

Decretadas as primeiras medidas para o conserto e a desobstrução do centenário Aqueduto da Água de Prata, a fim de se obstar às deficiências crónicas de abastecimento de água à cidade, que eram, talvez, o maior flagelo do quotidiano dos eborenses, houve condições para propor o arranjo "de uma nobre e elegante praça que devia ser arborizada", a qual, planeada "no melhor gosto", deveria promover o embelezamento da zona que se estendia da Sé ao templo de Diana. A demolição dos "casarões" indispensável à abertura da praça projectada, foi autorizada em Outubro de 1859, tendo o seu proprietário, o duque de Cadaval, visto a sua cedência compensada pelo aforamento de três propriedades disponibilizadas pelo Município (p. 266-267).

Nos séculos XV e XVI o crescimento económico de Évora alicerçava-se na fertilidade dos seus arrabaldes, mas também na sua localização estratégica favorecida situada nas rotas que seguiam para importantes urbes espanholas como Madrid, Sevilha e Toledo¹², sendo que esta última cidade referida foi, até 1561, capital de Espanha *de facto* unificada em 1469. O favorecimento de Évora por parte da Dinastia de Avis dilatou igualmente a sua relevância política. Monarcas desta dinastia ali estabeleceram variadas vezes a sua residência e ali ergueram monumentos.

É merecedora de nota a assídua presença de D. Manuel em Évora, cidade onde habitou vários anos (Espanca, 1966). No sentido inverso, de Évora para fora, mercadores, clérigos e agentes da contrarreforma (entre outros) viajaram pelo mundo, estabelecendo desse modo contactos importantes entre a sua cidade, novas realidades e oportunidades. Arquiteticamente, segundo declara Espanca (1966), “o período [eborense] mais original coincide, por força de circunstâncias especiais e ambientes com o reinado de D. Manuel (1495-1521)” (p. 15). Com efeito, D. Manuel I deslocava-se a partir de Évora em direção aos territórios espanhóis devido às suas relações com os *Reis Católicos* Dona Isabel de Castela e o Dom Fernando II de Aragão, monarcas que através do seu matrimónio em 1469 levaram à unificação das dinastias dos seus reinos. Segundo Teófilo Braga (ed. 2005, p. 145) “O *castelhanismo*, que tanto predominou na corte portuguesa, pelos casamentos dos reis D. Manuel, D. João III e príncipe D. João (pai de D. Sebastião) aparece escrito por todos os poetas quinhentistas, que transigiam com a moda palaciana, mesmo apesar do seu consciente nacionalismo, como Gil Vicente e Camões”.

Desta proximidade surgiu, segundo Espanca (1966), “um interesse especial pela arquitectura e decoração moirisca intensamente manifestada na Andaluzia e Estremadura, sabendo-se, através de citações documentais da existência de alvenéis castelhanos ou hispano-árabes trabalhando, seguramente, no Alto e Baixo-Alentejo” (p. 16). São vários os mestres espanhóis que moldaram a paisagem arquitetónica de Évora no período aqui tratado. Quanto à arte mudéjar na cidade, esta encontrou a sua expressão máxima pela mão do arquitecto Diogo de Arruda, natural de Évora, na porta policêntrica da Sala do Capítulo do Convento dos Lóios, construída por volta do ano de 1510. Com efeito, “durante a década de 30 [do século XVI],

¹² Silva (1989) diz-nos que: A ligação muito grande do Alentejo a Sevilha, a projecção de Toledo como a grande capital de Espanha - cidades onde o mudéjarismo tem um acento fortíssimo, ainda que diferenciado - são fontes de influência a considerar para a compreensão do mudéjarismo (e do próprio tardo-gótico, em geral) alentejano. Às cidades de Sevilha e de Toledo ter-se-á de juntar a de Granada que, se era já conhecida dos artistas portugueses, ficou de portas escancaradas à admiração das suas maravilhas arquitectónicas por parte dos conquistadores cristãos, em 1492 (p. 22).

Évora torna-se a capital política e cultural do País" (Serrão, 1988, citado por Branco, 1998, p. 233).

Branco (1998) ressalva "a influência humanística "italiana" dos mestres dos reis e dos infantes, desde D. Afonso V, e os intelectuais que se "encontraram" em Évora nos anos 30-40 facilitaram, evidentemente, a adopção do novo partido arquitectónico que substituiu o "manuelino"." (p. 233-234) Nesse círculo de humanistas¹³, insere-se D. Francisco de Melo, que viveu durante um período do século XVI em Évora, no Paço das Cinco Quinas e de quem a família Cadaval descende.



Fig. 1 - Pier Baldi, vista de Évora tirada do lado norte (1669); localização do "Palácio das Cinco Quinas" in Bilou, F. (2020?). O túmulo de Francisco de Melo nos Lóios de Évora (1536-1537): uma obra de Chanterene para o "melhor matemático do reino".

D. Francisco de Melo estudou na Universidade de Paris entre 1514 e 1520, com o incentivo de D. Manuel (seu bolseiro), participou em missões diplomáticas importantes e em 1529, foi nomeado por D. João III capelão do Paço e mestre de matemática dos infantes, "por este tempo já o ilustre humanista se tornara figura incontornável na arte da retórica nos cerimoniais de corte" (Bilou, 2020(?), p. 4).

Nos séculos XVII e XVIII a cidade de Évora conheceu a presença dos estilos barroco e "chão". Em simultâneo, a paisagem da cidade foi fortemente marcada por uma veia militarista por questões defensivas face ao período vivido (Guerra da Restauração, 1640-1668). Neste longo período foram edificadas fortificações modernas na cidade ao estilo francês, segundo a conceção Vauban (Espanca, 1966). As consequências destrutoras da beligerância entre Portugal e Espanha obrigou a vários esforços de reconstrução na urbe. Mas a devastação da digladição avivou igualmente a ânsia construtiva já em período de paz e em consonância com o bom momento económico do reino, sendo um belo exemplo dessa mesma a nova capela-mor

¹³ Nas palavras de Branco (1998, p. 224), este círculo era composto por: "Estêvão de Nápoles, Mateus Pissano, Justo Baldino, Cataldo Sículo, Luís Teixeira, Clenardo e Vaseu são alguns desses mestres; Aires Barbosa, D. Francisco de Melo, Jean Petit, Pedro Nunes, André de Resende, D. Martinho de Portugal, D. Miguel da Silva, Jorge Coelho, Pedro Margalho, Gonçalo Pinheiro e Damião de Góis trabalham, convivem e reflectem na cidade. E nesse círculo produzem, nesses anos, artistas como Diogo, Francisco e Miguel de Arruda, Diogo de Torralva, Diogo de Castilho e Manuel Pires, Nicolau Chanterene, António e Francisco de Holanda, Frei Carlos, Cristóvão de Figueiredo, Gregório Lopes, Diogo de Contreiras".

da Sé, datada de 1746. Diversos outros edifícios religiosos foram erigidos no século XVII, tal como a Igreja do Carmo.

Foi igualmente nos séculos XVII e XVIII que Évora beneficiou de reconhecida produção artística nas áreas da talha dourada e azulejaria. Relativamente a esta última arte, o reinado de D. João V revelou-se prolífico para a cidade, tomando em consideração os revestimentos de azulejos apostos às paredes das Igrejas dos Lóios e da Misericórdia, bem como às salas de aula da Universidade. Enquanto baluartes do rococó, manifestação tardia do Barroco, encontram-se em Évora a Igreja do Convento Novo ou de São José e a Igreja de Nossa Senhora das Mercês.

Nos séculos XIX e XX foram levadas a cabo enormes mudanças urbanísticas na cidade. Naturalmente os edifícios erguidos e as opções tomadas quanto ao planeamento urbano correspondem, em menor ou maior medida, às correntes e arranjos políticos em vigor. No século XIX, de grande fervor liberal, os conventos foram claramente afetados, como observamos no Convento dos Lóios, consequência da Extinção das Ordens Religiosas. De acordo com a informação disponível no Centro de Interpretação da Cidade de Évora, a cidade sofreria uma enorme transformação no seu centro histórico, levada a cabo pela instalação de equipamentos, infraestruturas e espaços sociais ocupando precisamente muitos espaços monástico-conventuais. Foi neste século que alguns marcos fundamentais da cidade, que ainda perduram até aos dias de hoje, foram fundados, tal como o Teatro Garcia de Resende ou o Jardim Público.

Leal (1996) em relação ao Jardim Público refere que

Tal como foi pensado por Giuseppe Cinatti o Passeio Público repete o esquema de inspiração inglesa "naturalista" e acidentado (...). Não muito distante, também, do sistema adoptado em Itália por mestres arquitectos fundamentais na sua formação, Cinatti importou para Évora um esquema de concepção dos espaços que tira partido da acentuação dos acidentes naturais do terreno no jogo da distribuição dos canteiros e tufo de vegetação, coreografados como obra fortuita da natureza, e que privilegia os efeitos de surpresa como medida anti-monotonia. A tónica pitoresca é ainda dada pela introdução de lados e de simulações de cursos de água com ligeiros efeitos de cascata, tudo de dimensões bastante reduzidas e adequadas às proporções da área disponível (p. 273-274).

No século XX a muralha circundando a cidade não constituiria definitivamente o seu limite, tendo sido extravasada pelo crescimento da urbe. Este transbordar tinha já sido iniciado com a chegada do caminho de ferro a Évora no século anterior. No entanto, este crescimento foi acompanhado pela desertificação do seu centro histórico verificado nos anos 40 e seguintes. A chegada ao poder do regime ditatorial do Estado Novo trouxe consigo novas mudanças urbanísticas ao espaço público. As suas obras intramuros definiram profundamente a nova face da cidade. Entre estas, foram relevantes a edificação do Palácio de Justiça e da sede dos Correios de Portugal.

Pertenceram também ao conjunto de ambições urbanísticas do período do Estado Novo variadas intervenções a complexos já existentes (como o Palácio de D. Manuel ou a circular das muralhas) que desembocaram em profundas alterações à fisionomia das zonas contíguas às obras encetadas. Já no período democrático, no pós 25 de Abril de 1974, Évora viu reconhecida a sua beleza arquitetónica e urbanística intramuros, às quais não escapa a história que estas representam e emanam, ao ser distinguida enquanto Património Mundial da UNESCO em 1986.

Extramuros a cidade foi agraciada com a contribuição de Álvaro Siza Vieira, arquiteto de renome internacional, que planeou o bairro da Quinta da Malagueira inaugurado em 1973 (bairro hoje candidato a Património da Humanidade desde 2016), composto por habitações com contornos modernos cujos espaços intermédios formam espaços públicos destinados aos mais diversos serviços comunitários. Esta urbanização destaca-se não só pelo seu lado funcional, como pelo diálogo entre a obra de autor e as alterações feitas pelos inquilinos ao longo do tempo como demonstração da sua adaptabilidade e acomodação. Apesar deste facto ser um entrave para a classificação deste espaço, torna-se relevante a reflexão sobre este tema.

1.2. Caracterização arquitetónica do Palácio dos Duques de Cadaval

De forma a compreender o objeto de estudo tornou-se fundamental o entendimento sobre a questão da Casa Nobre, por não haver informação existente ou acessível sobre a disponibilização de compartimentos e caracterização arquitetónica do Palácio Cadaval. Serve este estudo para ter uma noção do que seria e como poderia estar organizado nas suas divisões e também sobre a sua relação com o espaço, tendo em conta as suas possíveis e variadas transformações com o passar do tempo. Revela-se crucial referir que o Palácio se encontra muito pouco estudado, existindo um vazio bibliográfico e escassez de fontes gráficas e documentais. Crê-se que a monumentalidade de Évora que reúne muitos outros edifícios de enorme valor terá delegado o estudo deste palácio para um segundo plano, este facto veio a tornar o seu estudo num enorme desafio que se considera muito interessante. Ensaia-se nesta dissertação uma proposta de reconstituição do Palácio.

Providência (2014) salienta que

A Casa Nobre é um objecto multiforme, decorrente dos usos, hábitos, ou modos de vida de uma classe social que afirmava valores de estabilidade, ordem e fidelidade ao rei. Se numa configuração que corresponde, genericamente, à primeira dinastia a casa se afirma como Torre com seu recinto, a que se poderá ter associado algum elemento que permita as actividades do quotidiano, é com o início da segunda dinastia que a Casa Nobre se afirma com outras ambições. Por um lado, as habitações do Rei implicam a adoção de modelos mais sofisticados de caracterização espacial, na diversidade das suas actividades de corte; por outro, a adoção de regras de etiqueta das cortes europeias (e inglesas), impõem esquemas espaciais de maior sofisticação na articulação entre espaços e conforto. (p. 729)

Torna-se fundamental destacar em primeiro plano toda a simbologia de memória e prestígio nobiliárquico presente na estrutura militar que ocorre na integração da residência palaciana nas estruturas muralhadas anteriores. Em 2014, Providência diz-nos que, inicialmente, a Casa Nobre medieval afirma-se como um elemento defensivo e só posteriormente como afirmação de domínio. Refere ainda que "a Torre, como elemento de afirmação senhorial, nobreza e origem, prolonga-se na Casa Nobre até ao século XIX." (Providência, 2014, p. 727).

A simbologia da Torre¹⁴ encontra-se também presente no modelo arquitetónico da Casa Forte. Apesar de o Palácio dos Duques de Cadaval não ser considerado uma Casa Forte, torna-se evidente que todo o seu perfil se encontra fortemente adequado a uma simbólica militar, sendo notória a preocupação de conciliação e preservação de elementos do *Castelo Velho* de Évora. A preservação das torres e perfil militar (ameias, no alçado maneirista entre as torres) no Palácio dos Duques de Cadaval, tinha um elevado valor simbólico e os Álvares Pereira de Mello optaram ciosamente pela sua preservação. Dessa forma procuraram, através da arquitetura, atestar a antiguidade da sua linhagem e estamento social, bem como o seu carisma nobiliárquico. A afirmação que se segue de 1676 vem validar o que foi assinalado anteriormente.

Sampaio (1676) explica-nos

A demonstração mais certa para conhecer a nobreza das familias, & casas antiguas, he ver que nellas ha, ou ouve Castello, ou Torre antigua, por quanto se não levantávão sem licença dos Reys, & o uso dellas, & das ameas, que em ellas se punhão, senão concedia em aquelle tempo senão a pessoas illustres, como bem o advertio Manuel de Severim nas suas noticias de Portugal (p. 32).

Também Rafael Moreira (1991), referindo-se à evolução da torre nos séculos XV-XVI, diz o seguinte

O rei constrói; e, ao mesmo tempo, as velhas torres senhoriais esvaziam-se de suas função militar e evoluem para a casa nobre. Só externamente mantendo a aparência

¹⁴ A torre de menagem constituiu um dos elementos mais inovadores a nível da arquitetura militar medieval e demonstrou uma eficácia tal que a sua utilização proliferou por todo o território nacional. Foi introduzida em Portugal por via templária em meados do século XII e, estrategicamente, constituía o último reduto de defesa, o local de maior segurança em tempos de guerra, e que permitia uma forte resposta bélica contra o inimigo. Situada em locais de grande visibilidade, no topo de colinas, circundada de muros, a torre de menagem tornou-se o elemento identificador do castelo, o que o distinguia de uma simples fortaleza. Estava preparada para ser habitada, pelo que terá sido também o local onde se instalavam temporariamente os membros da coroa, da nobreza, governadores e outros responsáveis pela defesa do território em redor. Como refere José Custódio da Silva, são as torres de menagem que, na época românica, se erguem *altivas no interior do recinto amuralhado e simbolizando a senhoria do castelo*. As torres de menagem eram, portanto, o local de instalação do terratenente, assumindo-se visualmente como a sede que emanava o poder territorial, administrativo e público, sobre uma terra (Contreiras, 2019, p. 18).

de fortificações - torre, ameias, seteiras - como distintivos exclusivos da nobreza. A partir daí a palavra castelo perde o sentido próprio (embora continue a ser usada, por mero hábito). (p. 127)

Podemos encontrar modelos pioneiros dessa transformação do habitar de grandes senhores, no Castelo de Porto de Mós, que constitui uma fortificação palaciana, mas que inaugura já uma transição deste modelo, para um modelo civil, que viria a ser também adoptado pelos Melo no seu paço de Évora. O mesmo ocorre, com o complexo fortificado do Castelo Condal da Feira, onde a função militar e residencial se combinam, num esforço de nobilitação da época. Durante os séculos XV e XVI, os modernos conceitos de conforto e civilização traduzem a transformação da alcáçova em pátio acastelado, com espaços de receção, lareiras e enormes salões, sem nunca esquecer a representatividade e evocação dos méritos guerreiros dos seus proprietários, necessários ao carisma e memória da linhagem.

Pouco se sabe da história do palácio e da sua vivência durante o século XVI, mas presume-se que os condes de Tentúgal e marqueses de Ferreira residissem em Évora. Cunha (2003) diz-nos que "passavam longuíssimas temporadas em Água de Peixes, no Alentejo" (p.46). Por sua vez, Nuno Gonçalo Monteiro (1998) afirma que "boa parte dos próximos antecessores das casas dos Grandes brigantinos (...) não residia regularmente em Lisboa no alvorecer de seiscentos" (p. 427) o que faz presumir que estes senhores residiam nos seus domínios senhoriais. É possível encontrar também alusões pontuais que nos indicam que estes residiam no seu palácio de Évora, através do testemunho de D. Luís Zapata de Chaves, parente do III.º conde de Tentúgal D. Nuno, e que por volta de 1593 testemunhava um tremor de terra ocorrido na cidade, estando a residir no palácio do conde, em Évora¹⁵. Outros exemplos que possibilitam atestar a presença desta família em Évora, encontram-se em dois artigos de Antónia Fialho Conde, relativos, o primeiro ao restauro de uns panos de armar, encomendado em 1597 pela terceira condessa - viúva de Tentúgal, D. Mariana de Castro (2009). E o segundo artigo referente à dotação, efetuada em Évora, por parte do terceiro marquês de Ferreira de serviçais e damas de companhia da sua casa (2014).

Évora neste período, como salienta Luís Filipe Thomaz (2008), respirava em torno de uma ideia de império manuelino, e muitos nobres encontravam nas campanhas africanas uma fonte de prestígio e nobilitação. Évora também evocava uma nova descoberta pela antiguidade,

¹⁵ Zapata, L. (1859). *Miscelânea de Zapata - Memorial Histórico Español: Coleccion de Documentos, Opúsculos y Antigüedades, que publica la Real Academia de la História*; Tomo XI. Madrid, en la Imprensa Nacional.

pelo gosto pela sua história antiga e seus testemunhos ao longo dos séculos, que abundavam na cidade. O conceito de *civitas* era forte e os monumentos traduziam esse passado glorioso. Assim, também a nobreza procurava preservar esses sinais do passado, colecionando esses vestígios ou pelo menos, fazendo a sua integração em novas campanhas construtivas, contribuindo assim, não apenas para o seu prestígio pessoal mas também exercendo uma utilidade pública, ligada a um certo evergetismo. Como fizeram os condes de Sortelha e os condes de Basto; os condes de Tentúgal por certo também o terão feito no seu palácio, a atestar pelo aproveitamento dos capitéis califais presentes, ainda hoje, na arquitectura do seu palácio. Resultado da mudança de políticas relacionadas com o norte de África, efetuadas no reinado de D. João III, e do novo gosto "ao romano" da corte eborense, a nobreza inspira-se em novos modelos aulicos de habitação. Os nobres também se curializam e adquirem novos hábitos de cortesia, festa e conforto, bem como novas linguagens estéticas.

No século XVI, por diferentes aspetos nobiliários e simbólicos, o complexo palaciano terá sofrido substanciais remodelações. Primeiramente, aquando da criação do título de conde de Tentúgal em 1504. O início de uma linhagem com titulação é sempre bastante propício para o aprimoramento dos palácios, mas o palácio devia refletir o prestígio e virtudes de quem o habitava, o sentimento de identidade da linhagem. Os Melos sempre serviram a Coroa em Marrocos. O seu avô (de Rodrigo de Melo, 1.º Marquês de Ferreira), homónimo, D. Rodrigo de Melo, conde de Olivença havia sido capitão da praça de Tânger. Outros membros da família tiveram também um papel destacado nas campanhas africanas. O conde de Tentúgal, por via de seu pai, D. Álvaro de Bragança, era trineto de D. João I e de D. Nuno Álvares Pereira. E por sua mãe descendia da linhagem dos Melo, alcaides-mor de Évora e fronteiros-mor do Alentejo. Estamos pois perante um grande senhor, D. Rodrigo de Melo (1.º Marquês de Ferreira), de sangue real (Costa, 2004).

Sublinha-se a virtude militar do conde, porque se considera que corresponde à imagem que procurou traduzir para o seu paço. Uma linhagem ligada ainda a fortes ideais de cavalaria e a um espírito de cruzada, uma memória e carisma de conquistas e campanhas africanas. Assim, não será de estranhar o perfil acastelado da sua residência, que traduzia fielmente o protagonismo da sua honra familiar e ações militares. Revela-se evidente que a relação entre o palácio e a família que o habita é muito íntima, sendo a sua arquitetura um emblema da identidade do titular.

Costa (2004, p. 24) revela que

D. Rodrigo de Melo parece, pois, ter sido um homem sedento de fama e honra, que procurou repetir os feitos de seus avós. Assim, em 1508, participou na expedição que partiu a 26 de Julho com o objectivo de conquistar Azamor. (...) O ataque a Azamor foi mal sucedido, mas a esquadra foi depois em socorro de Arzila, onde o conde foi ferido por um pelouro de bombarda; foi então evacuado para Tânger onde terá recuperado. Mais tarde, em 1513, voltou a Marrocos acompanhando seu primo co-irmão, o duque de Bragança, na tomada de Azamor.

Quando esta família é elevada a marqueses de Ferreira, por volta de 1533, o palácio poderá ter sido adaptado a aspetos mais cortesões e confortáveis, e que por certo seria bastante do agrado do I.º Marquês de Ferreira. Será porventura deste período a edificação presumível da varanda de colunas do palácio (Espanca, 1960), inspiradas na tratadística de Diego de Sagredo e que procuravam uma similitude com o exemplo mais prestigiante: a varanda manuelina do Paço da Ribeira.

Apesar da descaracterização que sofreu ao longo dos tempos, crê-se que o palácio dos Cadaval estaria em linha com outros palácios dos séculos XVI-XVII. Como afirma Leonor Ferrão (1994), o palácio deste período está em conformidade com "uma tradição que se traduziu em formas muito subtis de mostrar, escondendo: a um exterior despojado e sóbrio que se arriscava ser adjectivado de "pobre" ou "desinteressante" correspondiam interiores muito ricos" (p. 244). Com efeito, o contraste entre o exterior do palácio, que constitui uma grande mole com as suas duas torres altivas, não deixa de transparecer um carácter austero e arcaizante, acredita-se que o seu interior, seria mais rico. O mesmo acontece com o Palácio dos Melo, em Serpa, que reúne características desta tipologia.

Hélder Carita (2008) diz-nos que

De épocas recuadas como é o caso de palácios e casas senhoriais do século XVI ou XVII, as alterações de gosto e formas de habitar, que se foram introduzindo posteriormente, dificultam-nos, na generalidade dos exemplos chegados até nós, um acesso preciso às estruturas arquitectónicas e programas distributivos originais. A compartimentação interior destes edifícios foi, na sua maioria, alterada, assim como, as estruturas de cobertura e respectivos tectos (pág.1).

A ausência de plantas deste palácio também não permite um detalhe das funções de cada um dos compartimentos nem sobre qual teria sido o programa distributivo dos interiores desta casa, e muito menos da sua decoração. No entanto, o que parece provável é que neste palácio os espaços resultem de funções que, até ao séc. XVI, se integravam em espaços marcados por uma forte polifuncionalidade, caso da «sala» da «câmara» ou do «guarda roupa, não obedecendo a um formalismo rígido. Câmara (2005, p. 91) reflete, pelas palavras de José Manuel de Carvalho Negreiros, que numa casa de um titular, devem existir os seguintes espaços: "a logea de entrada no plano térreo, escada principal, grande vestibulo, no simo da escada, sala de espera e sala de vizitas(...) e, mais comodos para hum grande do Reyno devem ser acrescentados à proporção do luxo e da familia". O que parece evidente é que essa hierarquia se foi desenvolvendo a partir de espaços mais públicos, para espaços mais privados, e seguia valores tradicionais. Sendo de sublinhar que no interior o andar nobre tende a organizar-se numa sequência de grandes salas autonomizadas do conjunto arquitetónico das dependências do rés-do-chão. No que respeita a esses valores tradicionais de distribuição e organização dos espaços interiores, Hélder Carita (2008) dá-nos o exemplo medieval, citando o rei D. Duarte no seu *Leal Conselheiro*:

Prymeira, salla, em que entram todollos do seu senhorio que omyzyados nom som, e assy os estrangeiros que a ella querem vir. Segunda, câmara de paramento, ou antecâmara, em que costumam estar seus moradores e alguus outros notáveis do reyno. Terceira, câmara de dormyr, que os mayores e mais chegados de casa devem aver entrada. Quarta, trescamara, onde sse costumam vestir, que pera mais speciaais pessoas pera ello pertencentes se devem apropriar. Quinta, oratório, em que os senhores soos alguas vezes cada dia he bem de sse apartarem pêra rezar, leer per boos livros, e pensar virtuosos cuidados (Carita, op.cit., pág. 8).

Este relato é importante, pois acredita-se que esta descrição seria muito idêntica ao que teria sido a sequência e ordenamento original dos espaços interiores no Palácio Cadaval. A sequência dos compartimentos começaria pela «sala» entendida numa tradição medieval como grande espaço polifuncional vocacionado para as grandes refeições. Cabe salientar que a sala era o local onde os visitantes da casa esperavam para serem recebidos em compartimentos mais privados como a antecâmara. Esta sala por certo ficaria localizada onde hoje se encontra a portada (anexo 3) mais nobre e decorada do palácio, de decoração manuelina e encimada pela heráldica dos Melo. Crê-se que o palácio tivesse na sua antecâmara um docel para audiências,

com o seu estrado, armada de panos de raz nas paredes, espelhos e bofetes, como era característico na casa dos grandes senhores deste tempo, mas não nos é possível adiantar a sua localização precisa na actual configuração interior do palácio. Não conseguimos também identificar na atual distribuição deste palácio a localização dos aposentos dedicados ao elemento feminino e masculino, facilmente identificável em palácios com planta em U como no Palácio dos Duques de Aveiro (Azeitão, Portugal), Palácio de Calhariz (Sesimbra, Portugal), Palácio Távora (Lisboa, Portugal), entre outros.

Na comunicação apresentada por João Vieira Caldas e Maria João Pereira Coutinho, em 2017, nas Actas do 5.º Congresso Internacional da Casa Nobre: um Património para o Futuro sobre o *Palácio da Casa de Aveiro em Azeitão*, podemos encontrar um desenho que se encontra legendado não só com algumas divisões (exemplo: *todescos*) como o possível posicionamento de *ElRey*, dos *Infantes*, da *Infanta*, das *Donnas*, do *Capellão-mor*, *Bispos*, *Duque*,... para uma possível receção ou acontecimento importante.

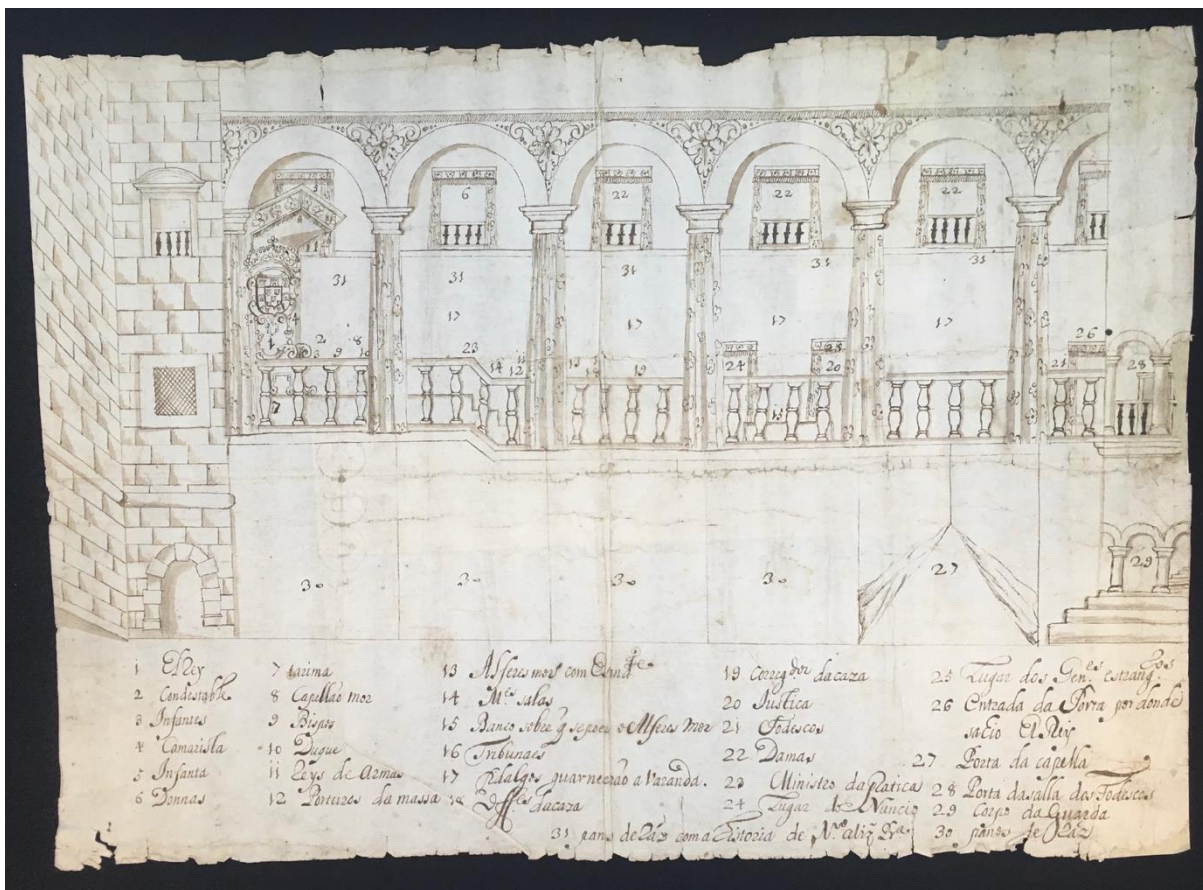


Fig. 2 - Desenho interior de palácio (sem data); Biblioteca Pública de Évora, Gaveta 8, Pasta 1, n.º 3; Leonor Nogueira, 2021.

Este exemplo trata-se de um desenho existente na Biblioteca Pública de Évora e refere-se às chamadas *salas dos Tudescos*, que eram uma prerrogativa arquitetónica¹⁶ concedida aos palácios ducais, existentes no Palácio dos Duques de Aveiro em Azeitão, no Paço Ducal de Vila Viçosa e que pode ter existido no Palácio dos Duques de Cadaval. O facto de ter uma torre esquerda lateral e em quina pode ser sugestivo de uma possível representação da Torre das Cinco Quinas, para somar a esta possibilidade, o facto deste desenho se encontrar em Évora e na legenda do ponto 31 ser possível ler *Panos de Ráz com a Vitória de Nuno Álvares Pereira*, leva-nos a crer que podemos estar perante uma interpretação do interior do Palácio dos Duques de Cadaval, em Évora. Infelizmente, não foi possível estabelecer, em tempo útil, uma relação entre a gravura da Biblioteca Pública e o Palácio Cadaval, este tema necessitaria de tempo e de estudos mais aprofundados.

Embora o Palácio Cadaval tenha mantido esta polifuncionalidade de tradição medieval, ainda vigente no século XVI, muito adaptado às situações do dia-a-dia e às necessidades dos momentos, julga-se que houve um esbater das mesmas ao longo do século XVII embora não consigamos fazer a sua reconstituição. A complexidade da distribuição dos espaços embora esteja, por regra, sujeita a regras de representação e protocolo, variava, consoante o poder e a estrutura do Estado se fazia representar no palácio, na recepção de embaixadas, delegados e solenidades oficiais, o que nunca foram características deste palácio, concebido e organizado entre o paço medieval e o palácio urbano.

Numa visão de conjunto, sobretudo a primeira metade do séc. XVII é uma época de crise económica pouco propícia à remodelação de grandes casas senhoriais. O desastre de Alcaçer Quibir, onde o próprio III.º conde de Tentúgal havia ficado cativo, e seu subsequente resgate, deve ter posto de lado quaisquer ideias de projectos e gastos de remodelação na estrutura do palácio. Sabe-se que em 1614, D. Francisco de Melo, III.º marquês de Ferreira e IV.º conde de Tentúgal, ocupava a provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Évora, pelo que teria residência nesta cidade. Em 1635, o palácio recebeu a visita do duque de Bragança D. João, futuro monarca, por ocasião do segundo casamento do III.º marquês de Ferreira, D. Francisco de Melo, com D. Joana Pimentel (Pardal, 2007).

¹⁶ Sala. Casa, anterior, & espaçosa, assim chamada do Hebraico Sala, que vai o mesmo que Descançar, porque na sala se costuma descansar, & esperar até que venha a pessoa, com que se ha de fallar, & tambem ha salas em Palacios de Principes, em que descansão, & dormem os guardas, como no Palacio dos Reys de Portugal a sala dos Tudescos, ou sala se chama assim, porque do seu quarto salle a ella o senhor da casa a fallar, ou porque em dias de banquetes, & festas algunas vezes se salta, & dança na sala. (Bluteau, 1720, p. 440).

Crê-se que o Paço dos Cadaval terá tido um perfil militar muito vincado na sua aparência pelo menos até meados do século XVII. Enquanto residência principal da família, terá sofrido campanhas de remodelação interior e acrescentos de novas alas, bem como aprimoramento da sua fachada. Após 1645, e com a mudança da família para junto da Corte de D. João IV, inicia-se um período de decadência, pois terá sido apenas esporadicamente habitado nos séculos seguintes. Com efeito, depois da saída da Corte de Évora, a cidade, embora continuasse a ser muito importante, mergulhou de novo num semblante provinciano. Durante muitas décadas os condes de Tentúgal e marqueses de Ferreira viveram afastados da corte e do ministérios estatais de Lisboa.

Julga-se que o seu palácio mantinha ainda uma forte componente de exploração agrícola, com a sua vasta cerca, repleta de hortas e jardins... um autêntico palácio de veraneio, urbano e nobre mas ao mesmo tempo com uma componente rural. Importa salientar que no séculos XVI-XVII, o interior da casa só se abria a elementos exteriores em momentos de grande solenidade como casamentos, batizados ou entradas régias, mas estas quase sempre eram de carácter privado e reservado a parentes e "amigos" da família. Estamos longe ainda da rigidez protocolar "à francesa" que seria imposta décadas depois pela corte de D. Pedro II e, sobretudo, do palácio barroco joanino de "portas abertas", para ser visto e apreciado por todos os curiosos, e que já estaria presente na centúria seguinte, na organização interior do palácio dos duques de Cadaval, na Calçada da Glória em Lisboa, em conformidade com as funções ministeriais que os duques exerciam na Corte e do protocolo e rigor da etiqueta vigente.

Este absentismo é responsável pelo perfil, meio arcaizante e algo irregular da fachada, que ainda apresentava na gravura de 1851 (Fig. 3). Com efeito, o palácio parece ter se mantido fiel a um modelo arquitectónico funcional e eclético, adequado a uma ocupação e usos sazonais, e não acompanhou a complexidade e rigidez do formalismo que se iniciou na segunda metade do séc. XVII e que trouxe uma vaga de remodelações e construção de palácios barrocos. Sublinha-se que a actual fachada do palácio corresponde já a uma campanha de obras ocorrida no séc XIX, porventura na altura da sua adaptação a tribunal militar (1875) (Machado, 2013), onde foi remodelada a ala de ligação à torre das cinco quinas e que veio a acrescentar novas janelas de sacada, de inspiração maneirista, à imagem das duas originais subsistentes na ala leste do paço. Esta campanha veio trazer maior regularidade e "boa ordem" na fachada, até então bastante eclética.

Segundo o SIPA, a fachada do Palácio dos Duques de Cadaval foi reconstruída no século XVII o que levou a crer que esta reconstrução poderia estar relacionada com o Palácio

Ficalho, pelas ligações familiares¹⁷ e visto que este foi edificado na segunda metade do século XVII, cujas semelhanças não passam despercebidas. Formulou-se de imediato uma teoria sobre a possibilidade de ter sido Mateus do Couto a fazer a fachada do Palácio Cadaval e que este poderá ter servido de inspiração para o solar de Serpa, como solução arquitetónica de como edificar entre muralhas medievais.

Encontramos mais descrições em Espanca (1960, p. 61) "na frente nobre corre uma série de janelas de sacada graníticas, defendidas por ferragens forjadas, com balaústres de secção quadrada e circular, do tipo usual determinado pela reforma e dureza da arte castelhana filipina, de transição dos séculos XVI-XVII." Em 2013 Neves diz-nos ainda que a janela com sacada começa a surgir de forma mais comum a partir da segunda metade do século XVII e que se relaciona com obras de importantes proprietários. O mesmo autor defende que as proporções das janelas do Palácio Cadaval com a respetiva arquitrave, friso e cornija vão de encontro ao modelo presente no tratado de Philibert de l'Orme de 1576.

No entanto, chegou até nós uma imagem do século XIX (da fachada do Palácio Cadaval) que mudou o rumo desta teoria, visto que, como foi referido anteriormente, a fachada que veio a acrescentar as atuais janelas de sacada às já existentes foi uma obra recente e não do século XVII. Neste seguimento, não foi possível reunir elementos suficientes para uma comparação sustentável, bem como a eventual intervenção de Mateus do Couto na fachada maneirista, que aparentemente não apresentava a regularidade que se julgava. Através destas imagens concluímos que as três janelas de sacada da esquerda, são mais recentes do que as da direita. Será por esse motivo que estão pintadas de cores diferentes?

¹⁷ D. Vasco Martins de Melo (O primeiro varão deste apelido que se fixou na terra alentejana foi Vasco Martins de Melo, Cavaleiro muito dedicado à causa do Mestre de Avis e deste favorecido principescamente com todos os bens possuídos no reino pelo 1.º Conde de Arraiolos, D. Álvaro Pires de Castro, que se exilara em Castela ao serviço de D. Beatriz (*Carta de mercê dada por D. João I em 1385*). (...) Foi D. Vasco Martins de Melo senhor de Castanheira, Povos e da Quinta de Água de Peixe situada no termo de Viana de a par de Alvito, que ainda pertence a descendentes seus, e morreu no ano de 1388. (Espanca, 1960, p. 5)); teve três filhos dos quais destacamos Martim Afonso II de Melo, Alcaide-mor da cidade de Évora, a quem foi doado o *Castelo Velho* de Évora por D. João I, em 1390. Do segundo casamento, com D. Briolanja de Sousa, nasce João de Melo (meio irmão de Martim Afonso III de Melo), alcaide-mor de Serpa (Espanca, 1960). Segundo a informação presente no site do Palácio Ficalho, "terão sido suas as edificações primitivas junto à muralha que no século XVII deram origem ao Palácio Ficalho"



Fig. 3 - Fotografia de desenho de 1851, fachada do Palácio Cadaval. Leonor Nogueira, 2021.



Fig. 4 - Fachada do Palácio Cadaval. Leonor Nogueira, 2022.

A título comparativo, recordamos que aconteceu o mesmo com a fachada do convento de São Francisco de Paula, em Lisboa, como podemos observar nas seguintes figuras:



Fig. 5 - Imagem antiga do Convento de S. Francisco de Paula, sem data (site: <https://lisboadeantigamente.blogspot.com/2017/02/igreja-de-sao-francisco-de-paula.html>).



Fig. 6 - Imagem mais recente do mesmo, sem data (site: <http://lisboahojeontem.blogspot.com/2013/02/igreja-de-sao-francisco-de-paula.html>).

É possível notar exatamente o mesmo procedimento de posterior aproveitamento da fachada de forma a equilibrar a mesma. Serve este exemplo para ilustrar que aparentava ser comum o mesmo edifício ter diferentes fachadas, por motivo de aquisição posterior ou restauro interventivo cirúrgico apenas numa parte da fachada e que mais tarde, por uma questão estética, optou-se pela solução mais harmoniosa que é a de uma fachada simétrica.

1.2.1. Detalhes relevantes

Para Espanca (1960, p. 62) "a torre quadrangular da fachada principal, de dois andares e revestimento altivo de ameias góticas, muçulmanas, constitui, também vestígio assinalável do Castelo Velho", sendo que nesta torre se preservaram testemunhos fundamentais como as janelas. Para Pereira (1934, p. 175) "estas janelas são únicas em Portugal. Sôbre a coluna de mármore ergue-se o capitel de ornato fino, arrendado, ombreiras e ogivas em pedra da Arrábida com flores em alto relêvo."

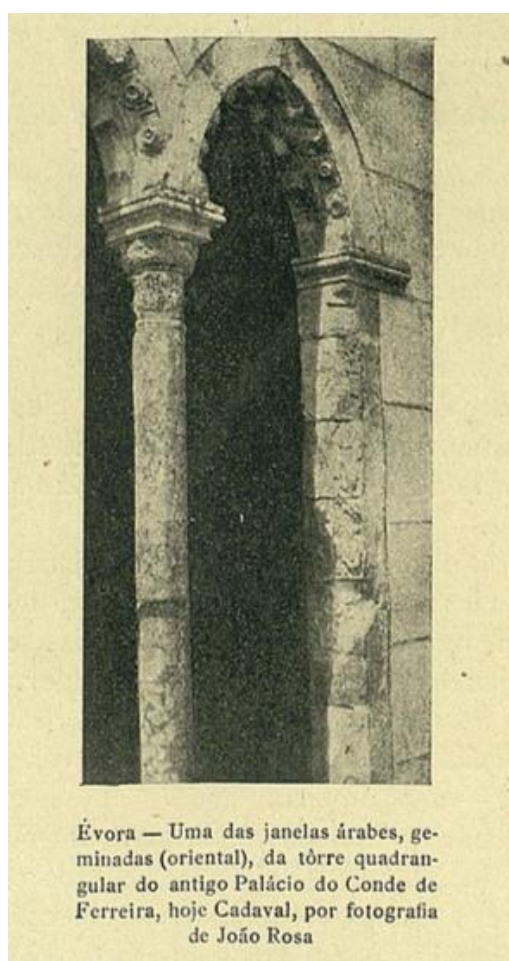


Fig. 7 - Janela árabe, Palácio Cadaval in Pereira, G. (1934). *Estudos Diversos (Arqueologia, História, Arte, Etnografia)*. Imprensa da Universidade de Coimbra.

Existem semelhanças entre o capitel da janela árabe do Palácio Cadaval e outros exemplos de capitéis presentes no Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo, em Évora, sendo que os capitéis de mármore do Museu de Évora datam do século XI e vêm de Beja e Montemor-

o-Novo. Relativamente ao capitel do Palácio Cadaval pensa-se que foi acrescentado posteriormente, mas não existem dados sobre o mesmo.



Fig. 8 - Capitel da janela árabe, Palácio Cadaval; Leonor Nogueira, 2022.



Fig. 10 - Capitel de Beja (séc. XI), Museu de Évora; Leonor Nogueira, 2022.



Fig. 9 - Capitéis de Montemor-o-Novo (séc. XI), Museu de Évora; Leonor Nogueira, 2022.

Em ambos os arcos da janela do Palácio Cadaval encontramos um relevo de rosas e um seguimento de pontas de diamante esculpidas. Tanto na extremidade esquerda como na da direita, é possível observar rostos distribuídos pela vertical, apesar de não ser possível identificá-los. Na base, rente ao chão, encontramos ainda, em apenas dois cantos intactos, um motivo decorativo semelhante a uma folha.



Fig. 11 - Pormenor de rosas e diamantes nos arcos da janela árabe, Palácio Cadaval; Leonor Nogueira, 2022.



Fig. 12 e 13 - Pormenores de rostos esculpidos, Palácio Cadaval; Leonor Nogueira, 2022.



Fig. 14 - Pormenor da base da coluna da janela, Palácio Cadaval; Leonor Nogueira, 2022.

Precisamente no lado oposto da torre existe também uma janela igual que está inserida na fachada do edifício, mas que com o desgaste do tempo acabou por se tornar menos perceptível em todos os seus pormenores. Segundo Túlio Espanca (1960, p. 62), as duas janelas datam dos fins do século XV e foram "presumivelmente construídas no tempo do ilustre Senhor D. Álvaro de Bragança, magnate talentoso e introdutor da Arte Mudejar no Alentejo, pelo seu interesse e conhecimento directo da Arquitectura espanhola do Sul da Andaluzia." Pereira (1934, p. 173) interroga: "Quem sabe se as lindas janelas geminadas da casa Cadaval, que foi a casa de D. Rodrigo de Melo, serão uma lembrança de Tânger?"

Ainda dentro do tema de janelas que sobressaem pela sua magnificência, destaca-se uma possível janela de canto modificada (fig. 15, 16 e 17) por um restauro posterior, que se avista de um dos pátios interiores do palácio pelo lado do Largo dos Colegiais. Podemos encontrar mais exemplos deste tipo de janelas de canto no Solar de Água de Peixes (fig. 18 e 19), pertencente também à Casa Cadaval¹⁸, bem como no Palácio dos Duques de Cadaval em Tentúgal (anexo 4) e ainda dois exemplos interessantes em Monsaraz, Santarém e na Torre do monte de D. Caetano (anexos 5, 6 e 7).

¹⁸ Em 1500 passa a pertencer à família Cadaval, segundo o SIPA (última visualização a 10 de Setembro de 2022).



Fig. 15 e 16 - Pormenor de possível janela de canto, Palácio Cadaval; Leonor Nogueira, 2022.



Fig. 17 - Pormenor de possível janela de canto, Palácio Cadaval; Leonor Nogueira, 2022.



Fig. 18 - Janela de canto da casa de Água de Peixes, 1937. GISA - Arquivo Municipal do Porto (site: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/303669/>).



Fig. 19 - Janela de canto das traseiras da Casa de Água de Peixes, 1937. GISA - Arquivo Municipal do Porto (site: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/303673/>).

No pátio interior do Palácio, parte privada nos dias de hoje, encontram-se duas janelas como descreve Pereira (1934, p. 175): "as finas colunas sustentam arcos mouriscos, dos chamados em volta de ferradura; e êsses arcos, na sua aresta interna, têm saliências regulares, espécies de *gregas*, abertas em granito, que em minha opinião representam, ou tentam imitar os arcos granadinos, formados de tejos cujos extremos cortados de diversos modos, combinados com arte, formavam linhas graciosas. Em Évora há exemplos disto: na arcada sul do palácio de D. Manuel, no passeio; em janelas na casa do sr. Francisco Vieira, e no palácio Cadaval, parede interna do pátio".



Fig. 20 - Janelas mouriscas da parte interior do Palácio, (sem data, possivelmente entre 1960 - 1988) Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa (site: <https://arquivomunicipal3.cmlisboa.pt/xarqdigitalizacaocontent/PaginaDocumento.aspx?DocumentoID=3524758&AplicacaoID=1&Pagina=1&Linha=1&Coluna=1>).

1.3. Património Urbano: a inserção do Palácio dos Duques de Cadaval na cidade de Évora e a sua relação com o espaço envolvente

A ideia e definição de património, entendido como marco sociocultural, tem por base noções de conservação, valorização e salvaguarda que, por sua vez, se desdobram num enorme leque de abordagens, técnicas e objetivos que as consagram. Embora possa não ser comumente considerado um único elemento mas um conjunto de elementos constituindo um todo destinado a ser preservado, aquilo que é entendido por Património Urbano insere-se com facilidade nesta ideia sobrejacente.

Para Silva (2017) a “noção actual de património urbano e da sedimentação dos tecidos urbanos resulta da ampliação do conceito de monumento histórico, enquanto objecto individual, à noção do conjunto como parte integrante da produção e transformação da cidade” (p. 5). É através de uma noção de contexto que o conceito de património se estende “aos lugares, urbanos e rurais, que com o património edificado, compõem a paisagem humanizada e transformada no tempo” (Silva, 2017, p. 23).

O Património Urbano é também o resultado de processos arrastados ao longo do tempo, podendo ser este património uma amálgama de várias épocas e atitudes distintas. Posto isto, nas palavras de Silva (2017), “da adaptação dos lugares patrimoniais à sociedade actual, é possível criar novos valores urbanos, com atitudes, formas e estilos, que de algum modo se entendam como continuidades num determinado momento da vida do edifício e lugar” (p. 9). O Património Urbano consiste, portanto, numa sedimentação de vários projetos de índoles dissemelhantes, estando uns orientados para a conservação, outros para o restauro e outros ainda levando a cabo um corte profundo com o passado.

O Património Urbano pode, conseqüentemente, ser entendido também como uma relação entre diversos tipos de património e, até certo ponto, depender precisamente destas outras categorias. Com isto se pretende dizer que é na relação entre património edificado nas urbes, na articulação entre monumentos e edifícios de diferente cariz, e também com os espaços vazios (que podem ser espaços verdes, jardins) que é traçado o perfil urbano de uma cidade. O urbanismo pode, por um lado, influenciar o Património sobre o qual as suas políticas incidem, mas, por outro, também é ele mesmo influenciado pelas obras pré-existentes.

Na questão fundamental do património, isto é, de edifícios, complexos ou conjuntos que detêm um valor histórico-cultural preponderante, a concretização de planos urbanísticos não se circunscreve meramente a um pequeno grupo de afetados geograficamente próximos da zona talhada, mas a uma fatia muito mais larga, podendo inclusive atingir uma dimensão

internacional. Sem dúvida, para além das questões materiais e práticas que a realização destes planos poderá abordar, também questões metafísicas entram na equação sempre que os planos referidos interferem com património, uma vez que este último poderá representar valores políticos e de identidade, bem como afeições históricas e estéticas.

Inerente à noção de Património Urbano histórico está a dialética passado-presente na qual as cidades estão inevitavelmente inseridas (Choay, 2006). Uma ação desencadeada sobre Património de qualquer espécie não é necessariamente uma ação de conservação, isto é, de retenção ou imobilização de um momento no tempo, de um ideal, de uma estética, pois pode ela também ser uma ação de atualização ou coadunação com momentos, ideais e estéticas díspares. Mais uma vez, as dimensões físicas e metafísicas embrenham-se inextricavelmente na condução destas ações, visto que a própria fisionomia dos monumentos e espaços públicos reflete ponderações e preocupações das mais diversas naturezas.

Como afirma Silva (2017) “O sentido do urbano, histórico e patrimonial não é unicamente a preservação de um conjunto enquanto monumento histórico mas o reconhecimento das tradições culturais, das memórias antropológicas como fundamento do entendimento da génese do espaço urbano. A cidade do passado e a cidade do presente são seres distintos mas simultaneamente complementares” (p. 26). Nesta senda, as políticas urbanísticas informam e refletem o carácter de uma cidade e de um povo sempre presos a considerações temporais ligadas à interpretação do passado, à vivência do presente e à ambição de futuro. Deste modo, o Património Urbano engloba não só uma sedimentação de projetos urbanísticos ao longo do tempo, mas também de valores culturais e sociais, de uma história e uma estética, refletidos nos inúmeros elementos distintos que perfazem a cidade (Silva, 2017).

Em boa verdade, a vontade e ato de preservação e de um património desejado imutável ou primordial é também ele um ato que reflete atitudes presentes e ambições futuras em relação ao objeto visado. É um ato de valorização que espelha a relação do património com os indivíduos que o rodeiam. A preservação guiada pela manutenção de um estado original pode com efeito visar “eternizar o que [uma sociedade] considera primordial à sua identidade, um exemplo único e majestoso de um passado vivido” (Silva, 2017, p. 65).

Certas qualidades ou características salvaguardadas poderão sê-lo justificadamente ao revestirem-se de uma importância crucial para a identidade de um povo que, em seu turno, muitas vezes se encontra intimamente ligada à identidade de um sítio (ex. uma cidade). Do ponto de vista do Património Urbano, esta preservação não impede necessariamente a evolução e modernização da cidade, mas sim condiciona-a e fá-la obedecer aos imperativos julgados primordiais à sua identidade. Assim se compreende que, a título de exemplo, o centro histórico

de uma cidade se mantenha fortemente ligado a esta ideia de identidade passada, ao passo que a modernização e evolução da urbe se manifesta principalmente na sua expansão para os seus arredores.

No seu âmago, a ideia de Património Urbano requer um olhar holístico sobre um conjunto constituído por diversos e importantes elementos (alguns, ou todos, com valor patrimonial) que compõem (e contribuem para) esse todo urbano. A distinção fundamental entre o Património Urbano e outras categorias de património consiste, portanto em não se focar principalmente num único elemento com valor patrimonial (como um monumento, edifício com valor histórico, entre outros) mas no conjunto que os engloba e no seu cariz urbano.

Évora é um excelente exemplo a este respeito. A sua classificação de Património Mundial pela UNESCO, aliada à sua categorização comum enquanto “cidade-museu”, coloca o foco na urbe como um todo e não em cada elemento patrimonial de relevo que a constitui e que certamente contribuiu para essa classificação. Évora é assim olhada como um todo na sua dimensão patrimonial urbana. E é neste todo onde se encontra o Palácio dos Duques de Cadaval. Torna-se fundamental, para um melhor entendimento deste espaço, o estudo da sua ligação com o tecido urbano, a sua evolução e diálogo com outros patrimónios e identidades distintas. O espaço que compreende o Palácio dos Duques de Cadaval, a Igreja de São João Evangelista e o Convento dos Lóios encontra-se rodeado pelo Templo Romano¹⁹, pelo Jardim de Diana, pelo Centro de Arte e Cultura da Fundação Eugénio de Almeida, pela Biblioteca Pública de Évora e pelo Museu de Évora²⁰. Todos estes espaços referidos dialogam entre si e acompanham-se nas transformações morfológicas deste centro urbano.

De acordo com Rodrigues (2008, p. 101)

"A situação específica da cidade de Évora é bem demonstrativa de como a consciência patrimonial foi uma construção cultural de longa duração, na medida em que o valor histórico condicionará a vivência desta cidade nas centúrias de XIX e XX, tanto nas transformações que sofreu como nas permanências que a marcaram".

¹⁹ Aliás, a Igreja de São João Evangelista é a única Igreja que está de frente para o Templo Romano.

²⁰ Rodrigues (2008, p. 378) diz-nos que: "a comparação com a descrição que Gabriel Pereira fez do cume topográfico da cidade na colectânea *A Arte e a Natureza em Portugal* em 1902, em que conjunto dos edifícios ali sedimentados pelo tempo - templo romano, catedral, paço dos Arcebispos, convento dos Lóios, palácio Cadaval, casa do Santo Ofício e palácio de S. Miguel - é tomado peremptoriamente como um monumento no seu todo".

Foi nos séculos XIX e XX que passou a haver uma maior preocupação e consciencialização da importância da proteção do património. E é nestes séculos também onde se verifica um maior cuidado nesse sentido, na cidade de Évora. Como, por exemplo, segundo Rodrigues (2008), em finais do ano de 1871 a obra de recriação enquanto ruína (demonstrando a irreversibilidade do passado) do Templo Romano, depois de ter servido como açougue, ficou concluída. Ainda no século XIX, procedeu-se ao restauro em três fases da Igreja de S. Francisco e no seu redor destacam-se duas obras de grande valor: o palácio Ramalho Perdigão e o Jardim Público, por Cinatti (Leal, 1996; Rodrigues, 2008).

No redor do Palácio, o Palácio da Inquisição foi extinto em 1821, foi comprado pelos duques de Palmela em 1845 e serviu de pousada ao lavrador Diogo Maldonado Pessanha e ainda no início do século XX foi readaptado a Hotel Alentejano, em 1961 foi adquirido por Vasco Eugénio de Almeida, que tanto fez pela cidade de Évora, e hoje funciona como Centro de Arte e Cultura. Nos inícios do século XIX (1805), Frei Manuel do Cenáculo determina a criação da Biblioteca Pública de Évora e em finais do século XIX, começam as campanhas de obras no antigo Paço Arquiepiscopal para no início do século XX (1914) ser autorizada a criação do Museu de Évora nessas instalações. No início do século XX, surgem os movimentos *Defesa de Évora* e o *grupo Pro-Évora* (1916 e 1919 respetivamente) e ainda as classificações do património, em meados do mesmo século, começa a adaptação do Convento dos Lóios a Pousada.

Conclui-se este capítulo com a consideração final do Professor Paulo Simões Rodrigues (2008, p. 395), na sua tese de Doutoramento:

"Deste modo, a apologia da cidade antiga nunca foi entendida como um meio de escapar ao presente, mas uma forma de pensar o mundo, em que se articulam passado, presente e futuro, arte e ciência, humanidade e natureza, Igreja e Estado, o bem, a verdade e o belo, um meio racional de lidar com a profusão de factos, imagens e ideias em que os tempos do Homem foram e continuam a ser férteis".

Capítulo 2 - A Igreja-Panteão da Casa Cadaval e o Convento dos Lóios - Evolução do espaço desde a sua fundação à extinção das Ordens religiosas e posteriores adaptações

2.1. A Congregação de Cónegos Seculares de São João Evangelista – Da sua Fundação e Expansão em Portugal ao longo do Século XV até à sua fixação em Évora

A Congregação de Cónegos Seculares de São João Evangelista, cujos membros são comumente conhecidos por Lóios, Cónegos Azuis e ainda Bons Homens de Vilar, surgiu em Portugal no início do século XV e foi, até aos dias de hoje, objecto de pouco estudo (Pina, 2011). Esta Ordem encontra-se mais bem estudada nos seus primórdios e até ao século XVI (>1580), mas para períodos posteriores e até à desamortização dos bens das Ordens Religiosas, os estudos são praticamente inexistentes. Neste sentido, as obras de Maria Isabel Pessoa Castro Pina, Nuno de Pinho Falcão e Pedro Vilas-Boas Tavares facultam as principais ferramentas das quais a exposição subsequente se vale, uma vez que resumem e expõem eficazmente a questão aqui tratada.

Anteriormente a estas encontramos principalmente a obra de Francisco de Santa Maria *O Ceo Aberto na Terra*, de 1697, que incide precisamente sobre a história desta congregação; e o *Novo Memorial do Estado Apostólico*, de 1468, de Paulo de Portalegre²¹, que descreve os anos primeiros desta congregação. De notar que as obras mais recentes de Pina e Falcão recorrem amplamente aos escritos destes outros dois autores mencionados.

O período no qual a Congregação nasce, a Pré-Reforma, é um período de grande transformação no seio da Igreja Católica, tendo os Lóios desempenhado um papel de relevo naquilo que a respeitou no âmbito da realidade nacional portuguesa (Pina, 2011). Embora a reforma protestante apenas tenha ocorrido no século XVI, os anos que a antecederam foram anos de significativa actividade religiosa (Delumeau, 1965). As inúmeras vontades reformadoras que emergiam no continente europeu não foram exceção em Portugal e, nesse sentido, os Lóios assumiram um papel relevante na evolução das ordens religiosas tradicionais (Pina, 2011; Falcão, 2018). É importante ressaltar igualmente que, no contexto nacional, o século XIV assistiu a uma verdadeira afirmação do poder da Coroa sobre aquele detido pela Igreja que, no entanto, se manteve considerável (Pina, 2011; Falcão, 2018). Contudo, como salienta Pina, a contenda entre o poder real e o clero não traduziu um enfraquecimento do

²¹ Segundo Tavares (2003) "Não são suficientemente conhecidas a vida e a obra de Paulo de Portalegre, cónego secular da Congregação de S. João Evangelista que foi confessor de D. Fernando II" (p. 261).

segundo por parte do primeiro, mas sim a vontade e dever da monarquia em reformar a prática religiosa predominante. Manifestação desta obrigação, e daquela que exigia a protecção da Igreja, foram as Leis Jacobinas²² de 1419, que cortaram sobejamente as funções económicas e jurisdicionais do Clero em Portugal (Pina, 2011).

Preponderante para a implementação das ideias reformadoras em Portugal, e consequentemente para o crescimento, consolidação e importância da Congregação de Cónegos Seculares de São João Evangelista, foi a ação da Dinastia de Avis, instituída já cerca de meio século antes do início da vida comunitária dos clérigos que mais tarde iriam criar esta congregação. Com efeito, os seus fundadores eram assíduas presenças no seio da Corte. Nas palavras de Pina estes eram “de origem não nobre, frequentavam a corte com à-vontade, eram letrados e seguiam uma linha de espiritualidade reformadora” (p. 76). A mesma autora destaca quatro fundadores principais: João Vicente, Martim Lourenço, Afonso Nogueira, e João Rodrigues.

Destes quatro, destaque-se em primeiro lugar João Vicente, figura preeminente dos Lóios, introduzido no meio real por via meritocrática, ao ser nomeado médico da Corte de Dom João I (Portalegre, 2007). Pina baseia-se no ambiente “religioso e cultural da corte de Avis” para intuir que “foi aí, decerto, que João Vicente travou contacto com as ideias humanistas eivadas do espírito de regresso às origens, de autenticidade e de reforma que pairavam pela Europa”, salientando igualmente a proximidade dos infantes de Avis com os círculos religiosos reformistas e o apoio por si a estes prestado. Em boa verdade, foi na Corte de D. João I que os principais fundadores dos Lóios se formaram (Falcão, 2018)²³. A proximidade de João Vicente com a corte de Avis²⁴ levá-lo-ia, mais tarde, a ser homem de confiança dos reis em várias missões de relevo.

²² Cf. António Domingues de Sousa Costa, “Leis atentatórias das liberdades eclesiásticas e o Papa Martinho V contrário aos concílios gerais”, *Studia historico-ecclesiastica. Festgabe für Prof. Luchsius G. Spätling O. F. M.*, pp. 505-591, Roma, Pontificio Ateneu “Antoniano”, 1977.

²³ Martim Lourenço, teólogo e pregador, por sua vez, desempenhou a função de capelão-mor de D. João I (Pina 80-1).

²⁴ Isabel Castro Pina elaborou, já depois da sua tese, o artigo “Os bons clérigos e a vida apostólica: os cónegos de Vilar de Frades e a reforma da Igreja no pensamento de D. Duarte”. In Barreira, C. F., Seixas, M. M. (Coord.), *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade* (pág. 165-181), onde realça o patrocínio deste Rei à fundação e “fermento” espiritual dos Lóios. Este artigo pode ser uma “ponte” para a elucidação da ligação íntima das linhagens régias de Avis a esta Ordem, e também da idealização posterior do Panteão de Évora, uma vez que o convento dos Lóios de Lisboa já albergava o túmulo da Infanta D. Catarina, irmã de D. Afonso V. Estes aspetos foram salientados por Maria de Lurdes Rosa, na sua tese de doutoramento *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)*.

Aos círculos, ou meios, cultos e íntimos da Corte acresce o elemento urbano no qual as primeiras reuniões de João Vicente e demais fundadores tiveram lugar. Foi em Lisboa, cidade religiosamente activa (Pina, 2011), que, por volta de 1420, e por iniciativa de João Vicente, os fundadores iniciais se reuniram na Igreja de São Julião para discutir o estado da Igreja de então e a reforma do clero, tendo João Vicente demonstrado graves preocupações quanto à situação do estado clerical (Pina, 2011; Portalegre, 2007). Preocupações essas que fluíam da perpeccionada indisciplina do Clero, verificada na quebra de obrigações suas das mais variadas naturezas (Pina, 2011).

Deste modo, a ideia de reforma presente na mente dos fundadores iniciais discutida nestes encontros seria de uma reforma de recuperação, isto é, restauração de uma vida apostólica entretanto perdida (Pina, 2011). Mais, a crise eclesial sentida na Europa havia dado origem a vários movimentos religiosos orientados para a recuperação de uma essência espiritual corrompida ou extinta (Falcão, 2018). Esta reconsideração, este desejo de reforma, contudo, não se traduzia numa manifesta oposição ou cisma com a Igreja (Pina, 2011), mas sim inquietações quanto ao estado da prática religiosa de então e discussões sobre a forma correta de executar esta mesma prática.

A permanência na Igreja de São Julião de Lisboa foi de pouca dura, uma vez que, por volta de 1421-22, João Vicente determinou que os ajuntamentos dos futuros Cónegos Seculares de São João Evangelista se realizariam nas imediações da igreja de Santa Maria dos Olivais, também localizada em Lisboa, uma mudança fundamental que possibilitou o início da vida comunitária dos congregados (Pina, 2011).

Os anos subsequentes foram tempos de volatilidade para os membros originais da futura Congregação naquilo que respeita à sua fixação definitiva num espaço. Uma fixação com perspectiva de se manter inalterada no longo prazo é naturalmente fundamental para o desenvolvimento e estabilização de uma Ordem religiosa, uma vez que essa mesma permite e favorece o desenvolvimento do seu próprio carisma, quanto mais não seja pela forma como o espaço se interliga com os hábitos e votos dos membros de uma determinada Ordem religiosa.

Posto isto, após uma desinteligência com o Pároco a congregação viu-se forçada a buscar um novo local onde se pudesse estabelecer (Portalegre, 2007), tendo-se mudado para a Igreja de Santa Maria de Campanhã, no Porto, com o auxílio de D. Vasco, bispo daquela cidade (Pina, 2011). D. Vasco, porém, seria chamado no ano de 1423 para liderar a diocese de Évora, tentando persuadir os futuros Lóios a acompanhá-lo, havendo também prometido prosseguir com o apoio até então por si fornecido à Congregação (Portalegre, 2007 apud Pina, 2011). Contudo, as suas súplicas não foram atendidas e os Lóios viram-se de novo na necessidade de

encontrar um outro local onde pudessem prosseguir o seu caminho. A estas dificuldades relativas à sua fixação permanente acresceram dificuldades relativas à saída recorrente de membros da comunidade com cada mudança encetada (Pina, 2011).

Colocadas estas dificuldades, João Vicente compreendeu que a efetivação da comunidade por si encabeçada dependeria não só da definição de uma sede, mas também da sua institucionalização e do apoio da hierarquia religiosa. Desse modo, dirigiu-se ao arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, por forma a encontrar uma sede definitiva (Pina, 2011), algo que aconteceu somente a 28 de fevereiro de 1425 com a doação do Mosteiro do Salvador de Vilar de Frades aos futuros Lóios (Pina, 2011). A institucionalização, por sua vez, ocorreu volvidos dois anos, a 26 de Abril de 1427, quando concedida a aprovação Pontifícia do Papa Martinho V. Esta consistiu na confirmação da transferência do Mosteiro de Vilar de Frades aos clérigos da congregação e na aceitação da vivência dos membros de acordo com os costumes da Congregação de São Jorge de Alga, em Veneza (Pina, 2011).

A ligação entre ambas as congregações foi presumivelmente estabelecida por Afonso Nogueira, fundador inicial, que viajou até Itália nos anos de 1426-7 e que terá contactado com a congregação italiana. Como comenta Pina os traços característicos da Congregação de São Jorge de Alga eram “a prática da solidão e da oração pública e privada, a meditação da vida de Cristo, a vida em comum e a pobreza, numa tentativa de síntese entre o ideal clássico de vida comum dos clérigos seculares e o rigor da mais perfeita disciplina claustral e, por outro lado, entre a ausência de votos religiosos e a mais exigente vida em comum”, embora aquando do reconhecimento pontifício não seja possível encontrar regras seguidos pelos futuros Lóios, algo que no entanto é compreensível à luz do facto de serem clérigos seculares, estatuto que, inerentemente, implica oposição ao seguimento de uma regra específica.

Após a morte de Martinho V, Eugénio IV foi eleito papa em 1431. Por forma a demonstrar sintonia com a comunidade aqui tratada, o novo sumo pontífice nomeou João Vicente bispo de Lamego, passo fundamental para a futura consolidação da Congregação sediada em Vilar de Frades em matéria de autonomia própria, havendo também determinado que a mesma congregação usufruísse dos privilégios concedidos à sua contraparte em Alga e aos cónegos dos jerónimos (Pina, 2011). A nomeação de João Vicente revestiu-o de uma autoridade significativa e elevou-o a uma posição de maior proximidade com a Coroa e com as mais altas instâncias da hierarquia da Igreja, donde fluíram benefícios palpáveis para a sua congregação no período fulcral da sua consolidação (Falcão, 2018). Segundo Azevedo (2017), "depois de nomeado bispo, é certo que João Vicente acompanhou de forma mais distante este projeto, não deixando, no entanto, de se manter como superior e visitador dos Lóios até idade

avançada. Será conhecido em Lamego e Viseu como "Bispo Santo do Azul", dado o facto de ter sempre portado o hábito da congregação em detrimento das vestes episcopais" (p. 84).

João Vicente viria a desempenhar futuramente um papel de relevo nos projectos de reforma da Dinastia de Avis (Pina, 2011), tendo sido precisamente pela mão dos Lóios que o espírito de reforma italiano se fez sentir e atuou em Portugal alicerçado no apoio da Coroa (Falcão, 2018). Em jeito de exemplo, note-se que João Vicente foi encarregue de reformar a Ordem de Cristo a pedido do Infante D. Henrique em 1434 (Pina, 2011).

Durante a regência do Infante D. Pedro, iniciada em 1439, o apoio régio à Congregação dirigida pelo recente Bispo de Lamego traduziu-se na doação do Colégio de Santo Elói aos cónegos e na escolha de João Vicente para o desempenho de funções diplomáticas pertinentes, e na escolha recorrente dos cónegos sediados em Vilar de Frades para a posição de capelães da Casa Real (Pina, 2011). O apoio do infante regente poderá ter assentado, como sustenta Falcão, nos contactos estabelecidos por este com correntes reformistas nas suas viagens ao norte de Itália, sendo que, na senda de seu pai D. Duarte, D. Pedro entenderia como necessária a reforma do Clero português.

A expansão dos futuros Lóios, os então cónegos de Vilar de Frades, ganhou velocidade nas décadas de 40 e 50 da centúria de quatrocentos. Contudo, esta expansão partiu várias vezes não da vontade dos membros da Congregação em respeito de um projeto por si delineado, mas sim de oportunidades pontuais promovidas por figuras e poderes externos à Congregação (Pina, 2011). Destes poderes, a Coroa destaca-se com preeminência. Para além da doação por parte de D. Pedro do Colégio de Santo Elói aos cónegos²⁵, à qual se aludiu anteriormente, também D. Isabel de Aragão, cónjuge de D. Afonso V, testou em favor dos futuros Lóios que, após a morte desta em 1455, receberam um oratório dedicado a São Bento de Xabregas.

Segundo o mesmo testamento, à Congregação seria concedido um Mosteiro erigido em honra a São João Evangelista a ser edificado ou no lugar neste oratório ou no lugar do Colégio de Santo Elói (Pina, 2011). Após a morte da rainha, D. Afonso V tratou de cumprir o disposto por sua mulher (Gomes, 2006). Entretanto, anos antes, em 1446, D. Isabel interveio numa contenda entre o arcebispo de Braga, D. Fernando da Guerra, e os cónegos sediados no Mosteiro de Vilar de Frades, tendo solicitado ao Papa que abrogasse uma excomunhão

²⁵ Segundo Pina (p. 137) "Santo Elói foi uma das casas mais protegidas pelo poder régio. Aí se realizaram várias vezes reuniões do braço da nobreza em Cortes. O Convento albergava a principal escola de gramática da congregação e funcionava como enfermaria especializada, com boticário e físico próprio, onde acorriam os doentes das outras casas quando o justificava a gravidade da sua doença".

decretada aos cónegos pelo arcebispo e a restauração dos privilégios por estes previamente detidos.

A contenda apenas findaria e encontraria resolução em 1461, quando Roma proibiu o usufruto por parte dos cónegos dos privilégios atribuídos à Congregação de São Jorge de Alga, sentenciou que D. Fernando da Guerra recuperaria os direitos sobre o Mosteiro de Vilar de Frades e forçou os cónegos a reconhecer o arcebispo como seu único prelado, jurando-lhe obediência e reconhecendo a sua jurisdição. Tal situação revelou-se insustentável para os futuros Lóios, que no ano seguinte se moveriam para longe de Braga, definindo assim nova sede e retomando os costumes e carisma recentemente proscritos (Pina, 2011).

Tal foi possível através do testamento de D. Isabel e das diligências de D. Afonso V. Em 1462, o Papa Pio II deferiu a alteração do estatuto do oratório de São Bento de Xabregas, agora Mosteiro de São João Evangelista de Xabregas, tendo-o igualmente declarado como cabeça da Congregação e, por fim, restaurou os privilégios atribuídos aos Lóios anos antes ao conceder-lhes aqueles granjeados pelos cónegos de São Jorge de Alga e dos monges dos jerónimos. Estas alterações consideráveis levaram a que a Congregação se denominasse doravante Congregação de São João Evangelista, em linha com a sua nova sede na capital (Pina, 2011).

Com esta mudança de casa, os Lóios regressavam, quase meio século depois, às raízes urbanas que haviam deixado para trás aquando do seu movimento para o Norte de Portugal nos primeiros anos da década de 1420. A estas duas casas lisboetas, que em muito facilitavam a proximidade com a corte (Pina, 2011), somaram-se outras em localidades relativamente afastadas, a saber, um Oratório em Óbidos concedido em 1434 e uma casa em São Jorge de Recião, no concelho de Lamego, inaugurada em 1438 (Pina, 2011).

Volvidos 40 anos desde os primórdios da Congregação, o seu estado via-se amplamente reforçado. Em 1460 eram 50 os cónegos que a compunham e os laços estabelecidos e alimentados com a Coroa e o Papado apresentavam uma tendência de forte estreitamento (Pina, 2011). João Vicente morreria em 1464, mas tal evento não dirimiria a expansão futura da sua Congregação. Muito pelo contrário, a influência dos cónegos da Congregação de São João Evangelista acentuou-se fortemente no final do século XV e princípio do século XVI, em grande parte em razão das orientações espirituais por estes assumidas (Pina, 2011). Com protecção régia assegurada, nomeadamente no reinado de D. João II, os Lóios foram encarregues de diversas missões diplomáticas, gozando também de uma posição de prestígio em matéria de aconselhamento ao monarca (Maria, 1697).



Fig. 21 - Conventos dos Cônegos Seculares de S. João Evangelista em Portugal (século XV) in Fontes, J. I., Andrade, M. F., Rodrigues, A. M. S. A. (2020) Mosteiros e conventos no Portugal Medieval: vida espiritual e lógicas de implantação. *SVMMA*, N.º 15, pág. 26. Doi: 10.1344/Svmma2020.15.3.

A chegada da Congregação a Évora ocorreu somente no final do Século XV, com a fundação do Convento de São João Evangelista de Évora em 1481, e de novo não pelo empenho dos próprios membros desta, mas sim pela determinação de figuras exógenas. Neste caso específico, dois nobres de relevo tomaram as rédeas do projecto, D. Rodrigo de Melo, guardamador de D. Afonso V, e D. Álvaro de Portugal, chanceler-mor de Portugal, tendo também D. João II pedido às autoridades da cidade a cedência de terrenos para a construção do próprio

Convento (Pina, 2011). Com esta nova casa a congregação vincava ainda mais o seu cariz urbano, uma vez que Évora era a terceira maior cidade do reino na primeira metade do século XVI, tendo sido também a cidade de eleição de D. João II durante o seu reinado (Fonseca, 2005; Dias, 1998).

A edificação da nova casa não ocorreu sem contratempos, tendo sido especialmente preocupante na mente dos Lóios questões relativas ao seu financiamento e à possibilidade de esta assegurar o sustento da comunidade. Com efeito, em 1487 os Lóios abdicaram temporariamente da administração do convento, devido ao seu estado incompleto e a incertezas no que respeitava à sua conservação. Somente quatro anos após esta renúncia se verificou a entrega oficial do convento à congregação, facilitada pelas quantias testadas por D. Rodrigo de Melo alocadas à manutenção do edifício (Pina, 2011).

As dificuldades financeiras decorrentes do empreendimento de uma obra desta dimensão terão sido colmatadas em certa medida pelo efeito que a própria construção do Convento produziu nas suas imediações. Como ressalva Pina “uma característica habitual da dinâmica institucional das ordens religiosas é que a fase fundacional de uma nova casa seja acompanhada, quase sempre, de um marcado surto devocional” (p. 163, 2011), algo que se verificou igualmente no caso do Convento aqui analisado, beneficiário de doações durante a fase de construção.

Já depois de entregue a casa, D. Álvaro de Portugal regressa do exílio em Castela após a coroação de D. Manuel I em 1495 e assim benfeitor e congregação reencontram-se de novo no mesmo espaço político, aliviando assim as preocupações financeiras dos cónegos. Foi também através de D. Álvaro que o primeiro capítulo geral da congregação tomou lugar no Convento de São João Evangelista em Évora, em 1501 (Pina, 2011). Como realça Pina, a Igreja dos Lóios transformada em Panteão funerário do seu fundador D. Rodrigo de Melo e da sua família tornou-se subsequentemente um epicentro de “intensa vida religiosa, especialmente para a nobreza local e também para os membros da realeza que estanciavam na cidade, residindo por vezes no próprio convento. Aí se viviam algumas devoções que os lóios cuidavam com esmero e que depois se difundiram por todo o país” (p. 164, 2011).

Considerando a análise precedente é possível compreender a enorme importância da Congregação de Cónegos Seculares de São João Evangelista para a realidade religiosa e política nacional aquando da sua chegada a Évora e, por conseguinte, entender igualmente a importância histórica do Convento dos Lóios aí erigido.

2.2. A Igreja-Panteão de São João Evangelista²⁶

Anexa ao Palácio Cadaval, a Igreja de São João Evangelista, também conhecida como Igreja dos Lóios, é essencial para a definição de memória e prestígio da linhagem. A ideia de panteão é um dos objetivos máximos do *ethos* nobiliárquico. Este pormenor faz toda a diferença para entender a dinâmica do espaço e a sua evolução, pois estes aspetos estão em relação direta com os seus padroeiros e com a função exclusiva de última morada e prestígio familiar.

Como já foi referido anteriormente, a Igreja dos Lóios foi fundada pelo I.º conde de Olivença e I.º capitão de Tânger D. Rodrigo de Melo, depois de enviudar, em 1485, sendo que a sua conclusão (posterior à morte do fundador em 1487) deu-se uns anos mais tarde em 1491 (Pereira, 1947). Foi construída nas ruínas do *Castelo Velho* e manteve até aos dias de hoje alguns testemunhos desse tempo como parte da muralha romano-visigótica que se encontra na atual Sala da Cera e a Cisterna.



Fig. 22 - Igreja dos Lóios, Évora; Arquivo da CME, c. 1930-1950 (site: <https://arqm.cm-evora.pt/index.php/pt-afcme-edn-3298-50247>).

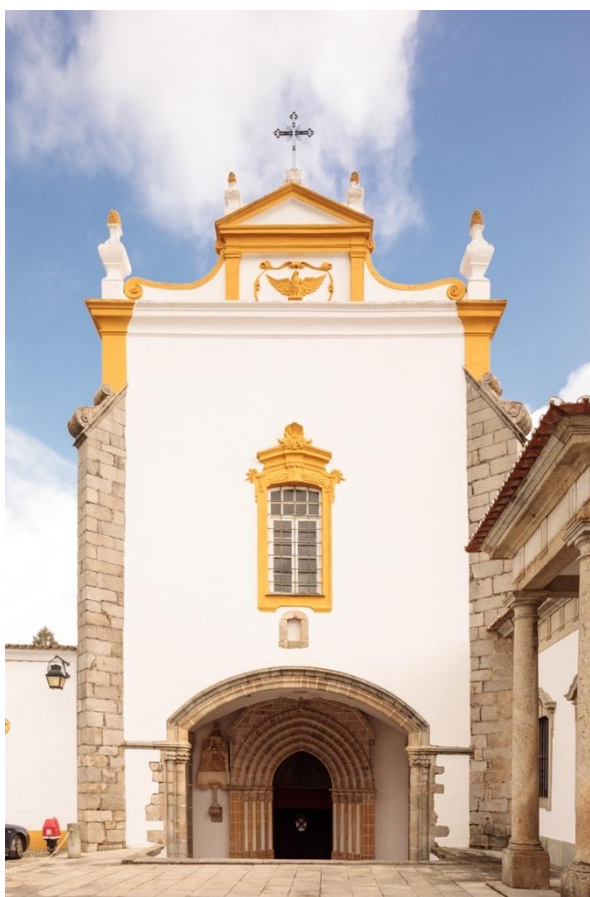


Fig. 23 - Igreja dos Lóios, Évora; Francisco Nogueira, 2021.

²⁶ Em anexo (8) apresenta-se uma iluminura deste Santo.

A fachada da Igreja dos Lóios (fig. 23) sofreu variadas modificações que alteraram a traça primitiva. Estas obras, de certo modo vultuosas e de épocas diferentes, que afetaram o aspeto exterior, severo e típico da arte ogival quatrocentista, não atingiram gravemente a estrutura dos alçados e do sistema de cobertura, assim como respeitaram a planta gótica da Igreja (Espanca, 1966). O frontão triangular suportado por dois contrafortes foi, segundo Túlio Espanca, durante os primeiros anos do reinado de D. José I (séc. XVIII), envolvido por *volutas* e *fachos* e ainda o tímpano passou a ser ornamentado pela águia²⁷ de São João Evangelista. Mais acima encontramos quatro pináculos *flamantes, barrocos e sobrepujantes ao friso trilobado* (Espanca, 1966). Mais em baixo observamos a janela emoldurada que dá para o coro alto da Igreja, por certo no espaço vazio em baixo deveria estar uma imagem padroeira.

No alpendre (anexo 9), à entrada da Igreja, encontra-se a pedra tumular com um brasão eclesiástico e o símbolo da águia bicéfala coroadada, de D. Diogo da Anunciação, *cónego desta congregação*²⁸, que aí jaz. Encontramos também à esquerda do pórtico²⁹ gótico flamejante o baldaquino de pedra com o armorial da família Mello, com uma inscrição gótica mandada gravar por D. Álvaro de Portugal em homenagem ao fundador e seu sogro D. Rodrigo de Melo (Espanca, 1966; Pereira, 1947). Através da passagem pelas portas de madeira do Brasil, do século XVII, na entrada, notamos um pano caído de veludo *bordeaux* com a heráldica da família dos duques de Cadaval, que remete para uma solução museológica recente para criar um momento de espera e expectativa antes de aceder ao corpo da grandiosa Igreja.

Acedendo ao corpo da Igreja é possível encontrar um total revestimento de azulejos do início do século XVIII³⁰ que narram passagens da vida de S. Lourenço Justiniano, entre motivos florais decorativos bem como anjos entre colunas desenhadas que permitem uma perceção de profundidade através dessa arquitetura esboçada, sempre com o símbolo da águia presente. A Igreja dos Lóios foi restaurada entre 1957 e 1958 (anexos 10, 11 e 12), por D. Jaime

²⁷ Símbolo da Ordem.

²⁸ A pedra tumular tem a seguinte inscrição: *AQV IAZ POR SVA HVUMILDADE D. DIOGO DA ANNVNCIAÇÃO JVSTINIANO CONEGO DESTA CONGREGAÇÃO BISPO DA SERRA ARCEBISPO DE CRANGANOR PROVISOR E BISPO COAIVTOR DESDE ARCEBISPADO FALECEO AOS 28 DE OVTUBRO DE 1713.*

²⁹ Segundo Espanca, 1966 (p. 55) é o portal da igreja um belo, embora tardio exemplar do gótico flamejante, com gablete de pedra, antecedido por arco abatido apoiado em feixe de colunas ornadas de capitéis naturalistas, manuelinos, que forma o pórtico do sub-coro, lançado em abóbada de nervuras estreladas, com toros emoldurados e de chaves armorejadas, que nasce em delgados colunéis graníticos. Cinco arquivoltas revestidas de pequenas flores estilizadas, abertas em forma de leque e com capitéis de granito muito frágil, de ornamentos também vegetalistas, recebem os fustes de mármore branco, de Estremoz, rompentes de bases flordelizadas dispostas em andares, oferecendo, no conjunto, profundas afinidades com o portado axial da Sé de Évora, protótipo donde saiu o tipo depois generalizado na região.

³⁰ Tema aprofundado no subcapítulo dedicado à azulejaria e escultura.

Álvares Pereira de Melo, 10.º Duque de Cadaval, que a engrandeceu e modificou (Espanca, 1960).

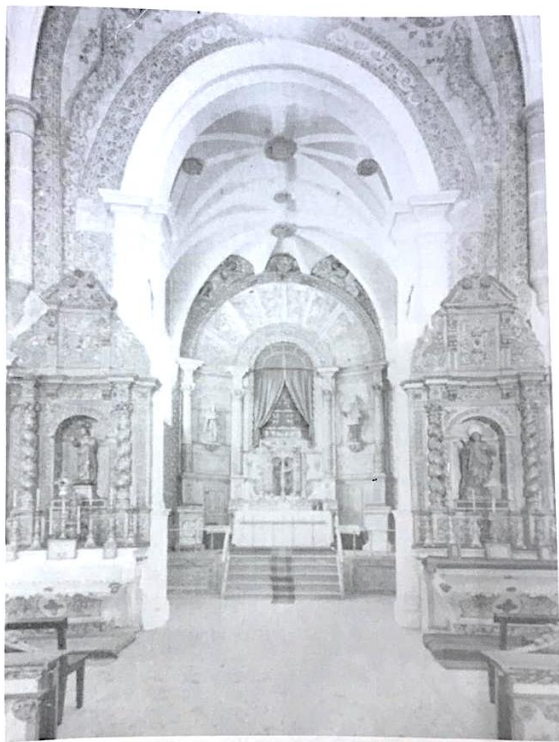


Fig. 24 - Aspecto antigo da capela-mor e cruzeiro, decorado por dois altares de talha dourada in Espanca, T. (1960). Duques de Cadaval (2ª ed.). *Cadernos de História e Arte Eborense, Volume XXI*;



Fig. 25 - Aspecto atual, depois do restauro. Francisco Nogueira, 2021;

Espanca (1960) destaca que

No corpo da nave existiram quatro capelas: as colaterais, designadas de *Santa Apolónia*, ao Evangelho, e *Nossa Senhora da Victória* ou da *Conceição*, à Epístola, desaparecidas na reintegração actual, as quais eram constituídas por altares de talha dourada, de colunéis salomónicos e frontões barrocos, dos primeiros anos do Séc. XVIII, e as de *S. Rodrigo* e *S. Francisco de Borja*, que ficavam no vão do sub-coro e foram apeadas em tempos remotos (p. 82).

Percorrendo o corpo da Igreja, encontra-se à esquerda a Tribuna, dos finais do século XVII, onde a família assistia às celebrações e missas. Foi mandada fazer pelo duque D. Nuno Álvares Pereira de Melo e segundo Espanca (1960) é um trabalho de qualidade do estilo

barroco de cerca de 1690. No topo encontra-se o brasão coroado com a heráldica da família Cadaval (anexo 13). Do lado do Convento dos Lóios, observam-se duas janelas e um púlpito *do pregador* onde os frades assistiam às missas e celebrações, peça de mármore adicionada na reforma da Igreja em 1711. Ainda no corpo da nave, precisamente ao centro, localiza-se à esquerda uma cripta com as ossadas que pertenciam aos frades do Convento da Ordem de Santo Elói e à direita a cisterna, cuja profundidade é desconhecida. Atualmente, para além da Capela-mor existem ainda mais três capelas que se preservaram nesta bela Igreja. A Capela do Santíssimo, a Capela de Nossa Senhora do Rosário e a Capela de S. Nuno.

A Capela-mor reflete bem o estilo Maneirista, representando a transição do Renascimento para o Barroco (Espanca, 1960). As paredes laterais correspondem a azulejaria do século XVII, que antecede a azulejaria do corpo da Igreja. O altar é composto por duas imagens de madeira dos padroeiros do Convento, à esquerda S. João Evangelista com a águia a seus pés³¹ e à direita S. Lourenço Justiniano que se veneram em mísulas laterais, segundo Espanca, neste lugar venerava-se a escultura de *Nossa Senhora da Vida*, hoje desaparecida. Por fim, no topo-centro do altar venera-se a imagem do Cordeiro de Deus. Junto às escadas que sobem para o altar, encontram-se os túmulos do fundador D. Rodrigo de Melo e de sua mulher D. Isabel de Meneses (anexo 14).

A Capela do Santíssimo (anexo 15), cujo altar de talha dourada data do século XVIII, é um exemplar do estilo Rococó na sua fase inicial. Nesta capela encontram-se dois túmulos dos ilustres D. Manuel de Melo e seu filho D. Francisco de Melo³², esculpidos por Nicolau de Chanterene, nome incontornável da escultura do século XVI. A Capela de Nossa Senhora do Rosário (anexo 16), junto à entrada, abriga dois importantes túmulos de bronze de estilo gótico florido, pertencente à escola flamenga de cerca de 1500 (Espanca, 1960). Estes túmulos (anexos 17 e 18) pertencem a D. Rui de Sousa³³, decorado completamente com motivos florais e à sua mulher D. Branca de Vilhena³⁴, cujo túmulo representa a iconografia da veste e toucado bragantino com atributos dos Quatros Evangelistas (Espanca, 1960).

Nesta capela encontram-se ainda uma escultura do século XV e um retábulo dedicado a Nossa Senhora do Rosário, cujas pinturas pertencem à escola de Josefa de Óbidos³⁵, segundo

³¹ Símbolo que o identifica

³² Grande humanista, matemático, primeiro autor do Renascimento a comentar Arquimedes, estudou em Paris (formado em Matemática, Filosofia, Artes e Teologia). Morreu em 1536.

³³ Senhor de Sagres e Beringel que assinou o importante Tratado de Tordesilhas

³⁴ Irmã de D. Rodrigo de Melo, fundador da Igreja de São João Evangelista

³⁵ Foi uma pintora barroca, do século XVII, nascida em Sevilha que viveu parte da sua vida em Óbidos, Portugal (1630-1684).

Túlio Espanca, o que é notório através das molduras de flores e tenebrismo presente. Os assuntos das tábuas são: *Aparição de Jesus a Santa Catarina de Sena, Virgem e o Menino aparecendo a Santa Catarina de Sena, S. Domingos e S. Francisco, S. Domingos recebendo de Nossa Senhora do Rosário*; e os assuntos das telas são os seguintes: *São João Evangelista visionando a Virgem na Ilha de Patmos ao escrever o Apocalipse e Nossa Senhora da Conceição*. A Capela de São Nuno (anexo 19), de construção mais recente, acede-se através da Capela de Nossa Senhora do Rosário, mandada erigir pela Duquesa de Cadaval em memória do seu filho D. Nuno Álvares Pereira de Melo (1888-1935).

Por fim, é fundamental referir também o espaço onde se encontra a Sacristia (anexo 20) e se pode venerar uma pintura mural original, do século XVII, que representa *Jesus vivo na Cruz e Anjos simbólicos arvorando emblemas do Martírio de Cristo*. A coleção de quadros de autores anónimos, presente na sala, pertencem aos séculos XVII-XVIII, destacando-se as representações dos Quatro Evangelistas: Mateus, com um Anjo a seu lado; Marcos, acompanhado por um Leão; Lucas, com o Touro; e João, representado com a Águia a seu lado. Podemos encontrar ainda representações de Santos e Padres da Ordem, incluindo Fr. António da Conceição bem como o *Sermão da Montanha* (Espanca, 1960).

No seguimento da Sacristia, está a Sala da Cera (anexo 21) onde se encontra presente a imagem de Santa Apolónia, Santa Padroeira dos Dentistas, referida anteriormente por ter estado num dos altares que já não existem no corpo da Igreja. Neste local testemunha-se parte da antiga muralha romana-visigótica e ainda um pequeno conjunto de azulejos árabes antiquíssimos, entre esculturas de autores anónimos e artigos de jornais sobre a campanha de restauro e conservação da Igreja levada a cabo nos anos sessenta.

Por fim, no coro-alto onde se encontra o órgão (anexos 22, 23, 24 e 25) da primeira metade do século XVIII, encontramos mísulas muito bem ornamentadas com motivos florais (anexos 26, 27, 28, 29 e 30) e ainda alguns indícios da pintura mural (anexo 31) que já ali existiu mas que foi posteriormente revestida com tinta branca. Através destas imagens, é possível visualizar o antes e depois do coro-alto resultante da ação de restauro levada a cabo durante o final da década de cinquenta. Observando esta pintura mural/fresco, são várias as questões que se levantam. Serão estes frescos da mesma campanha de pintura no Convento dos Lóios? Por que razão se apagaram? Será que existiriam mais frescos deste género pelas salas do Palácio como encontramos nos tetos do vizinho Palácio dos Condes de Basto?

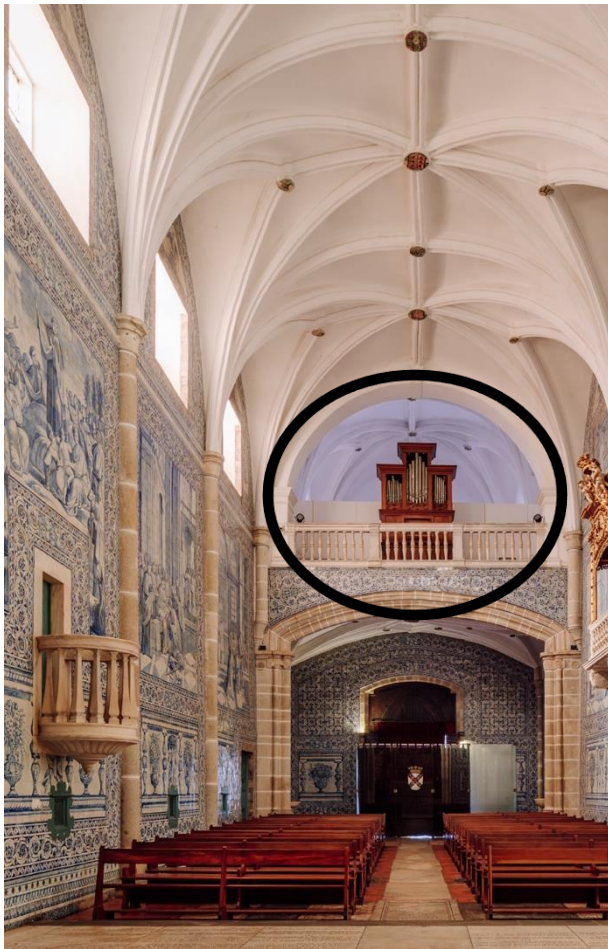


Fig. 26 - Interior da Igreja dos Lóios, Évora.
Francisco Nogueira, 2021.



Fig. 27 - Interior da Igreja dos Lóios, Évora.
SIPA, 1961 (site: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8caa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002868).

Sabemos que pouco depois do terramoto de 1755, como relata Espanca (1960), o reitor do Convento dos Lóios, Luís Justiniano da Conceição, ordenou as pinturas murais que são levemente policromadas *ao gosto da perspectiva*, sendo aquelas encontradas no teto constituídas por alegorias às Artes, Literatura, Ciências e Religião. Poderão estes frescos fazer parte dessa campanha?

2.2.1. Expressões de património integrado no edificado: a Azulejaria

Torna-se fundamental destacar a azulejaria presente na Igreja de São João Evangelista pela sua importância e destaque na História da Arte em Portugal. Em 1711, por encomenda de António da Purificação ao mestre azulejador Manuel Borges, as paredes do corpo da Igreja foram totalmente revestidas por azulejos azuis e brancos, obra que transformou a igreja numa das mais belas de Portugal (Mangucci, 2013). Para Espanca (1960) "foi uma época lamentável para a integridade do monumento, pois se nos ficou o notável conjunto cerâmico, a arquitectura e decoração gótica, que tanta originalidade deveriam conceder ao templo, ficaram empobrecidas artisticamente". A renovação dos tempos é tão importante como a preservação de testemunhos de épocas passadas, um equilíbrio entre ambos deve ser o objetivo.

Os seis painéis inseridos no total revestimento de azulejos do corpo da nave retratam momentos da vida de São Lourenço Justiniano, primeiro patriarca de Veneza, um dos mais proeminentes membros da Congregação de São Jorge de Alga (Mangucci, 2013). A principal fonte para a elaboração desta narrativa iconográfica foi a obra do Padre Francisco de Santa Maria (1697), *O Ceo Aberto na Terra*. Para Mangucci (2013) "também o contexto no qual se executa a encomenda é bastante incomum na história da azulejaria portuguesa. A canonização de São Lourenço Justiniano, em 1690, (...) é praticamente contemporânea dos azulejos, abrindo espaço para um esforço concertado de projecção pública da Congregação de São João Evangelista" (p. 10).

Do lado direito da nave, situam-se quatro painéis emoldurados por motivos padronizados florais em cujo topo se encontram dois querubins a coroar³⁶ um anjo, divididos por colunas³⁷. Por cima de cada painel, do lado direito, está uma janela também emoldurada pelos mesmos motivos e no topo encontra-se uma águia, símbolo de S. João Evangelista. Abaixo dos painéis, também emoldurados, encontramos a interpretação de uns jarros com flores e uns querubins a agarrar em cestos com flores entre colunas desenhadas. Estas colunas dão uma noção de profundidade que encontramos também do lado esquerdo da nave. Neste lado estão presentes dois painéis também emoldurados com os mesmos motivos, com a tribuna no meio, e por falta de janelas (em oposição ao lado direito) foram desenhadas umas janelas no revestimento de azulejos que sublinha mais uma vez não só a noção de profundidade como também a percepção da arquitetura através da azulejaria e o seu efeito de *trompe l'oeil*.

³⁶ Coroa de flores.

³⁷ Estas colunas parecem servir de base para o "nascimento" dos arcos ogivais que se prolongam para o teto.

Da direita para a esquerda, no sentido do ponteiro dos relógios, estão disponibilizadas as seguintes obras: *São Lourenço Justiniano despede-se do lar e escolhe a Congregação de São Jorge de Alga*; *São Lourenço Justiniano acalma a tempestade*; *Um amigo de São Lourenço Justiniano recebe o hábito da Congregação de São Jorge de Alga*; *Comunhão Eucarística da Freira - o dom da ubiquidade de São Lourenço Justiano*; *As cerimónias de ordenação episcopal de São Lourenço Justiniano como Bispo de Castello*; e por fim, *São Lourenço Justiniano adorando o Menino Jesus* (anexos 32, 33, 34, 35, 36 e 37).

As passagens da vida de São Lourenço Justiniano, serviam como modelo e exemplo bem como espelho da organização interna da Congregação. Comparativamente com a iconografia presente na Igreja dos Lóios, em Arraiolos³⁸, são dois os temas que se repetem em ambas as narrativas azulejares: o de *São Lourenço Justiniano adorando e Menino Jesus* e o da *Comunhão Eucarística da Freira*. Para Mangucci (2013) "os dois painéis de Bernardes [anteriormente referidos], em composições perfeitamente equilibradas, com uma correcta leitura do espaço, assinalam a perfeita adequação entre a narrativa hagiográfica e o discurso pictórico" (p. 32).

Já a representação de São Lourenço Justiniano, vestido de fidalgo, a sair de sua casa e a entrar no edifício da Congregação, para o autor Celso Mangucci, é a menos bem conseguida pela sua composição. A meu ver, considero esse painel em específico um dos mais interessantes deste conjunto visto que no mesmo quadro se passam dois momentos diferentes, que transmitem uma noção de continuidade deste importante capítulo na vida do Santo. Destaca-se ainda o painel que remete para o tema da *Comunhão Eucarística da Freira*, por ter também dois momentos diferentes no mesmo painel, simbolizando a omnipresença de São Lourenço Justiniano.

³⁸ Para Mangucci (2014), "é particularmente interessante a comparação estabelecida no contrato para a igreja dos Lóios de Évora, celebrado em 1710, em que se critica a qualidade dos azulejos que, na década anterior, Gabriel del Barco realizou para o convento da mesma congregação em Arraiolos. Exige-se um azulejo "melhor, mais claro, e mais fino", demonstrando a enorme importância da expressividade intrínseca de cada um dos materiais que, como sabemos, depende também das condições técnicas das olarias e do saber dos mestres oleiros" (p. 13-14).

2.3. O Convento dos Lóios

Ao invés de Convento, este espaço fundado nas dependências do Paço das Cinco Quinas, inserido nas ruínas do antigo Castelo, deveria ser chamado de Casa dos cónegos seculares de Santo Elói, ou dos Lóios, uma vez que neste lugar não era praticada a completa clausura (Pereira, 1947). No seguimento das peripécias anteriormente referidas que marcaram o início da história deste espaço, como a morte de D. Isabel de Meneses e a posterior morte do fundador D. Rodrigo de Melo, a renúncia temporária deste espaço religioso e demais ocorrências atrasaram o processo de inauguração deste lugar. Segundo Espanca (1960), "a aprovação e consentimento episcopal para o mosteiro funcionar regularmente, ter sinos e poder dar sepultura aos fiéis no adro e claustro e officiar aos defuntos, foi homologada por carta do bispo da diocese D. Afonso, estando este na Corte de Lisboa, em 15 de Novembro de 1491" (p. 71).

Cinco anos depois, D. Álvaro de Bragança³⁹ volta a Évora depois do seu exílio em Castela e aí avança com obras de enobrecimento conventual, foi por volta desta altura que mandou fazer também o baldaquino em homenagem ao fundador D. Rodrigo de Melo, já anteriormente referido (Espanca, 1960). Em 1501, por iniciativa de D. Álvaro, foi ainda construída a porta de acesso do palácio ao coro da Igreja e mais tarde a tribuna para permitir um maior conforto durante as cerimónias religiosas e segundo Espanca (1960), D. João III assistiu a várias cerimónias neste local, visto que se encontrava a habitar o Paço dos capitães-mores da cidade durante as obras do Palácio Real de S. Francisco.

A fachada do Convento dos Lóios de 1749-54, com um alpendre assente sobre duas colunas de granito e duas janelas emolduradas de cada lado enobrecida pelo símbolo da águia de S. João Evangelista, traduz-se na transição do barroco para o neoclássico, "à maneira que em Portugal o introduziu Ludovice", de acordo com o Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, sobre a adaptação a Pousada do antigo Convento dos Lóios. Esta entrada dá acesso à antiga Portaria para onde segue o átrio com ligação ao Claustro e Pátio dos Carros. Um pouco antes à direita estende-se uma imponente escadaria que dá para o piso superior, edificada em 1750. No andar superior encontrava-se a Livraria, a Sala de Aula com pinturas setecentistas e ainda os Dormitórios. Voltando ao piso inferior, destaca-se a obra de D. Álvaro de Bragança e de seu filho nos seguintes espaços: Claustro, Refeitório, Sala do Capítulo, Cozinha e Celeiro (Espanca, 1960; Pereira, 1947). No primeiro andar deste claustro

³⁹ Casado com D. Filipa de Melo, filha do fundador D. Rodrigo de Melo

(anexo 38) observamos arcos góticos, suportados por colunas com interessantes capitéis e no andar de cima, encontramos arcos de volta inteira, que refletem a sobriedade do Renascimento de cerca de 1550 (Espanca, 1960). Estes arcos de volta inteira são semelhantes aos arcos do primeiro andar do mosteiro claustro de S. Bento de Cástris (anexo 39) bem como os do Mosteiro do Espinheiro (anexo 40).

Em relação à Sala do Capítulo onde se reuniam os padres para debater a organização do convento, Silva (2014) refere que

A porta da casa do capítulo dos Lóios é, por conseguinte, exemplar magnífico do mudejarismo alentejano. A variedade de formas, combinando o arco em ferradura com o arco contracurvado; a multiplicidade de elementos decorativos; o apelo à técnica têxtil dos bordados e, sobretudo, a combinação, em efeitos inesperados, do severo granito com o luxuoso mármore, de que ressalta uma certa sensualidade própria da translucidez da pedra de Estremoz, conferem a este portal um exotismo orientalizante que o distingue, entre outros semelhantes dispostos sobretudo em edifícios civis, como um dos momentos mais conseguidos da sensibilidade mudéjar do tardo-gótico alentejano (p. 68-69).

Neste portal, encontra-se ao centro um medalhão com o símbolo de uma tranqueira. Esta simbologia alude a um cerco que, na assunção da sua relação com esta família, poderá ser o cerco de Arzila, Azamor, entre outros. Esta imagem ilustra os acampamentos provisórios até ao momento da rendição. Espanca (1960) defende que este medalhão representa a expedição de Azamor em 1508, onde D. Rodrigo de Melo, 1.º Conde de Tentúgal, ficou gravemente ferido. Segundo Espanca (1960), atribui-se a participação de Diogo de Arruda ou Francisco de Arruda na feitura deste portal (anexo 41).

No pátio do Palácio dos Duques de Cadaval, junto à Igreja dos Lóios, encontra-se uma pequena capela (anexos 42 e 43) que segundo Espanca (1960) servia como estufa. Descreve-a com a sua formosa portada e arco de *ajimez* mudéjar, de tijolo vermelho e colunéis marmóreos, sublinhando o seu remate cónico extremamente agulhado. Pelas suas características e através da comparação com outros exemplos (anexo 44) este pequeno espaço remete para um Morabito⁴⁰ que provavelmente foi re-sacralizado e adaptado a capela através dos medalhões

⁴⁰ Local árabe onde se realizavam preces.

que encontramos no teto deste espaço. Se assim for, faz sentido referir este aspeto neste capítulo porque este espaço seria provavelmente usufruído pelos padres lóios.

Em 1808 este convento foi alvo de pilhagem e sacrilégio por parte das tropas napoleónicas comandadas por Loison. Os dormitórios e outras dependências sofreram o saque destas tropas e foram vários os objetos de valores roubados (Espanca, 1960). Entre compras e vendas de terrenos, obras de ampliações e doações, discórdias e desgraças trágicas, visitas importantes e cerimónias ilustres, os anos foram passando e o convento manteve-se até à extinção das Ordens Religiosas em 1834. Desta extinção, resultou a expropriação de bens mobiliários e imobiliários desta casa conventual passando o Convento dos Lóios a pertencer ao Estado e a desempenhar novas funções. Segundo Pereira (1947), estava instalado neste edifício o colégio João de Deus; antes deste esteve ali outro estabelecimento de instrução, depois de já ter servido, em largos intervalos, de estação telegráfica, administração do concelho, entre outras funções (p. 83). De acordo com Espanca (1960), em 1917 instalou-se no antigo Convento de S. João Evangelista o Arquivo Distrital, dependência da Biblioteca Pública de Évora.

Espanca (1960, p. 78-79) diz-nos que

O monumental edifício, que vinha sofrendo deprecações sem conta através dos mal intencionados que pelas vetustas salas passaram, pois serviu a intervalos de estação telegráfica, Administração do Concelho, escola primária, quartel militar e Colégio João de Deus, passou ao poder central como anexo do insigne estabelecimento de Cultura fundado pelo eminente arcebispo D. Fr. Manuel do Cenáculo, glória imperecível das Letras Pátrias.

De acordo com a informação presente no SIPA, em 1937 o antigo Convento foi adaptado para a Direcção dos Monumentos do Sul. Em 1944 foi intervencionado através de obras de restauro no Arquivo Distrital de Évora e por fim, em 1957, começou o estudo de adaptação para Pousada do Convento dos Lóios, inaugurando esta em 1965.

2.3.1. Adaptação a Pousada

Para compreender este edifício é essencial conhecer a história do seu tempo conventual, o tempo desamortizador e o tempo patrimonial que por sua vez passa a ser museológico e ganha outra função. O tempo conventual remete para a sua função primordial, de culto religioso. O tempo desamortizador vem no seguimento da extinção das Ordens Religiosas em 1834, quando os espaços conventuais e monásticos deixaram de exercer a sua função primordial e passaram a pertencer à Fazenda Nacional (Estado)⁴¹. Quando passaram a pertencer ao Estado, estes espaços adquiriram outras funções, funcionando como escolas, fábricas, espaços agrícolas, bibliotecas, entre outras, ou acabaram simplesmente em estado de ruína. Houve muito património móvel que se perdeu, ou que transitou para diversas paróquias, e a grande maioria do património imóvel ficou descaracterizado pelo impacto das mudanças trazidas com as novas funções. No seguimento deste tempo, surge o tempo patrimonial, tempo em que estes espaços começam a ser valorizados e protegidos mesmo tendo outras funções.

Barreiros (2010) expressa que

O projecto das Pousadas Regionais tornou-se realidade no início da década de 40 (do século XX), sob a alçada de António Ferro, o director do Secretariado de Propaganda Nacional - no contexto histórico do Estado Novo em Portugal -, e funcionou como que uma espécie de "cartão de visita" do país. Com a construção destas pequenas unidades hoteleiras, procurou-se criar e promover um modelo oficial nacional de "bom gosto" que fugisse da impessoalidade e da uniformidade decorativa dos hotéis; que se adequasse à dimensão e às necessidades turísticas do país e que, em termos arquitectónicos e decorativos (interior), se harmonizasse com o ambiente e a paisagem da região em que se integrava. (...) Construídas pelo Ministério das Obras Públicas, mobiladas, decoradas e concessionadas a particulares pelo Secretariado da Propaganda Nacional (...). A partir dos anos 50, (...) entra-se numa nova era, a das Pousadas Históricas. (...) as Históricas, conforme o nome indicia eram implantadas em edifícios dominados pelo peso da história. (p. 52-53)

⁴¹ Com as devidas exceções visto que os conventos e mosteiros femininos exerceram o seu culto até à morte da última freira.

De acordo com a informação presente no *Boletim da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais* sobre a adaptação a Pousada do antigo Convento dos Lóios, é possível entender como foi feita a instalação desta unidade hoteleira num património classificado como Monumento Nacional. O modelo do edifício em si, por ter várias divisões (celas), facilitou a adaptação destas a quartos, contribuindo para um melhor aproveitamento do espaço. Esta obra foi orientada pelos arquitetos João Filipe Vaz Martins e Rui Ângelo Couto (Barreiros, 2010). Tendo em conta a nova função do edifício, a sua reabilitação correspondeu a um reajuste de novas necessidades e implicações que obrigaram a alterações que interferiram no espaço. Esta realidade leva a questionar até que ponto uma classificação, neste caso de Monumento Nacional, consegue proteger a descaracterização de um bem imóvel que passa a servir como hotel? Esta descaracterização pode ser motivo de grande debate e pesquisa.

No processo de adaptar este espaço a uma unidade hoteleira, foi fulcral a preservação de testemunhos históricos como a portaria conventual que devidamente conservada, foi adaptada sem alteração à correspondente portaria da Pousada; o claustro, a charneira de todo o conjunto do edifício, que, mantendo a sua expressão própria, assegura do mesmo modo, nas suas novas funções a circulação entre todas as zonas da unidade hoteleira; a sala do Capítulo que, sem qualquer alteração na sua fisionomia peculiar, foi adaptada a um recanto de estar, aberto sobre o claustro e o jardim central; finalmente, o refeitório conventual que mantém, na Pousada, a sua função de Sala de Jantar.

Através da descrição sumária deste *Boletim*, anteriormente referido, destacam-se as principais intervenções: execução de pavimentos de lajes de tijolo armado, nas zonas onde as coberturas existentes aconselharam a sua substituição por materiais mais convenientes; execução de novas estruturas de coberturas, com lajetas de tijolo armado, recobertas com telha do tipo portuguesa; execução de escavações para a instalação da ampla zona de serviços, em cave, construção de todas as suas divisórias, paredes exteriores e drenagens e coberturas com lajes de betão, devidamente revestidas com material cerâmico; execução de todas as divisórias interiores indispensáveis para obtenção de compartimentação fixada pelo projeto da Pousada; execução de todos os trabalhos de rebocos, guarnecimentos, carpintarias e pinturas inerentes à execução da obra projetada.

Diz-nos Lima (1995) que

Em obras recentes no pátio da actual "Pousada dos Lóios", aquando da escavação para a construção da piscina, foi descoberto um troço da muralha, numa

extensão de 5,40m de comprimento por 2,12 metros de altura. Este troço, que tem 2,10 metros de espessura, podemos afirmar que é muçulmano, uma vez que o aparelho, não sendo romano, reaproveita alguns materiais dessa era, e, porque também nas zonas mais profundas escavadas, o espólio arqueológico que se descobriu é muçulmano. No relatório desta campanha arqueológica defende-se que "...a entrada em desuso ou a destruição desta muralha deve datar de uma época anterior à construção do pano de muralha conservado nos anexos da Pousada dos Lóios e provavelmente datada do reinado de D. Fernando" (p. 25).

Em paralelo, foram executados trabalhos de consolidação e restauro de diversas pinturas decorativas existentes em paredes e tetos de algumas dependências, como se procedeu à consolidação da muralha, situada na zona posterior do edifício, onde se localizava a porta denominada da traição⁴². Esta parcela das antigas fortificações da cidade, pôde deste modo, ser racionalmente valorizada e integrada na Pousada, constituindo, por si só, um elemento de muito interesse e de raro valor.

⁴² Porta da traição (Id. Média), também conhecida por porta falsa: pequena porta que, contrariamente à porta da vila (ou cidade), se encontrava voltada para o campo exterior, por caminho difícil, sendo utilizada apenas como recurso. In Glossário elaborado pelo Dr. Miguel Sanches de Baêna, com revisão técnica de Rafael Moreira; referido por Lima (1995).

Capítulo 3 - Proposta de salvaguarda e valorização patrimonial do Palácio dos Duques de Cadaval

3.1. O Palácio no tempo atual

No século XX, no seguimento do fim da monarquia em 1910 e começo do novo regime republicano, surgiu uma nova necessidade de reinvenção dos espaços nobres. No final dos anos cinquenta, D. Jaime Álvares Pereira de Melo⁴³ procedeu ao projeto de restauro e valorização da Igreja dos Lóios e também abriu ao público a galeria destinada a albergar e expor os bens da família, por volta de 1965. Por esta altura, parte do Palácio encontrava-se alugado por inquilinos de regime particular e segundo Espanca (1960, p. 64) também esteve "ocupado em grande parte pela Direção Geral das Estradas do Distrito de Évora". Era muito comum esta prática de aluguer verificada também no Palácio do Grilo⁴⁴, em Marvila e ainda na Villa Sousa⁴⁵, em Lisboa. Em 1975, um ano depois da Revolução de Abril, o MFA através das campanhas de dinamização cultural, executou uma pintura mural (anexos 45, 46, 47, 48 e 49) na parte de trás do Palácio dos Duques de Cadaval, que confronta com o espaço público. Hoje encontra-se desgastada e coberta por um pano de heras, mas não deixa de ser importante sublinhar a sua existência por marcar um período histórico de grande relevância em Portugal e que acabou por interferir também com a história do objeto de estudo.

O Palácio dos Duques de Cadaval, em Évora, manteve parte da sua residência privada, mas desde 1998 que abre as portas ao público. De 1998 a 2004 foi palco do Festival Évora Clássica, realizado em parceria com a Fundação Calouste Gulbenkian, onde se organizaram diversos espetáculos do coro e orquestra da Fundação com músicos convidados nas salas do Palácio, no Jardim do Paço e na Igreja dos Lóios e também no Teatro Garcia de Resende. De 2004 a 2013 a família Cadaval em conjunto com o diretor artístico Alain Weber fizeram uma parceria e trouxeram o Festival *Les Orientales* a Évora. Este festival trouxe pela primeira vez a música sacra do Oriente para Portugal, contribuindo para a valorização deste património imaterial em risco de extinção.

De 2013 a 2014 o Palácio dos Duques de Cadaval voltou a realizar o Festival Évora Clássica, desta vez alargando o seu leque para músicas do mundo e contou com as expressões musicais e artísticas da cultura tradicional e sagrada da Índia, do Médio Oriente e do

⁴³ 10.º Duque de Cadaval.

⁴⁴ Também conhecido como Palácio dos Duques de Lafões.

⁴⁵ Antigo Palácio dos Condes de Val-de-Reis.

Mediterrâneo. Em 2015 acolheu duas exposições. A primeira, intitulada *Vestidos de Noiva Inesquecíveis* (anexo 50), ocorreu na Igreja de São João Evangelista, sendo da curadoria do designer de moda Hubert de Givenchy, melhor amigo de D. Claudine. Esta exposição surgiu de uma outra exposição do designer de moda realizada num Castelo em França e trouxe a Évora peças de moda internacional como Balenciaga, Carolina Herrera, Dior, Philippe Venet, Yves Saint Laurent e Givenchy. A segunda exposição desse ano, organizada por Alexandra Cadaval, denominada *Dá Licença*, de Mauro Pinto, trouxe pela primeira vez este artista de Maputo a Évora, levando à cidade a perduração da luz, atmosfera e o estado de casas comuns de Mafalala, bairro mítico de Maputo, fonte de poetas, desportistas e políticos. Este artista inspira-se na qualidade da tonalidade do branco do artista Vermeer e transfere essa inspiração para as suas fotografias de enorme qualidade.

Em 2017 a família Cadaval trouxe a exposição *Agatha Ruiz de la Prada* (anexos 51 e 52), contando com vinte criações da artista em harmonia com a coleção de património móvel do Palácio Cadaval, onde este património cheio de história e a fantasia da arte contemporânea se aliaram pela primeira vez. No ano seguinte, em 2018, organizou-se a exposição e festival *Évora África African Passions* (anexo 53) durante três meses. Este festival, co-financiado pelo Portugal 2020, apresentou a maior exposição de arte contemporânea africana em Portugal, com a curadoria do famoso comissário André Magnin.

Durante a pandemia covid-19 o Palácio fechou as suas portas para manutenção, reabrindo com a Exposição *LOVE, Marrakech opened my eyes to color... Yves Saint Laurent* em 2022 (anexo 54). Contou com a curadoria de Stephan Janson, na Igreja dos Lóios, onde estiveram catorze manequins com peças de Yves Saint Laurent da década de 70 à década de 90 e ainda com a curadoria de Mouna Mekouar e Alexandra Cadaval nas salas de exposição do Palácio. O fio condutor das salas de exposição do Palácio são os posters de Yves Saint Laurent, com o tema *LOVE*, e obras de artistas contemporâneos marroquinos que se inspiraram no trabalho de Yves Saint Laurent em Marraquexe; e ainda sete manequins do designer de moda marroquino Nourredine Amir. Esta exposição foi complementada com variados concertos de música marroquina nas instalações do palácio. Torna-se fundamental destacar que neste ano de 2022, vários museus em Paris⁴⁶ fizeram uma homenagem ao artista Yves Saint Laurent na celebração dos sessenta anos da sua primeira coleção de moda, tendo esta sido a forma de Évora e Portugal homenagearem o artista.

⁴⁶ Centro Georges Pompidou, Museu de Arte Moderna de Paris, Museu do Louvre, Museu d'Orsay, Museu Nacional Picasso - Paris e Museu Yves Saint Laurent Paris.

Entre todas as exposições e festivais anteriormente referidos, houve sempre mais programação a ser desenvolvida, durante os mesmos. Concertos esporádicos que começam no Templo Romano e continuam pelo Palácio dentro, pequenas exposições temporárias desenvolvidas noutros espaços do Palácio, entre outras ofertas culturais a decorrer em simultâneo. Torna-se fundamental destacar a importância deste espaço para o desenvolvimento da região através da oferta cultural que proporciona, seja através de exposições de renome internacional, seja através da preservação do património imaterial de outras culturas. A fusão cultural resultante da programação do Palácio dos Duques de Cadaval proporciona não só o enriquecimento da comunidade como promove a descentralização dos grandes polos artísticos situados nas grandes cidades cosmopolitas.

A nova programação pós-pandemia foi acompanhada pela renovação do pátio do Palácio dos Duques de Cadaval. Este passou a albergar o Restaurante Cavaleira, conhecido por valorizar os ingredientes da região. O restaurante foi desenhado pelo conceituado designer Jacques Grange através da combinação das suas influências árabes e dos desenhos da artista sul-africana Esther Mahlangu, convidada para pintar as colunas do restaurante, um friso sobre o arco de entrada e o mural no interior do pátio no seguimento da Exposição *Évora Africa African Passions*.

O pátio é da autoria do arquiteto paisagista Louis Benech. A sua visão propicia e assenta num entrelaçar subtil e harmonioso do espaço natural com a criação da mão humana. O seu estilo próprio permite assim a formação de realidades que, sendo constituídas por duas dimensões distintas, incorporam ambas um todo em que estas confluem sem descontinuidade. Benech foi assim escolhido e encarregue pela Família Cadaval de criar um espaço profundamente ligado à história que o envolve, espaço esse de inspiração andaluza. Nas palavras do próprio: "Deixando o templo romano e entrando no espaço entre a Igreja de São João Evangelista e o Palácio, descobre-se um lugar muito bonito, singular, com apenas duas árvores: uma figueira, no canto extremo direito, junto ao coro da capela, e uma enorme e bela loquat (medalha japonesa). Atrás dele um edifício, com o seu estranho telhado de argamassa pintado, parecendo uma espécie de túmulo muçulmano, lembrando-nos poeticamente das primeiras idades da influência mourisca do palácio inicial. Graças a este limite, a intenção era manter uma atmosfera andaluza no pátio, com a adição de pequenas fontes quadradas, dando frescura e este delicioso barulho, e também a esperança de mais sombra dada pela plantação

geométrica de laranjeiras. Para completar a 'torção', algumas plantas trepadeiras, frondosas, contrastando com o branco das paredes caiadas de branco"⁴⁷.

Carapinha (2007) sobre os jardins que se inserem em espaços abertos públicos, diz-nos

É fundamental que estes jardins sejam conhecidos, interpretados e preservados globalmente. É fundamental que estes espaços sejam reconhecidos enquanto estrutura indissociável do espaço urbano onde se integram. Eles pertencem ao contínuo cultural, ao sistema de elementos e conjuntos arquitectónicos que constitui uma representação e expressão da cultura, que está associada à cidade, que funciona como um sistema de referenciação do espaço e do tempo. Aqueles vazios, aqueles fragmentos de paraíso são âncoras temporais e culturais que se transformam ao longo do devir temporal, pela especificidade da matéria que os configura e pelo espírito do tempo que os enquadra. Mas, esta transformação deverá ser uma evolução na sua especificidade, na sua essencialidade de espaço vazio que alicerça e garante a integridade da cidade como um todo, como um sistema vivo (p. 182).

O Palácio dos Duques de Cadaval, instituição privada, abre as suas portas ao público para partilhar com a comunidade este espaço repleto de história e testemunho de tantos momentos importantes. Destaca-se por aliar o património antigo com a arte contemporânea através de uma narrativa harmoniosa que se insere no espaço e convive com o património móvel da família. Esta é uma forma de unir a herança do passado com a atualização constante do presente e ainda com espaço para a novidade do futuro. É através da oferta cultural do Palácio que se torna possível uma gestão sustentável deste património, de forma a dar continuidade e uso a este espaço onde a história e a contemporaneidade se fundem e permitem a sua conservação, valorização e sobrevivência.

É fundamental referir também a relevância deste espaço para a internacionalização de Évora, do Alentejo e de Portugal através dos seus festivais, exposições e eventos de carácter internacional que trazem a este local convidados de todas as partes do mundo. É de referir também a inúmera quantidade de artigos escritos e divulgados pela imprensa internacional⁴⁸ sobre o Palácio dos Duques de Cadaval e a sua ação na cidade de Évora.

⁴⁷ <https://www.palaciocadaval.com/restaurante/> (última visualização a 16 de Setembro de 2022).

⁴⁸ Alguns exemplos: Beaux Arts, The Telegraph, Architectural Digest Germany, Elle Italia, Vogue France, Le Courier de l'Atlas, Morocco News, Forbes Romania, Jours de France.

3.1.1. Classificações

De acordo com a informação presente no SIPA⁴⁹, o Palácio dos Duques de Cadaval encontra-se protegido por se encontrar no Centro Histórico da Cidade de Évora e ainda na zona de proteção (ZP) do Templo Romano de Évora, da Igreja dos Lóios e do Convento dos Lóios. A Torre das Cinco Quinas, pertencente ao Palácio Cadaval, é atualmente classificada como Monumento Nacional, segundo o *Decreto de 03-07-1920, DG, II Série, n.º 158*⁵⁰. Ainda relacionado com arquitetura militar, a Torre das Cinco Quinas encontra-se também inserida na proteção dos trechos da cerca romana e árabe das muralhas de Évora: o arco de D. Isabel, a muralha posterior do passeio do Conde de Schomberg, a muralha dos palácios dos Condes de Basto, as torres da Porta de Moura, (...).

Tanto o Convento dos Lóios como a Igreja de São João Evangelista (compreendendo as campas de bronze) são considerados também Monumento Nacional de acordo com os decretos *n.º 8217, DG, I Série, n.º 130, de 29-06-1922* e de *16/06/1910, DG, n.º 136, de 23-06-1910*⁵¹, respetivamente. Por fim, todo este património classificado e protegido encontra-se abrangido pela classificação do Centro Histórico de Évora como Património Mundial em Portugal pela UNESCO desde 1986.

⁴⁹ Última visualização a 18 de Setembro de 2022

⁵⁰ Informação presente no site da DGPC.

⁵¹ Idem

3.2. Apresentação de uma proposta de salvaguarda e valorização patrimonial

Inicialmente perspetivou-se concluir esta investigação com uma proposta de salvaguarda e valorização apenas do Palácio dos Duques de Cadaval por ser o tema central da presente dissertação, mas com o avançar da pesquisa e o inevitável aprofundamento da ligação entre o Palácio e os espaços circundantes e a consequente necessidade notória de integração neste capítulo, acrescentou-se também a Igreja e o Convento dos Lóios a esta proposta de salvaguarda e valorização patrimonial. Torna-se fundamental valorizar cada um destes espaços individualmente como também de uma forma coletiva, como a parte de um todo que integram.

Do ponto de vista do complexo, sabemos que a Igreja dos Lóios ainda pertence ao Palácio Cadaval, que ambos são ainda mantidos e geridos pela família e que a tutela da atual Pousada de Évora pertence ao Grupo Pestana desde 1965. Nos dias de hoje, não existe qualquer tipo de ligação institucional entre o Convento e o Palácio (que inclui a Igreja-Panteão), apenas a ligação estrutural e arquitetónica. Tendo em conta que já foram parte de um todo, apresenta-se a proposta e sugestão de visitas orientadas ao complexo (Palácio, Igreja e Convento dos Lóios) onde é partilhada a história deste património com cerca de seiscentos anos. Sugere-se ainda que se crie uma parceria que possibilite, aos hóspedes do hotel, o acesso ao Palácio e Igreja dos Lóios, de forma gratuita, com o objetivo de promover este espaço junto destes visitantes. De igual forma, para os visitantes do Palácio e Igreja, seria permitida a sua entrada de forma gratuita no antigo Convento. Caso este arranjo não fosse possível, sugere-se ainda a criação de um bilhete conjunto entre os três espaços que permita a livre circulação entre estes.

Sabendo que existe um caso idêntico, em Arraiolos, de uma Igreja e Convento dos Lóios que foram convertidos numa Pousada pertencente ao Grupo Pestana, sugere-se um roteiro entre ambos que una a história destes espaços e sublinhe as suas semelhanças.

Para poder proceder a uma proposta de salvaguarda e valorização patrimonial só do Palácio dos Duques de Cadaval, torna-se fundamental a compreensão da utilidade do espaço e a sua função na atualidade dentro da comunidade em que se insere. Apesar de pertencer à Rede de Museus de Évora, o Palácio Cadaval não é considerado um museu. É uma plataforma cultural, que acolhe e promove diversas manifestações artísticas que visam o enriquecimento da programação cultural da cidade de Évora e de Portugal, numa outra escala.

Num contexto ambiental e dadas as circunstâncias atuais em que nos encontramos, crê-se ser da maior importância que os espaços culturais participem na consciencialização e mudança tanto a nível de redução da pegada de carbono como na luta contra as alterações climáticas. Neste seguimento, sugerem-se alguns pontos relativos ao desenvolvimento

sustentável: primeiramente, propõe-se a digitalização dos bilhetes ou o uso de um carimbo como comprovativo de compra do bilhete, reduzindo assim o uso de papel mas não o abolindo totalmente porque estes espaços devem ser inclusivos e naturalmente existem pessoas que devem poder gozar do direito de ler a informação em papel, caso essa seja a sua preferência. Por esse motivo sugere-se ainda que ao longo das salas tanto haja informação escrita como em *QR code*, como se encontra em curso.

Em segundo lugar, destaca-se a necessidade de minimizar o desperdício energético promovendo o uso eficiente dos recursos e, desta forma, assegurar a redução de emissões de gases poluentes. Sugere-se uma maior valorização da luz natural e circulação de ar em prol de maior eficiência energética bem como procurar fornecedores sustentáveis de energia (ex.: *Goldenergy, Coopérnico*, etc). Ainda em relação à iluminação, propõe-se a continuação do uso de lâmpadas LED. O Palácio pode, com a digitalização também, assumir uma postura mais "jovem" e assim promover o contato dos jovens com a cultura. Possivelmente através de uma aplicação, com conteúdo didático sobre as exposições e o espaço em si.

Relativamente a questões de acessibilidade, sugere-se que de acordo com as características do edifício seja aplicada a possibilidade de pessoas com mobilidade reduzida acederem às salas de exposição e ao Palácio, através de um elevador ou sistema que não interfira com o património histórico em questão. Propõe-se ainda que a informação exposta se encontre nas várias línguas: português, inglês, espanhol, francês, italiano, mandarim, alemão e ainda em *braille* também.

Sugere-se também um bilhete especial para a comunidade de Évora e a entrada gratuita para estudantes e professores, sendo que é das funções das instituições culturais a promoção e facilitação do acesso à cultura, como objetivo principal, visto que todo o sucesso financeiro deve ser o resultado de uma excelente oferta cultural. Torna-se fundamental despertar a comunidade para a importância da cultura e do património e faz sentido que, neste caso, os eborenses tenham acesso ao património presente na cidade onde nascem e estão inseridos e sejam os principais a serem beneficiados, tanto em instituições privadas como públicas.

De forma a combater a sazonalidade das exposições temporárias, recomenda-se a abertura todo o ano da galeria com o património móvel da família Cadaval e da Igreja dos Lóios, como já acontece apesar de neste momento a Galeria se encontrar em renovação. Nestes espaços aconselha-se que a música de ambiente seja dos séculos XVI e XVII por terem sido dois séculos áureos para esta família, neste espaço. Ainda relacionado com música, propõe-se a interpretação dos manuscritos com notas musicais que se encontram expostos na Capela de S. Nuno na Igreja dos Lóios.

Outra questão fundamental é a da implementação de uma política de inventariação do património móvel que se encontra neste imóvel. Através da inventariação e catalogação os bens ficam protegidos porque estão localizados, estudados, descritos e passam a poder estar expostos com mais segurança. Sugere-se a reutilização de salas que estejam em desuso e que reúnam as devidas condições para a criação de uma reserva onde este património fique salvaguardado e permita uma facilitação no seu estudo e inventariação; esta questão não só contribui para uma melhor organização como permite o estudo das obras e o acesso facilitado e disciplinado às mesmas.

Por fim, sugere-se ainda a criação de um espaço com informação sobre a história do Palácio, Igreja e Convento, com as suas alterações ao longo do tempo, ou seja, a conceção de uma solução museológica relacionada com o património imóvel em questão, de maneira a proporcionar aos visitantes, ficarem a conhecer não só toda a oferta cultural que o espaço disponibiliza como passarem a ficar familiarizados com a história do local em si. Neste seguimento, recomenda-se a criação de um serviço educativo para a orientação de visitas ao local, conduzindo os visitantes na história da relação que se desenvolveu entre o Palácio dos Duques de Cadaval, Igreja e Convento dos Lóios e a história da cidade, bem como a sua evolução ao longo do tempo.

No âmbito dos serviços educativos propõe-se ainda um colóquio anual, no Palácio Cadaval, sobre a Casa Nobre visto ser um tema que necessita de estudos atualizados e faz sentido ser *in loco*. Proporcionar um colóquio anual sobre esta temática iria impulsionar e promover mais investigações, possibilitando um vasto conhecimento em áreas que carecem de estudos. Trazer as escolas para os locais históricos e promover aulas de história e arte nos mesmos, iria aproximar os alunos destes locais e sensibilizar para a sua estima e salvaguarda. Torna-se fundamental educar para a contemplação, para o pensamento crítico e também para a curiosidade sobre estes assuntos. Tendo em conta a excelente acústica da Igreja dos Lóios, porque não trazer alunos de música para ensaiarem ou fazerem um concerto na Igreja? Propõe-se o arranjo do órgão e no seguimento do seu restauro, sugere-se a promoção de concertos e cursos de especialização deste instrumento.

Conclusão

Depois de dois anos a frequentar o Mestrado em Gestão e Valorização do Património Histórico e Cultural onde foi possível acompanhar obras de reabilitação patrimonial, públicas e privadas, e de examinar inúmeros estudos de caso nesta área, tornou-se fundamental e prioritário desenvolver um estudo que visasse contribuir para a valorização e salvaguarda de um património em específico. Esse património é o Palácio dos Duques de Cadaval e a Igreja dos Lóios que lhe pertence, por ser um espaço onde tive a oportunidade e o privilégio de fazer um estágio profissional. Conviver com o lugar, com a identidade deste local, poder diariamente respirar a obra e absorver esse diálogo com o espaço permitiu-me conhecer aprofundadamente cada detalhe e avançar para este estudo que por si só já é um passo para a sua valorização.

Foi um grande desafio propor um tema que abrange um amplo leque cronológico e diversas áreas como a história, história da arte, arquitetura, antropologia do espaço, paleografia, entre outras. Devido à inexistência de informação relativamente ao Palácio dos Duques de Cadaval foi fulcral recorrer a outras fontes de maneira a construir uma ideia do que pode ter sido este edifício, em tempos. Podia ter chegado a mais conclusões se tivesse tido mais tempo para aprofundar a pesquisa em fontes manuscritas, mas a dificuldade na compreensão e leitura paleográfica atrasou a investigação e não assegurou resultados objetivos. Teria sido mais fácil localizar e aceder a estas fontes se estas obras se encontrassem devidamente "traduzidas" e bem identificadas, pois foram várias as fontes com que me deparei cuja informação não equivalia nem a metade do conteúdo que se encontrava realmente nesses manuscritos.

Acresce-se a esta dificuldade o facto de não me ter sido permitido o acesso ao Arquivo da Casa Cadaval na Herdade de Muge, onde se julga ter informação importante sobre o Palácio de Évora, mas cujo Arquivo infelizmente é extremamente restrito e inacessível. A perda do cartório da Casa Cadaval devido a um incêndio é referida, segundo D. António Caetano de Sousa na sua História Genealógica da Casa Real Portuguesa (Vol. X, p. 160): "Esta escritura achámos no Archivo da Serenissima Casa de Bragança, porque no da Casa de Cadaval não tem cousa alguma antiga, porque tudo pereceo em hum fogo, que houve no tempo, em que o Duque D. Nuno era casado com a filha do Conde de Odemira: pelo que nos faltão muitas noticias pertencentes aos Senhores da Casa de Ferreira, que não poderemos individuar por falta de Documentos". Estes factos a somar a inexistência de uma planta⁵² antiga do edifício,

⁵² Em anexo (55 e 56) encontram-se duas plantas recentes do Palácio e Convento dos Lóios e ainda uma planta da cidade de Évora (58).

desconhecendo os seus engenheiros e arquitetos, dificultou este estudo tornando-o ainda mais desafiante e importante. Tornou-se fundamental encontrar outras formas de chegar a uma proposta de reconstrução do Palácio dos Duques de Cadaval, ao longo dos tempos.

Foram várias as questões que foram surgindo no desenrolar desta dissertação, bem como as que se levantaram com a sua conclusão. Através de uma pesquisa aprofundada no Arquivo Cadaval (entre outros) e com os devidos conhecimentos paleográficos, poderemos obter mais informações sobre este espaço e quem passou por ele. Possíveis arquitetos, pintores, escultores e engenheiros? Existirá alguma planta antiga ou desenho que se encontre deslocado?

Espera-se com esta dissertação abrir um novo campo de estudos deste património tão importante para a cidade de Évora, e que o mesmo tenha continuidade para que surjam novos pontos de vista, debates e discussões, teorias e propostas. É fulcral investir também na gestão, divulgação e comunicação do património cuja história se encontra apagada de forma a impedir o seu esquecimento no tempo.

Bibliografia

Andrade, S. M. S. (2015). *O panteão familiar e a adoção do vocabulário clássico-renascentista no panorama da escultura tumular portuguesa: o exemplo da capela dos Ataídes no antigo convento de Santo António da Castanheira* [Tese de Doutoramento, Universidade Lusíada]. Repositório da Universidade Lusíada. <http://hdl.handle.net/11067/1514>

Antunes, A. M. P. O. (1997). D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º Duque de Cadaval (1638-1727) [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa].

Apóstolo, M. P. R. (2020). A Circulação nos Paços Portugueses no Século XVI [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/103798>

Azevedo, R. A. L. (2017). Mestre João Vicente (1380-1463). Fundador, Prelado, Reformador: em busca do estado apostólico no Portugal de Quatrocentos [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Teologia da Universidade Católica do Porto]. Veritati - Repositório Institucional da Universidade Católica Portuguesa. <http://hdl.handle.net/10400.14/23181>

Barreiros, C. S. G. C. (2010). Os Registos Religiosos - *o acervo da Pousada dos Lóios (Évora): estudo de caso* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/18524>

Barroca, M. J. (1987). *Em torno da residência senhorial fortificada, Quatro Torres Medievais na região de Amares* [Comunicação]. VI Colóquio Portuense de Arqueologia, Porto, Portugal. <https://hdl.handle.net/10216/13087>

Barroca, M. J. (1990). Do castelo da reconquista ao castelo românico (Séc. IX a XII). *PORTVGALIA*, Nova Série, Vol. XI-XII. <http://hdl.handle.net/10216/8327>

Barroca, M. J. (1997). Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes - A Concepção do Espaço de Habitação da Pequena e Média Nobreza na Baixa Idade Média (Sécs. XII-XV). *Revista de História das Ideias*, Vol. 19. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-8925_19_2

Barroca, M. J. (2003). Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521). *PORTVGALIA*, Nova Série, Vol. XXIV. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3875.pdf>

Beirante, M. A. (1995). *Évora na Idade Média*. Fundação Calouste Gulbenkian, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.

Beirante, M. A. (1983). *O Alentejo na 2.^a Metade do Século XIV - Évora na crise de 1383-1385* [Comunicação]. Jornadas sobre Portugal Medieval, Leiria, Portugal.

Bilou, F. (2020). *Nicolau Chanterene, um insigne escultor em Évora, 1532-1542*. Edições Colibri.

Bilou, F. (2020?). O túmulo de Francisco de Melo nos Lóios de Évora (1536-1537): uma obra de Chanterene para o "melhor matemático do reino". AcademiaEdu⁵³
https://www.academia.edu/37260873/O_t%C3%BAmulo_de_Francisco_de_Melo_nos_L%C3%B3ios_de_%C3%89vora_1536_1537_uma_obra_de_Chanterene_para_o_melhor_matem%C3%A1tico_do_reino_

Bluteau, R. (1720). *Vocabulario Portuguez e Latino* (Vol. VII). Collegio das Artes da Companhia de Jesus.

Braga, T. (2005). *História da Literatura Portuguesa, Idade Média*. temas portugueses.

Branco, M. J. C. (1998) Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora. In Hespanha, A. M. (Coord.), *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos - Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)* (pág. 219 - 247). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Caeiro, E. (2016). Políticas e Consequências da Extinção das Ordens Religiosas no Espaço Urbano e Envolvente da Cidade de Évora, do Liberalismo à Atualidade [edição especial]. *ARTis ON*, N.º 3, pág. 33-39. DOI: <https://doi.org/10.37935/aion.v0i3.57>

⁵³ Não existe informação nenhuma sobre este artigo, no mesmo.

Caetano, J. I. (2006). 400 anos a fingir ou os acabamentos nas paredes dos edifícios dos séculos XV e XVI. *ARTIS - Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, N.º 5, pág. 125-144.

academia.edu/7133302/400_anos_a_fingir_ou_os_acabamentos_nas_paredes_dos_edificios_dos_séculos_XV_e_XVI

Caetano, J. O. (1998). O Logro de Pantasileia, O Palácio dos Castros em Évora. In Hespanha, A. M. (Coord.), *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos - Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)* (pág. 191 - 218). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Caetano, P. N. P. (2011). A burocracia régia como veículo para a titulação nobiliárquica, o caso do Dr. João Fernandes da Silveira [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade do Porto]. Repositório Aberto da Universidade do Porto. <https://hdl.handle.net/10216/57350>

Câmara, M. A. G. (1999). *Azulejaria Barroca em Évora: Um Inventário*. Direcção do Centro de História da Arte, Centro de Investigação da Universidade de Évora.

Câmara, M. A. G. (2005). *A arte de bem viver: a encenação do quotidiano na azulejaria portuguesa da segunda metade de setecentos* [Tese de Doutoramento, Universidade Aberta]. Repositório Aberto – Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/2522>

Calado, M. Rocha, L. (2008). *Megalitismo en Évora: musealizar e interpretar*. PH Boletín del Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n.º 67 Especial, pág. 124-129.

Caldas, J. V. (2009). El uso de la bóveda en la vivienda portuguesa de construcción tradicional [Comunicação]. *Actas del Sexto Congreso Nacional de Historia de la Construcción*, Madrid, España.

Caldas, J. V., & Coutinho, M. J. P. (2014). O Nome e a Função: Terminologia e Uso dos Compartimentos na Casa Nobre Urbana da Primeira Metade do Século XVIII. In I. Mendonça, H. Carita, & M. Malta (Coords.), *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro: Anatomia*

dos Interiores (pp. 134-189). Instituto de História da Arte (IHA) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Escola de Belas Artes (EBA) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (edição conjunta). <http://hdl.handle.net/10362/15328>

Caldas, J. V. & Coutinho, M. J. P. (2017). *O Palácio da Casa de Aveiro em Azeitão* [Comunicação]. Actas do 5.º Congresso Internacional, Casa Nobre: um Património para o Futuro, Arcos de Valdevez, Portugal.

https://drive.google.com/drive/folders/1B-t50B67nv5oXip32ofLMelJ-9_eHGm2

Carapinha, A. (2007). Da *leveza* da cidade. *Revista Monumentos*, n.º 26, pág. 180-183.

Carita, H. (2008). Os Interiores em Portugal. *Colóquio de História de Arte e Design - Ritual e Etiqueta na Formação dos Programas Distributivos da Casa Senhorial do Século XII*, IADE, Lisboa.

Carita, H. (2011). *José Manuel de Carvalho Negreiros e a arquitectura civil portuguesa no final do séc. XVIII* [Palestra]. Actas do 3.º Congresso Internacional, Casa Nobre: um Património para o Futuro, Arcos de Valdevez, Portugal.

https://drive.google.com/drive/u/0/folders/0B7gTbanG6F6MODRmZE1ISHF3Mm8?resourcekey=0-FzTOya1qr_RWfmef1StPzg

Carita, H. (2016). Das Águas-Furtadas às Estrebarias - Zonas de serviços na casa senhorial entre os séculos XV e XVIII. In Pessoa, A., Malta, M. (Org.). *Casa Senhorial Anatomia dos Interiores, Anais do II Colóquio Internacional*. Fundação Casa de Rui Barbosa

Carita, H. (2017). Paço, Solar, Sobrado, Palácio e Palacete: Nomenclaturas da Casa Senhorial da Idade Média ao Século XIX. IV Colóquio Internacional A Casa Senhorial: Anatomia dos Interiores (p. 243-259). Universidade Federal de Pelotas, Brasil.

Carvalho, J. A. F. (2016). *Antes de Lutero: A Igreja e as Reformas Religiosas em Portugal no Século XV. Anseios e Limites*. Edições Afrontamento.

Choay, F. (2006). *Alegoria do Património*. Edições 70.

Cloulas, A. (1980). Origines et évolution de terme "plateresco": a propos d'un article de J. B. Bury. *Mélanges de la Casa de Velázquez*, tome 16, pág. 151-161.

Conde, A. F. (2009). O restauro do património móvel em Évora no contexto de Quinhentos: os Panos de Armar de D. Mariana de Castro, condessa de Tentúgal. *Conservar Património*, N.º 9, pág. 67-76. DOI: https://doi.org/10.14568/cp9_8

Conde, A. F. (2014). “Ver a filha aumentada de Estado”: os contratos dotais de casamento em Évora no período moderno (1600-1645). *ERASMO: Revista de Historia Bajomedieval y Moderna*, n.º 1, pág. 58-29. Universidade de Valladolid. <http://hdl.handle.net/10174/10873>

Contreiras, M. S. (2019). A Casa Forte Alentejana na Transição da Época Medieval para a Época Moderna [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/75622>

Costa, J. P. O. (2004). O conde de Tentúgal e a linhagem dos Melos na política ultramarina manuelina. In Costa, J. P. O., Rodrigues, V. L. G. (Org.), *A alta nobreza e a fundação do Estado da Índia* (pág. 9 – 32). Actas do Colóquio Internacional, Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/43744>

Cunha, M. S. (2003). Nobreza, Rivalidade e Clientelismo na Primeira Metade do Século XVI. *PENÉLOPE*, n.º 29, pág. 33-48.

Delumeau, J. (1965). *Naissance et affirmation de la réforme*. Paris, P.U.F.

Dias, J. J. A. (1998). A população. *Portugal do renascimento à crise dinástica, Nova História de Portugal*, Vol. V; pág. 11-52.

Espanca, T. (1952). Ampliação do Antigo Terreiro do Marquez (1514). *Boletim A Cidade de Évora*, n.ºs 29-30, pág. 436-438.

Espanca, T. (1952). Visitas de Embaixadores célebres, Reis, Príncipes e Arcebispos a Évora nos Séculos XV-XVIII. *Boletim A Cidade de Évora*, n.ºs 27-28, pág. 139-246.

Espanca, T. (1960). Duques de Cadaval (2ª ed.). *Cadernos de História e Arte Eborense, Volume XXI*.

Espanca, T. (1966). *Inventário Artístico de Portugal - Concelho de Évora* (Vol. I). Academia Nacional de Belas-Artes.

Estaço, G. (1625). *Varias Antiguidades de Portugal*. Lisboa

Esteves, S. A. P. (2013). O Palácio dos Duques de Aveiro: Vila Nogueira de Azeitão [Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa]. ReCiL - Repositório Científico Lusófona. <http://hdl.handle.net/10437/6208>

Falcão, N. P. (2018). *Ecclesia Semper Reformanda, A Congregação dos Lóios e a Reforma da Igreja (Itália, Portugal e África - 1404-1580)*. CITCEM - Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória.
DOI: <https://doi.org/10.21747/9789898351944/cong>

Feio, R. N. P. (2017). *Por Prol e Bom Regimento - A Cidade e o Trabalho nas Posturas Antigas de Évora* [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. Repositório da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/85618>

Fernandes, M. (2007). Os "restauros" do século XX, De 1900 à classificação mundial. *Revista Monumentos*, n.º 26, pág. 144-155.

Ferrão, L. (1994). Lisboa Barroca, da Restauração ao Terramoto de 1755. In *O Livro de Lisboa* (pág. 246-280). Livros Horizontes.

Filipe, V. G. (2012). Contributo para o conhecimento da presença islâmica em Yabura - Estudo do espólio exumado nas intervenções arqueológicas do Museu Municipal de Évora [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa].
https://www.academia.edu/20360531/Contributo_para_o_conhecimento_da_presen%C3%A7a_isl%C3%A2mica_em_Yabura_%C3%89vora_Portugal_

Fonseca, F. (1728). *Evora gloriosa: epilogo dos quatro tomos da «Evora illustrada» que compoz o R. P. Manuel Fialho, da Companhia de Jesus, accrescentada e ampliada (...)*. Officina Komarekiana.

Fonseca, F. T. (2010). A universidade de Évora (1559-1759): história e historiografia. In Bezares, L. E. R. S. P. (Director), *Salamanca y su Universidad en el Primer Renacimiento: Siglo XV* (pág. 385-418). Ediciones Universidad Salamanca.

Fonseca, L. A. (2005). *D. João II*. Círculo de Leitores

Fontes, J. L. I. (2005). Cavaleiros de Cristo, monges, frades e eremitas: um percurso pelas formas de vida religiosa em Évora durante a Idade Média (sécs. XII a XV). *Lusitania Sacra*, 2.ª série, N.º 17, pág. 39-61. <http://hdl.handle.net/10400.14/4488>

Fontes, J. L. I., Andrade, M. F., Rodrigues, A. M. S. A. (2020). Mosteiros e conventos no Portugal Medieval: vida espiritual e lógicas de implantação. *SVMMA*, N.º 15, pág. 8-34. Doi: 10.1344/Svmma2020.15.3

Fontes, J. L. I., Serra, J. B., & Andrade, M. F. (2010). *Inventário dos Fundos Monástico-Conventuais da Biblioteca Pública de Évora*. Edições Colibri, CIDEHUS-UE.

Freitas, J. A. G. (2006). *O Portugal Atlântico e o Portugal Mediterrâneo na itinerância régia de meados do século XV (1433-1460)*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras

Frota, J. (Coord.). (2010). *Évora Mosaico*, n.º 7. Câmara Municipal de Évora, Divisão de Assuntos Culturais, Departamento de Comunicação e Relações Externas. https://issuu.com/dcrecmevora/docs/mosaico_7_online

Frota, J. (Coord.). (2011). Palácios de Évora. *Évora Mosaico*, n.º 8, pág. 4-5.

Genin, S. M. (2015). Bóvedas de nervios compuestos. Cruceiras a lo romano del convento de Cristo de Tomar [Comunicação]. *Actas del Noveno Congreso Nacional y Primer Congreso Internacional Hispanoamericano de Historia de la Construcción*. Instituto Juan de Herrera

Gomes, S. A. (2006). *D. Afonso V. Círculo de Leitores*

Grilo, F. J. A. (1998). Nicolau Chanterene, um escultor do Renascimento em Évora. In Hespanha, A. M. (Coord.), *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos - Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)* (pág. 171- 190). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Hallett, J., Senos, N. (Coord.). (2018). *De todas as partes do mundo - o património do 5.º duque de Bragança D. Teodósio I. Tinta da China*

Janeiro, J., Mangucci C., Câmara, A. G., Ferreira, S., Goulart, A., & Lameira, F. (2014). *Exposição Documentos para a História da Talha Dourada e Azulejo em Évora*. Arquivo Distrital de Évora, Centro de História da Arte e Investigação Artística (CHAIA), Rota do Azulejo no Alentejo.

Janson, H. W. (1998). *História da Arte*. Fundação Calouste Gulbenkian.

Júdice, A. & Borges, L. C. (2017). *Estratégias matrimoniais na Casa de Lafões: análise e reconstruções através do seu arquivo* [Comunicação]. Actas do 5.º Congresso Internacional, Casa Nobre: um Património para o Futuro, Arcos de Valdevez, Portugal. <https://www.researchgate.net/publication/346547508>

Leal, J. E. C. (1996). Giuseppe Cinatti (1808-1879) Percorso e Opera [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/64933>

Lima, M. R. P. (1995). O Recinto Amuralhado de Évora, Subsídios para o estudo do seu traçado [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/15694>

Machado, J. F. A. (2013). Palácio dos Morgados da Mesquita: memórias da presença militar em Évora [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora.

<http://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/9479/1/Pal%C3%A1cio%20dos%20Morgados%20da%20Mesquita%20mem%C3%B3rias%20da%20presen%C3%A7a%20militar%20em%20%C3%89vora.pdf>

Maria, F. S. (1697). *O Ceo Aberto na Terra. Historia das Sagradas Congregações dos Conegos Seculares de S. Jorge em Alga de Venesa, & de S. João Evangelista em Portugal*. Oficina de Manoel Lopes Ferreyra.

Mangucci, C. (2013). *A Iconografia de São Lourenço Justiniano nos Azulejos dos Conventos Lóios de Évora e Arraiolos*. Centro de História da Arte e Investigação Artística da Universidade de Évora, Rota do Azulejo no Alentejo. Disponível em: academia.edu/5919425/A_iconografia_de_São_Lourenço_Justiniano_nos_azulejos_dos_conventos_Lóios_de_Évora_e_Arraiolos

Mayorova, M. I. (2017). CASAS DE ALCAIDARIA. Estruturas habitacionais nos castelos portugueses entre os finais da Idade Média e os princípios da Época Moderna. [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. Repositório da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/85411>

Miguel, P. L. M. S. (2012). Descobrir a dimensão palaciana de Lisboa na primeira metade do século XVIII. Titulares, a corte, as vivências e sociabilidades [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/7861>

Ministério das Obras Públicas (1965). *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais - Convento dos Lóios Évora, Adaptação a Pousada*. Oficinas da Empresa Industrial Gráfica do Porto.

Monteiro, N. G. (Coord.), Mattoso, J. (Direc.) (2011). *História da Vida Privada em Portugal, a Idade Moderna*. Temas e Debates, Círculo de Leitores.

Monteiro, N. G. F. (1998). *O Crepúsculo dos Grandes - A casa e o património da aristocracia em Portugal (1750-1832)*. Imprensa Nacional Casa da Moeda.

Moreira, R. (1991). *A arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal: a encomenda régia entre o moderno e o romano* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova. <http://run.unl.pt/handle/10362/122117>

Neves, S. N. C. (2013). *Duas Casas Nobres do Antigo Regime em Loulé* [Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve]. Sapientia Repositório da Universidade do Algarve. <http://hdl.handle.net/10400.1/5049>

Oliveira, R. P. (2019). Teatro Fúnebre: Exéquias promovidas pela Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santa Justa a membros da Casa Cadaval (1700-1749). *Revista Portuguesa de História*, Vol. 50, pág. 151-168. DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_50_7

Paiva, J. P. (2011). Revisitar o processo inquisitorial do padre António Vieira. *Lusitania Sacra*, N.º 23, pág. 151-168. DOI: <https://doi.org/10.34632/lusitanciasacra.2011.5702>

Pardal, R. M. L. (2003). *As elites de Évora ao tempo da dominação filipina: estratégias de controle do poder local (1580-1640)* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/15464>

Patrocínio, M. F. S. (2007). Évora Romana: O legado edificado e a memória antiga. *Revista de História da Arte*, N.º 4, pág. 118-141. <http://hdl.handle.net/10362/12581>

Pereira, G. (1934). *Estudos Diversos (Arqueologia, História, Arte, Etnografia)*. Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://www.bdalentejo.net/BDAObra/BDADigital/Obra.aspx?ID=81#>

Pereira, G. (1947). *Estudos Eborenses: História e Arqueologia* (2ª ed. Vol. I). Edições Nazareth.

Pereira, G. (1998). *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda. <https://www.bdalentejo.net/BDAObra/BDADigital/Obra.aspx?ID=44#>

Pereira, P. (1995). *História da Arte Portuguesa*. Temas e Debates

Pina, I. C. (2014). Os bons clérigos e a vida apostólica: os cónegos de Vilar de Frades e a reforma da Igreja no pensamento de D. Duarte. In Barreira, C. F., Seixas, M. M. (Coord.), *D. Duarte e a sua época: arte, cultura, poder e espiritualidade* (pág. 165-181). Universidade Lusitana de Lisboa.

Pina, M. I. P. C. (2011). *Os Lóios em Portugal: Origens e Primórdios da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista* [Tese de Doutoramento, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/6635>

Pinheiro, F. C. F. (2014). Património e Pousadas, Uma intervenção arquitetónica no Santuário de Nossa Senhora do Cabo [Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior]. Repositório Digital da UBI, uBibliorum. <http://hdl.handle.net/10400.6/5229>

Ponte, T. C. R. (2013). Estruturas Residenciais dos Condes de Pombeiro: O Paço de Belas (Vol. I) [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra]. Repositório da Universidade de Coimbra. <http://hdl.handle.net/10316/35990>

Portalegre, P. (2007). *Novo Memorial do Estado Apostólico. Primeira crónica dos Lóios*. Roma Editora.

Proença, M. A. (2015). Os Puritanos. Origem, identificação, reprodução social e declínio de um grupo da Aristocracia Portuguesa do Antigo Regime (1630-1800) [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/18293>

Protásio, D. E. (2018). A Casa Cadaval e os Acontecimentos Político-Militares de 1801-1833. In J. S. Rocha (Coord.), *XXVII Colóquio de História Militar - O Liberalismo e os Militares em Portugal* (pp. 347-361). Comissão Portuguesa de História Militar. academia.edu/42048304/A_Casa_Cadaval_e_os_acontecimentos_político_militares_de_1801_1833

Protásio, D. E. (2019). Moderados e Ultras na Regência e no Reinado de D. Miguel (1828-1834). In Protásio, D. E. (Coord.), *Historiografia, Cultura e Política na Época do Visconde de Santarém (1791-1856)* (pp. 183-134). Centro de História da Universidade de Lisboa.

<http://hdl.handle.net/10451/41285>

Protásio, D. E. (2020). Análise histórico-prosopográfica da correspondência dirigida pelos duques de Cadaval e Lafões ao 2.º visconde de Santarém (1832-1833). *Mátria Digital*, N.º 8, pág. 211-245. matriadigital.cm-santarem.pt/images/numero8/daniel%20protasio.pdf

Providência, J. P. (2014). *Valorização do Património e Método de Projecto: A Casa Nobre como objecto de estudo* [Palestra]. Actas do 4.º Congresso Internacional, Casa Nobre: um Património para o Futuro, Arcos de Valdevez, Portugal.

<https://drive.google.com/drive/folders/1fk8RRjLdppSU2gR5iM351ywQhw--7U6t>

Rau, V. (1970). Morte ou libertação de-rei D. Afonso VI. *Do Tempo e da História*, III, pág. 169-192. <http://hdl.handle.net/10451/38040>

Rau, V., & Silva, M. F. G. (1956). Os Manuscritos do Arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil. *Acta Universitatis Conimbrigensis*, Vol. I.

https://books.google.pt/books?id=SYBodZcQ91sC&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false

Rodrigues, P. S. (2007). O Passado é uma cidade ideal: um olhar sobre a patrimonização de Évora. *Revista de História da Arte*, N.º 4, pág. 270-296. <http://hdl.handle.net/10174/5374>

Rodrigues, P. S. (2008). *A Apologia da Cidade Antiga. A formação da identidade de Évora (sécs. XVI-XIX)* [Tese de Doutoramento, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/11106>

Rosa, M. L. (1995). *O Morgadio em Portugal - sécs. XIV-XV, Modelos e Práticas de Comportamento Linhagístico*. Editorial Estampa.

Rosa, M. L. (2001). A santidade no Portugal medieval: narrativas e trajectos de vida. *Lusitania Sacra*, 2.ª série, N.º 13-14, pág. 369-450.

DOI: <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2001.7374>

Rosa, M. L. (2005). *As almas herdeiras: fundação de capelas fúnebres e afirmação da alma como sujeito de direito (Portugal, 1400-1521)* [Tese de Doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/13303>

Sagredo, D. (1549). *Medidas del romano*.

Sampaio, A. V. (1676). *Nobiliarchia Portvgveza, Tratado da Nobreza hereditária, & politica*. Na Officina de Francisco Villela.

Santos, M. I. R. (2019). O Paço como 'habitação simbólica' hierarquizadora de um território na contemporaneidade - O Paço Real de Belas como polo de reabilitação patrimonial [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/18296>

Saraiva, A. J. (1958). *As Crónicas de Fernão Lopes*. Antologias Universais.

Serrão, V. (2015). A fachada do Paço Ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece. *Callipole - Revista de Cultura*, n.º 22, pág. 13-45.

Serrão, V. (2015). *Arte, religião e imagens em Évora no tempo do Arcebispo D. Teotónio de Bragança, 1578-1602*. Fundação da Casa de Bragança.

Serrão, V. (2014). As artes decorativas na colecção palaciana do 1.º Conde de Basto, D. Fernando de Castro em Évora no tempo dos Filipes. *ARTIS - Revista do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Lisboa*, N.º 2, pág. 8-21.

Silva, G. M. (2016). Um prelado em tempos de reformas: o percurso de D. Afonso Nogueira (1399-1464). *Lusitania Sacra*, N.º 23, pág. 161-202.
<https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2016.5472>

Silva, H. (2014). O fenómeno mudéjar no tardo-gótico alentejano [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/14406>

Silva, J. C. V. (1989). *O Tardo-Gótico em Portugal. A Arquitectura no Alentejo*. Livros Horizonte

Silva, J. M. M. F. (2017). *A invenção do Património Urbano, processos de produção dos lugares patrimoniais em Portugal* [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10400.5/13971>

Silva, R. J. N. S. (2018). *O Paradigma da Arquitectura em Portugal na Idade Moderna. Entre o Tardo-Gótico e o Renascimento: João de Castilho "O Mestre que Amanhece e Anoitece na Obra"* [Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/33051>

Sousa, A. T. G. (2013). O Conjunto Abaluartado de Évora - Proposta de Salvaguarda e Valorização [Dissertação de Mestrado, Universidade de Évora]. Repositório Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/12324>

Sousa, I. C. (1998). Duas vidas e um pequeno livro que André de Resende ofereceu à sua cidade de Évora. In Hespanha, A. M. (Coord.), *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos - Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)* (pág. 77 - 118). Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Sousa, M. C. (1731). *Elogio Funebre nas Exequias, que na sua Igreja de Nossa Senhora da Divina Providencia celebrarão os Clerigos Regulares no primeiro de Março de 1727. A seu Grande Bemfeitor o Excellentissimo Senhor D. Nuno Alvares Pereira de Mello, Primeiro Duque do Cadaval, &c.* Lisboa Occidental: Officina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real.

Tarouca, C. S. (1947). Manuscritos das crónicas dos Reis de Portugal na biblioteca da Casa Cadaval. *Revista Portuguesa de História*, pág. 593-617. <http://hdl.handle.net/10316.2/47162>

Tavares, P. V. B. (2003). Em busca das virtudes primordiais do «Estado Apostólico»: os fundadores Lóios nas «memórias» de Paulo de Portalegre (+1510). *Revista da Faculdade de Letras «Línguas e Literaturas»*, Vol. 20, N.º 1, pág. 261-271.

<https://ojs.letras.up.pt/index.php/rll/article/view/8071>

Tereno, M. C. S., Monteiro, M. F. M. (2013). *S. Domingos e Santa Clara como conjuntos estruturantes para o desenvolvimento da malha urbana no quadrante noroeste da cidade de Évora (séculos XII/XV) - Portugal*. Departamento de Arquitectura da Universidade de Évora

Thomaz, L. F. (2008). A idéia imperial manuelina. In Doré, A., Lima, L. F. S., Silva, L. G. (Org.), *Facetas do Império na História: Conceitos e Métodos* (pág. 39 – 104). Aderaldo & Rothschild.

Torres, J. C. F. C. C. B., & Baena, V. S. (1883). *Memorias Historico-Genealogicas dos Duques Portuguezes do Seculo XIX*. Tipographia da Academia Real das Sciencias.

Trindade, L. (2016). Ordens urbanas ou Ordens do rei? Urbanismo das Ordens Militares no Portugal dos séculos XII a XIV. In Oliveira, L. F. (Coord.), *Comendas Urbanas das Ordens Militares* (pp. 85-119). Colibri. <http://hdl.handle.net/10316/79513>

Troni, J. P. A. (2007). D. Catarina de Bragança: a regência e o poder ao tempo da Guerra da Sucessão de Espanha (1704-1705). In Millán, J. M., & Lourenço, M. P. M. (Coords.), *Las relaciones discretas entre las Monarquías Hispana y Portuguesa: Las Casas de las Reinas (Siglos XV-XIX)*. *Actas del Congreso Internacional, Madrid* (pág. 549-566). Ediciones Polifemo. <http://hdl.handle.net/10486/689239>

Vela, A. E. C. (2019). Cornisas de palacios madrileños [Comunicação]. *Actas del Tercer Congreso Internacional Hispanoamericano de Historia de la Construcción*, Madrid, España.

Vilar, H. V. (2009). A construção da identidade urbana no século XIII. O caso do sul de Portugal. *Anales de la Universidad de Alicante, Historia Medieval*, n.º 16, pág. 133-156.

Vilar, H., Fernandes, H. (2007). O urbanismo de Évora no período medieval. *Monumentos* 26, pág. 6-15.

Viterbo, S. (1988). *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.

Zapata, L. (1859). *Miscelânea de Zapata - Memorial Histórico Español: Coleccion de Documentos, Opúsculos y Antigüedades, que publica la Real Academia de la História*; Tomo XI. Madrid, en la Imprensa Nacional.

Anexos

Anexo 1 - Quadro com Árvore Genealógica da Família Cadaval; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 2 - Antigo Açougue no Templo Romano, sem data (site: <http://monumentosdesaparecidos.blogspot.com/2012/08/templo-romano-de-evora-ou-templo-de.html>);



Anexo 3 - Porta nobre presente no Palácio dos Duques de Cadaval; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 4 - Exemplo de janela de canto no solar de Tentúgal, 1935; GISA - Arquivo Municipal do Porto (site: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/258928/?q=tentuga> l);



Anexo 5 - Exemplo de janela de canto em Monsaraz, 2019 (site: <https://www.flickr.com/photos/128321565@N03/48066970616/>);



Anexo 6 - Exemplo de janela de canto em Santarém, 1939; GISA - Arquivo Municipal do Porto (site: <https://gisaweb.cm-porto.pt/units-of-description/documents/260340/?>);



Anexo 7 - Exemplo de janela de canto na torre do monte de D. Caetano in Contreiras, M. S. (2019). A Casa Forte Alentejana na Transição da Época Medieval para a Época Moderna [Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa]. Repositório Universidade Nova. <http://hdl.handle.net/10362/75622>;



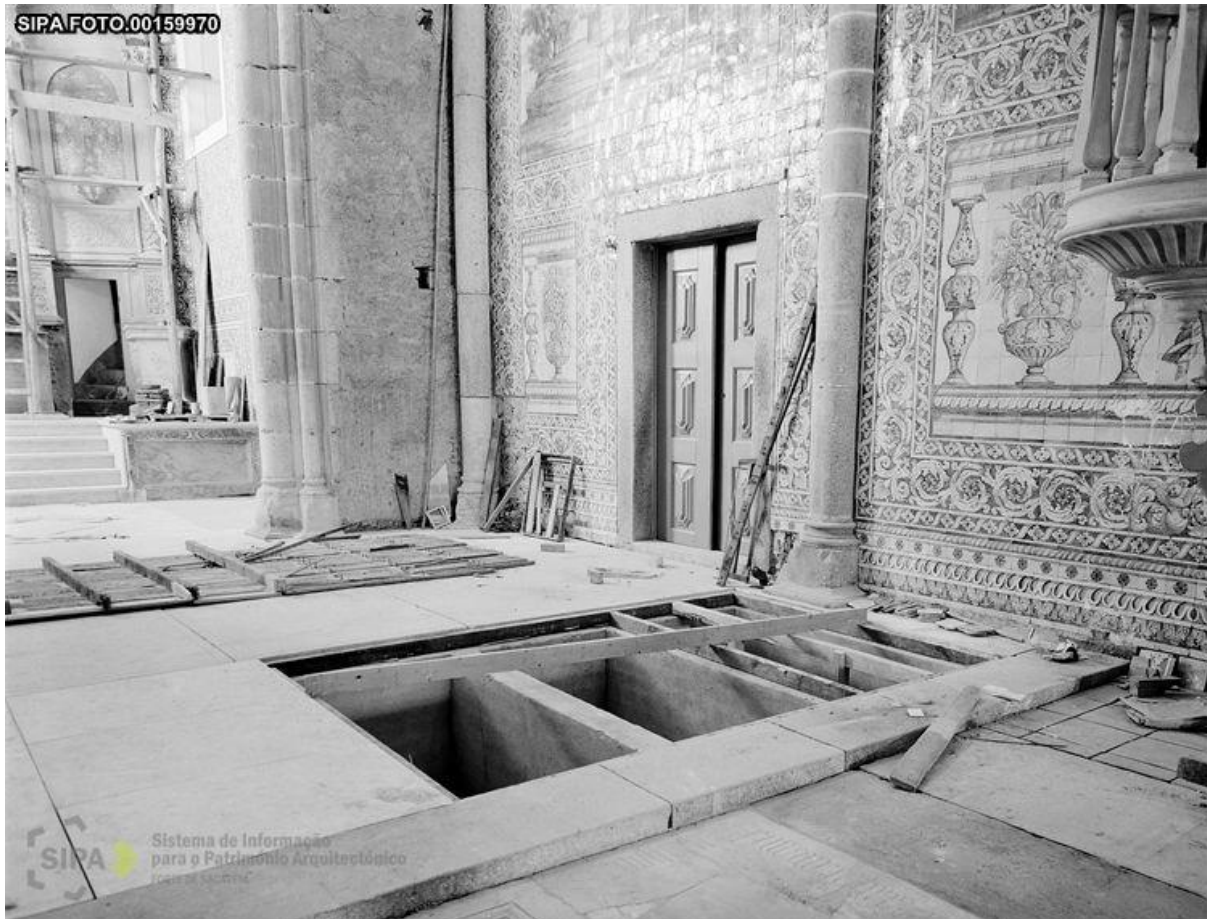
Anexo 8 - Iluminura de São João Evangelista, do Abade Wedricus in Janson, H. W. (1998).
História da Arte. Fundação Calouste Gulbenkian;



Anexo 9 - Alpendre da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 10 - Imagem do restauro da Igreja dos Lóios, 1958; SIPA (site: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002868);



Anexo 11 - Imagem do restauro da Igreja dos Lóios, 1958; SIPA (site: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002868);



Anexo 12 - Imagem do restauro da Igreja dos Lóios, 1958; SIPA (site: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002868);



Anexo 13 - Tribuna com o brasão da família Cadaval; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 14 - Túmulos do fundador D. Rodrigo de Melo e de sua mulher D. Isabel de Menezes; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 15 - Capela do Santíssimo; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 16 - Capela de Nossa Senhora do Rosário; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 17 - Túmulo de D. Rui de Sousa; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 18 - Túmulo de D. Branca de Vilhena; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 19 - Capela de S. Nuno; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 20 - Sacristia; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 21 - Sala da Cera; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 22 - Órgão; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 23 - Órgão (detalhe); Leonor Nogueira, 2022;



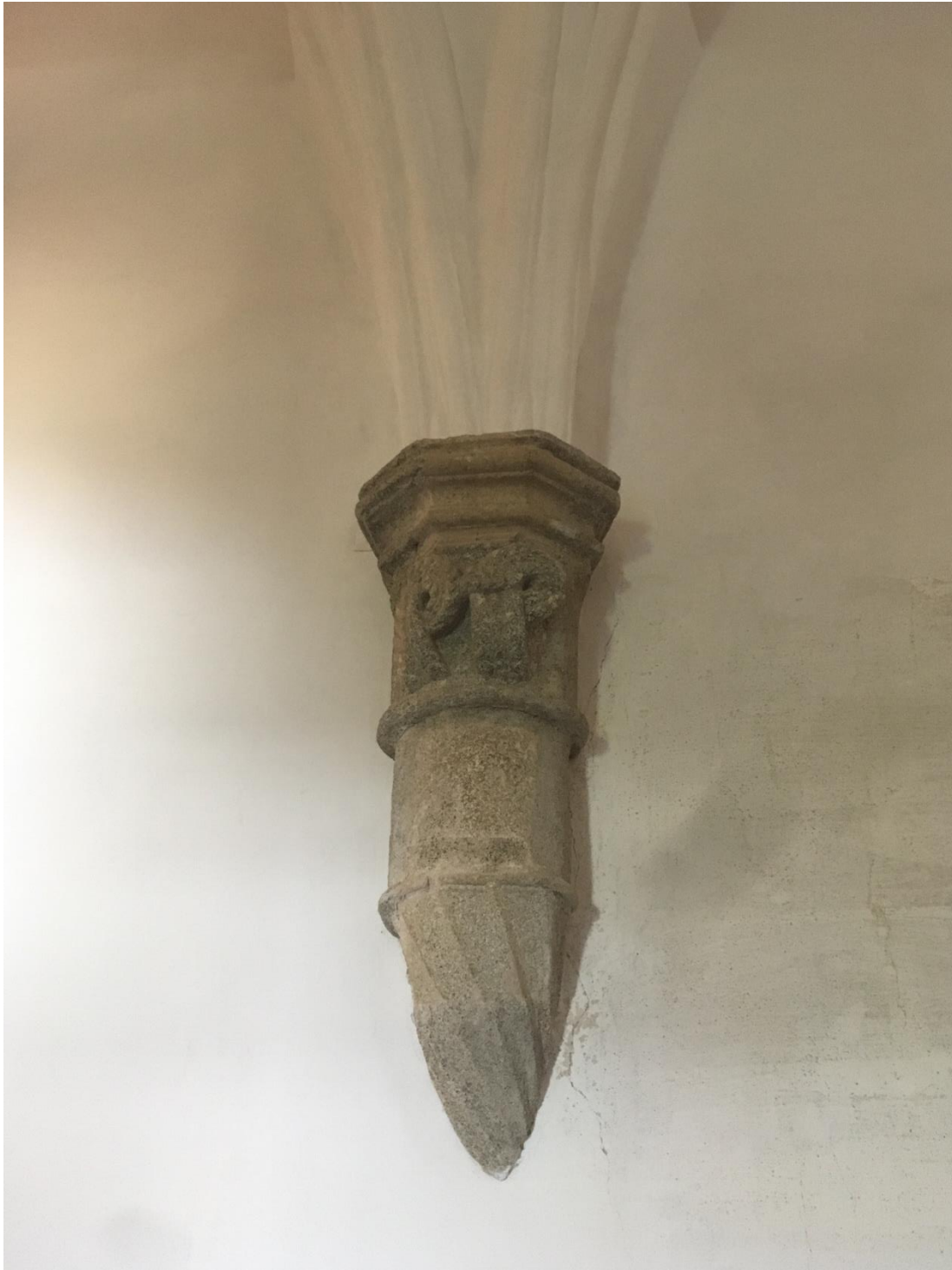
Anexo 24 - Órgão (detalhe); Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 25 - Órgão (detalhe); Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 26 - Mísula ornamentada no coro-alto da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 27 - Mísula ornamentada no coro-alto da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 28 - Mísula ornamentada no coro-alto da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 29 - Mísula ornamentada no coro-alto da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 30 - Mísula ornamentada no coro-alto da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 31 - Indício de pintura mural no coro-alto da Igreja dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 32 - *São Lourenço Justiniano despede-se do lar e escolhe a Congregação de São Jorge de Alga*; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 33 - *São Lourenço Justiniano acalma a tempestade*; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 34 - *Um amigo de São Lourenço Justiniano recebe o hábito da Congregação de São Jorge de Alga*; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 35 - *Comunhão Eucarística da Freira - o dom da ubiquidade de São Lourenço Justiano*;
Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 36 - *As cerimónias de ordenação episcopal de São Lourenço Justiniano como Bispo de Castello*; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 37 - São Lourenço Justiniano adorando o Menino Jesus; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 38 - Claustro do Convento dos Lóios, sem data; SIPA (site: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002868);



Anexo 39 - Claustro do Mosteiro de S. Bento de Cástris, sem data; SIPA (site: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994c361eaf1&nipa=IPA.00006511);



Anexo 40 - Claustro do Mosteiro do Espinheiro, sem data, (site: https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g11801941-d576214-i106517618-Convento_do_Espinheiro_Historic_Hotel_Spa_Canaviais_Evora_Evora_Distric.html);



Anexo 41 - Porta da Sala do Capítulo do Convento dos Lóios; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 42 - Morabito; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 43 - Teto Morabito; Leonor Nogueira, 2022;



Anexo 44 - Morabito no campo de Alcácer Quibir, sem data (site: <https://historiasdeportugalem-arrocos.com/tag/morabito/>);



Anexo 45 - Mural 25 de Abril, 1975 (site: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=420&album=Murais+Neuparth>);



Anexo 46 - Mural 25 de Abril, 1975 (site: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=420&album=Murais+Neuparth>);



Anexo 47 - Mural 25 de Abril, 1975 (site: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=420&album=Murais+Neuparth>);



Anexo 48 - Mural 25 de Abril, 1975 (site: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=420&album=Murais+Neuparth>);



Anexo 49 - Mural 25 de Abril, 1975 (site: <http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=Galeria&pn=420&album=Murais+Neuparth>);



Anexo 50 - Exposição *Noivas Inesquecíveis* na Igreja dos Lóios, 2015 (site: <https://www.palaciocadaval.com/eventos-culturais/>);



Anexo 51 - Exposição *Agatha Ruiz de la Prada* nas salas do Palácio Cadaval, 2017 (site: <https://www.palaciocadaval.com/eventos-culturais/>);



Anexos 52 - Exposição *Agatha Ruiz de la Prada* nas salas do Palácio, 2017 (site: <https://www.palaciocadaval.com/eventos-culturais/>);



Anexo 53 - Exposição *Évora África* nas salas do Palácio, 2018 (site: <https://www.palaciocadaval.com/eventos-culturais/>);



Anexo 54 - Exposição *Yves Saint Laurent*, 2022 (site: <https://www.evasoes.pt/o-que-fazer/evora-ha-comida-moda-e-arte-no-revigorado-palacio-duques-do-cadaval/1042519/>);



Anexo 56 - Planta de localização do Convento dos Lóios, CME, 2006 (este documento não se encontra disponível, foi disponibilizado pela família Cadaval);



